

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FLÁVIA GABRIELLA FRANCO MARIANO

**NAS MARGENS DA CIDADE, AS MARGENS DA POLÍTICA:
movimentos sem-teto e luta popular na periferia do capitalismo**

UBERLÂNDIA - MG

2016

FLÁVIA GABRIELLA FRANCO MARIANO

**NAS MARGENS DA CIDADE, AS MARGENS DA POLÍTICA:
movimentos sem-teto e luta popular na periferia do capitalismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Vieira Trópia

UBERLÂNDIA - MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- M333n
2016 Mariano, Flávia Gabriella Franco, 1990
 Nas margens da cidade, as margens da política: movimentos sem-
 teto e luta popular na periferia do capitalismo / Flávia Gabriella Franco
 Mariano. - 2016.
 190 f. : il.
- Orientadora: Patrícia Vieira Trópia.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
 Inclui bibliografia.
1. Ciências sociais - Teses. 2. Periferias urbanas - Teses. 3.
 População - Aspectos econômicos - Teses. 4. Classes sociais - Teses. I.
 Trópia, Patrícia Vieira. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

**NAS MARGENS DA CIDADE, AS MARGENS DA POLÍTICA:
movimentos sem-teto e luta popular na periferia do capitalismo**

Dissertação aprovada para a obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais no
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Uberlândia (MG), pela banca
examinadora formada por:

Prof^ª. Dr.^a Patrícia Vieira Trópia

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Davisson Charles Cangussu de Souza

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Uberlândia, 12 de dezembro de 2016

A meus pais, Márcio e Sangelita, meus
primeiros e sempre companheiros.

A Pedro e Levi, que me apresentaram o
que há de mais belo e intenso na
sensibilidade humana.

Às lutadoras e lutadores que ousam
sonhar e tecer no agora um outro futuro.

AGRADECIMENTOS

Sob as mãos que escrevem esta dissertação pesam condições e pessoas sem as quais, certamente, este trabalho não seria possível.

Agradeço aos meus pais, meu porto seguro, pela presença constante, pelo apoio pleno e por toda a dedicação afetiva que me acompanha em todos os momentos. Ao Levi, que aos 3 anos de vida ainda não sabe, mas é o motivo dos nossos melhores sorrisos.

Ao Ricardo, meu companheiro, com quem compartilho os mais profundos valores e utopias. Obrigada pela cumplicidade, dedicação e cuidado que fizeram mais leve esta jornada; e pelas trocas teóricas e políticas que foram fundamentais ao desenvolvimento deste texto. Agradeço também ao Salvador e à Gilda, pela preocupação, apoio e motivação.

Às minhas amigas e companheiras, Bruna, Mayara, Cindy, Renatinha, Talita, Isa, Raissa, Maria Cecília e Lari, mulheres com quem compartilho angústias, ansiedades e planos sobre um mundo mais justo e igualitário. Agradeço por cada momento dividido com vocês, que me fortalecem e me fazem crescer imensuravelmente. Muito obrigada a todas as amigas, amigos, companheiras e companheiros de luta, que em momentos diversos contribuíram fundamentalmente para minha formação política, acadêmica e humana.

Às trabalhadoras e trabalhadores sem-teto, por disporem de tempo e gentileza para me receber e compartilharem comigo muitas histórias e memórias. Acima de tudo, obrigada por cavarem as trincheiras que abrem caminhos para a transformação da cidade e das pessoas. Agradeço especialmente à Gi, minha amiga, exemplo de lutadora, cuja ajuda possibilitou diretamente a pesquisa. Muito obrigada pela confiança, pelas longas conversas que foram determinantes sobre o que aprendi com os movimentos sem-teto e pelas andanças entre acampamentos e entrevistas.

À Patricia, minha orientadora, agradeço agora e sempre. Muitíssimo obrigada pela ajuda, apoio, confiança e paciência, sem os quais eu não teria conseguido construir esta dissertação. Concluo esta etapa profundamente inspirada por seu exemplo de docente, pesquisadora e, principalmente, de pessoa.

Agradeço, ainda, aos professores Davisson Charles Cangussu de Souza e Leonardo Barbosa e Silva por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho e

contribuir de forma direta com sua construção. Muito obrigada pela leitura e pelas contribuições que foram cruciais ao meu amadurecimento acadêmico. Não menos, agradeço ao professor Márcio Ferreira de Souza pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que viabilizou esta pesquisa.

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:

Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.

A iniciativa rápida, a reflexão longa,

A paciência fria e a infinita perseverança,

A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,

Apenas as lições da realidade podem nos ensinar a transformar a realidade.

(Bertolt Brecht, “Erkenntnis”)

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a identificar características gerais e singulares que instituem e distinguem a práxis de movimentos sem-teto brasileiros, relacionando-as com condicionamentos que remetem à classe social. Compreendendo que tratamos de movimentos de urgência, pautados por demandas sobre condições de sobrevivência de setores das classes trabalhadoras, nos propomos a analisar características que distinguem estes setores populares, marcados pela marginalização social e econômica, bem como suas transfigurações para o campo do posicionamento social e da ação política. Os movimentos sociais sem-teto surgem em um contexto de emersão do projeto político-ideológico neoliberal periférico, que aprofundou a flexibilização e a redução significativa dos postos de trabalho no Brasil, intensificando formas de exploração do trabalho e de exclusão social. Para compreender como esse contexto é assimilado na práxis dos movimentos, consideramos a íntima relação entre segregação urbana, trabalho e dominação de classe. Entendemos o espaço urbano como meio social da reprodução das relações sociais de produção e buscamos refletir sobre a luta de classes que se processa vividamente nas relações dialéticas de produção e disputa do espaço. Analisamos elementos que compõem o quadro societal que baseia a existência dos movimentos sem-teto, quais sejam articulações socioeconômicas e políticas que urdem a formação social brasileira, considerando seus condicionamentos sobre a estrutura urbana e habitacional no país e na região. Almejando averiguar vestígios sobre os sentidos e motivações atribuídos à luta por moradia, articulamos estruturas sistemáticas e assistemáticas de investigação, mesclando dados construídos em uma investigação exploratória de campo à análise de aspectos sócio-históricos da conjuntura sócio-política e ideológica emergida nos últimos anos. Nossos esforços dirigem-se, sobretudo, a perceber figurações das relações dialéticas de classes e frações de classes nas lutas, reivindicações e demandas articuladas na luta por moradia, trazendo à tona a reflexão sobre as perspectivas, limites e possibilidades das reivindicações populares frente ao capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Movimento Sem-Teto. Classe social. Práxis.

RESUMEN

En este trabajo se propone identificar las características generales y singulares que establecen y distinguen a la práctica de los movimientos Sin Techo brasileños, relacionándolos con las limitaciones que se refieren a la clase social. Entendiendo que estos son movimientos de urgencias, guiados por las demandas sobre las condiciones de vida de los sectores de las clases obrera y, nos proponemos examinar las características que distinguen a estos sectores populares, marcadas por la marginación social y económica, y su transfiguración en el campo social y posicionamiento la acción política. Los movimientos sociales Sin Techo surgen en un contexto de la aparición del proyecto político-ideológico neoliberal en la periferia, que profundizó la flexibilidad y la reducción significativa de puestos de trabajo en Brasil, la intensificación de las formas de explotación laboral y la exclusión social. Para entender cómo este contexto es asimilado en la práctica de movimientos, tenemos en cuenta la estrecha relación entre la segregación urbana, el trabajo y el dominio de clase. Entendemos el espacio urbano como un medio social de la reproducción de las relaciones sociales de producción y se reflexiona sobre la lucha de clases que se lleva a cabo vívidamente las relaciones dialécticas de la producción y la lucha por el espacio. rastros antojo determinar de los significados y motivaciones atribuidas a la lucha por la vivienda, las estructuras de investigación sistemáticos y no sistemáticos articular, la fusión de los datos registrados en un campo de investigación exploratoria para el análisis de los aspectos socio-histórica de la situación socio-político e ideológico surgido en los últimos años. Nuestros esfuerzos se dirigen, principalmente, para darse cuenta de figuraciones de las relaciones dialécticas de clase y fracciones de clase en las luchas, reivindicaciones y demandas articuladas en la lucha por la vivienda, con lo que el debate sobre las perspectivas, los límites y las posibilidades de las reivindicaciones populares que presentará al capitalismo brasileño.

Palabras clave: Movimiento Sin Techo. Clase social. Praxis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Investimento Direto Estrangeiro no Brasil em milhões US\$ (1950-1961)	42
Gráfico 2: Brasil: população rural e urbana (1940-2000).....	44
Gráfico 3: Distribuição da população economicamente ativa por setores de produção - 1940 a 2001	46
Gráfico 4: Evolução do percentual de pobres e indigentes no Brasil (2001-2013).....	76
Gráfico 5: Índice de Crescimento Real do Salário Mínimo e dos Rendimentos Médios do Trabalho em relação ao Crédito à Pessoa Física	76
Imagem 1: Agentes que produziram o espaço urbano em Uberlândia (1994)	54
Imagem 2: Mapa de uso e ocupação do solo na fazenda do Glória – localização da ocupação Élisson Prieto	109
Imagem 3: Localização da fazenda do Glória no atual perímetro urbano de Uberlândia	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População por situação de domicílio em Uberlândia (1940 - 2010)	55
Tabela 2: Taxa de crescimento real de investimentos públicos (%) 2007-2015	78
Tabela 3: Gastos Sociais do Governo Central em % do PIB (médias anuais por período - 2003-2014)	79
Tabela 4: Déficit habitacional total, relativo e por componentes no Brasil	82
Tabela 5: Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixas de renda média familiar mensal	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIU	Associação dos Moradores dos Bairros Irregulares de Uberlândia
ADUFU	Associação dos Docentes da UFU
APG	Associação dos Pós Graduandos da UFU
APST	Associação do Povo Sem Teto
ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela-Vista
BDI	Banco de Dados Integrados
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEASA	Central de Abastecimento
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB	Companhias de Habitação Popular
CONSUN	Conselho Universitário
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
ESAJUP	Escritório de Assessoria Jurídica Popular da UFU
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimentos Diretos Estrangeiros
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JUFRA	Juventude Franciscana
MLC	Movimento de Luta pela Casa
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MOVA	Movimento Organizado Vira Assentamento

MPF	Ministério Público Federal
MPSTB	Movimento Popular Sem-Teto do Brasil
MSC	Movimento dos Sem-Casa
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MSTB	Movimento Sem-Teto do Brasil
MTM	Movimento Terra e Moradia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUTP	Movimento Universal da Terra do Povo
NEPRI	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Relações Internacionais da UFU
ONG	Organização Não Governamental
PAIH	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PCB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social de Uberlândia
PM	Polícia Militar
PMCMV	Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAC	Secretaria Especial de Ação Comunitária
SECUA	Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberlândia e Araguari
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SINTET	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia
UN-HABITAT	Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNLC	União Nacional da Luta Camponesa
UNU	Universidade de Uberlândia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. URDIDURA DA MARGINALIDADE - CAPITALISMO E URBANIDADE NO BRASIL	37
2.1 Premissas do capitalismo urbano-industrial no Brasil	40
2.1.1 “Modernização” e expansão urbana em Uberlândia-MG	49
2.2 Urbanização desigual e combinada.....	57
2.3 As veias abertas do Neoliberalismo brasileiro	65
2.3.1 O Neoliberalismo nos governos Lula e Dilma	71
2.4 A questão habitacional no Brasil	80
3. A PRÁXIS TRAMADA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEM-TETO	90
3.1 Movimento Sem-Teto e a luta popular por moradia no Brasil	94
3.2 Luta dos sem-teto em Uberlândia: o Movimento Sem-Teto do Brasil (MSTB) e o Movimento Popular Sem-Teto do Brasil (MPSTB)	104
3.2.1 Bairro Élisson Prieto, ou a “ocupação do Glória” – MSTB	107
3.2.2 A ocupação Jardim Vitória – MPSTB	118
3.3 Os fios da trama: sujeitos sociais sem-teto	127
3.3.1 A marginalidade	135
3.4 A politização da urgência - reivindicações, posicionamentos e métodos de luta	141
3.5 Constituição da classe na práxis da luta pela moradia	152
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
4.1 A disputa popular na tecedura do urbano	160
4.2 Nas margens da cidade, as margens da política	163
FONTES	167
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS	184



1

INTRODUÇÃO

Meu olhar voltou-se para os sem-teto ainda na graduação, quando o contato com a militância junto a estes movimentos instigou-nos questões diversas acerca dos motivos e formas de organizar e agir, perceptivelmente distintas de outras organizações sindicais, partidárias, e mesmo de outros movimentos setoriais. A radicalidade com que atuam politicamente, tendo a ação direta como método epicentral da atividade política, germinaram o entusiasmo e o estímulo que conduzem esta pesquisa.

Entre acampamentos, reuniões, passeatas e espaços de formação teórica compartilhados com militantes sem-teto, me vi recorrentemente incitada a saber quais circunstâncias, vivências e motivações levaram ali aqueles trabalhadores, trabalhadoras e desempregados (as). Além da perceptível pobreza comum, inquietou-me investigar como chegavam às ocupações urbanas e como vieram a identificar na participação política e, não menos, na ação direta um meio de transformação das vidas próprias e familiares.

As perguntas formuladas a cada observação me rendiam respostas provisórias, mas sempre apontando para a relação entre a carência de moradia, uma demanda crucial à sobrevivência, e a natureza classista da sociedade capitalista como fundante dos antagonismos sociais. Entretanto, a insuficiência desta simples constatação – uma vez que uma observação histórica é capaz de apontar que a carência é insuficiente para determinar automaticamente as ações coletivas – foi a fonte para que outros importantes questionamentos emergissem.

Mais do que no motivo destes movimentos se formarem, cabia-nos pensar em como estes movimentos se constituem, nos *processos* encadeados na luta coletiva. Quem são os sem-teto e como se formam suas lideranças? Por que a escolha de determinadas formas de ação em detrimento de outras? Por que e como fazem alianças com determinadas forças políticas? Em que medida suas conquistas ou derrotas impactam em avanços para as classes trabalhadoras?¹ Qual o significado da existência destes movimentos para organizações ou lutas antissistêmicas?

Em meio a tais interrogações, três constatações destacaram-se à nossa atenção – e acabaram por embasar algumas de nossas hipóteses centrais. O caráter familiar da experiência

¹ Ao remetermos às classes trabalhadoras, nos preocupamos, em sentido amplo, com a totalidade relacional de sujeitos *explorados* e condicionados pela *experiência* (objetiva, política e ideológica) de viver da própria força de trabalho, considerando sua heterogeneidade e fracionamentos.

política sem-teto; a relação verticalizada entre coordenações e bases, em geral claramente demarcadas nas tomadas de decisão e com pouca rotatividade; e a recorrente mediação da atuação do movimento por grupos exteriores (inclusive em tomadas de decisão e tarefas de representatividade) foram características constantes na atuação de todos os movimentos sem-teto com os quais tivemos contato e a oportunidade de observar durante este processo de pesquisa. Dentre dúvidas e inferências, nasceu a problemática que norteia esta pesquisa.

O desenrolar da conjuntura e nosso aprofundamento teórico direcionaram-nos à problematização das formas de fazer política destes trabalhadores urbanos marginalizados, dos conflitos, contradições e sínteses presentes nas relações que envolvem a organização e participação destes sujeitos na disputa por seus interesses econômicos, materiais e simbólicos. A análise do comportamento político destes movimentos constitui-se elemento fundamental para demais reflexões acerca das dinâmicas e estruturas sociais nas quais se encontram imbricados, bem como do papel que desempenham frente à realidade social vivenciada.

Trataremos nesta dissertação de relações políticas tramadas em torno de movimentos sem-teto, que surgem e agem a partir de áreas de periferia urbana. Nos interessa captar os conteúdos das ações concretas formuladas por estes sujeitos com objetivo de enfrentar a privação comum de moradia, e sua urdidura quanto ao sistema de dominação de classe. Especificamente, a análise suporta-se nas observações e dados qualitativos construídos em duas áreas ocupadas por movimentos sem-teto na periferia da cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Refletir sobre relações assentadas na marginalização espacial e social no contexto urbano brasileiro impõe imediatamente lidar com uma série de polaridades e paradoxos: o conformismo e o enfrentamento contidos nos modos de vida populares, a reprodução ideológica da noção de passividade atribuída à população pobre, ao passo que se dissemina a criminalização dos moradores da periferia, a distância concreta da maior parte da população em relação à riqueza social enquanto sua proximidade é o que possibilita a acumulação.

Buscaremos em processos sociais que estabelecem as mais diversas facetas da relação centro-periferia os nexos íntimos e essenciais que conectam o espaço social e político de modo específico para estes setores populares urbanos. Conforme aponta Feltran (2011), se algo segrega as periferias do todo social, simultaneamente algo as conecta a ele. Portanto, é preciso “qualificar em termos analíticos mais precisos as mediações entre as periferias das cidades e outras dimensões da sociedade, que incluem sua dimensão pública” (FELTRAN, 2011, p.27). Esta pesquisa soma-se a esses esforços analíticos.

Desde as aglomerações urbanas que favoreceram a acumulação de base fabril na revolução industrial até o advento século XXI, em que o mundo se consolidou predominantemente urbano, as cidades são o lugar, por excelência, de reprodução da população que compõe a força de trabalho social. Como desenvolveu Castells (1983), grande parte desta reprodução acontece cada vez mais de modo coletivo ou "ampliado", dependente do Estado. Uma vez que não dependem apenas de alterações nas taxas de salário, demandas como moradia, transporte público, infraestrutura e equipamentos urbanos permanecem como reivindicações centrais nas lutas sociais, sobretudo, nos países periféricos.

Para compreender como esse contexto é assimilado na práxis dos movimentos sem-teto, convém admitir a íntima relação entre política e segregação. Onde há fronteira, há conflito (FELTRAN, 2011). Temos a segregação como a mais concreta expressão da contradição social que produz a cidade e a converte em mercadoria. Entre o espaço urbano moldado em acordo com as necessidades da acumulação capitalista e as lutas sociais por condições de vida às classes trabalhadoras, percebemos processos reais de disputa – entre valores de troca e os valores de uso – das cidades.

Nossos esforços dirigem-se, sobretudo, a perceber figurações da prática política nestas lutas, reivindicações e demandas populares. Para tanto, consideramos crucial partir da relação direta – o que não significa automática – entre trabalho, pobreza urbana e dominação de classe.

Pontos de partida

Já em 1845, Engels apontava a escassez crônica de moradias como uma das inúmeras precariedades decorrentes do modo de produção capitalista. Para o autor, aquilo que se entendia por falta de habitação nas metrópoles modernas consistia no “agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades” (ENGELS, 1988, p. 16). Analisar os conflitos acerca do atual déficit habitacional brasileiro requer, ademais, uma análise sistemática de aspectos da atualidade da luta de classes no capitalismo neoliberal, considerando suas bases ideológicas e políticas concretas.

A luta de classes no século XXI é marcada por recentes e profundas transformações na vida social, especialmente no que tange ao padrão de desenvolvimento das forças produtivas e à organização dos processos produtivos. A financeirização do capital, a “flexibilização” do

mercado de trabalho e das políticas trabalhistas, o enfraquecimento dos sindicatos e das organizações de esquerda, bem como a ofensiva eleitoral e ideológica do neoliberalismo são o cenário no qual emergem os movimentos sociais de reivindicação de demandas ao Estado, formados por proletários precarizados, desempregados, sem-teto, classes médias proletarizadas, camponeses sem-terra etc.

O fato de a ideologia e da economia neoliberal terem se firmado como modelos dominantes no Brasil, mormente a partir da década de 1990, e terem apresentado resultados socioeconômicos com impactos diretos sobre os trabalhadores – aumento do desemprego, perda de direitos, precarização do trabalho e do mercado de trabalho e aumento da informalidade - é fator transversal indispensável para a análise da inter-relação entre as circunstâncias que instituíram as ações dos movimentos sem-teto nos últimos anos. Como afirma Mike Davis (2006) o neoliberalismo aprofundou os vales e elevou os picos das diversas topografias sociais mundiais.

A premissa neoliberal, segundo a qual as distorções no mercado e a ineficiência econômica são resultados da intervenção do Estado, sustentou ideologicamente a implementação definitiva, após a derrocada política e econômica da ditadura civil-militar, deste novo modelo de liberalização em seus sentidos mais amplos (preços, importações, setor financeiro e mercado de trabalho), em sintonia com os organismos mundiais de hegemonia do capital. No que diz respeito à divisão social do trabalho e distribuição de renda, este modelo aprofundou os vales e elevou os picos sociais, sobretudo, sob o enxugamento de direitos das classes trabalhadoras e a intensificação da repressão às camadas mais pobres.

Logo nos dois anos de governo Collor (1990-1992), precursor do neoliberalismo como projeto condutor de todas as esferas de ação do governo brasileiro, mais de dois milhões de postos de trabalho foram queimados por força da política recessiva (POCHMANN, 1999), demarcada pelas terceirizações e as novas formas de gestão da força de trabalho. A flexibilização e a redução significativa dos postos de trabalho aprofundaram no Brasil, conforme define Antunes (2001), a imensa sociedade de excluídos e de trabalhadores precarizados e sem qualificação, nas formas de *part-time*, empregos temporários, parciais, ou vivenciando o desemprego estrutural. Sob a intensificação das formas de exploração do trabalho e de exclusão social, a classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais (ANTUNES, 1998).

Neste cenário, a negligência por parte dos governos em planejar e investir em programas habitacionais populares, com o fim de atender a totalidade da massa desprovida de habitação

ou combater amplamente a marginalidade urbana, condiz com um modelo de Estado que considera o intervencionismo, nos dizeres de Davis (2006), uma “alucinação”. Relatórios do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat) e do Banco Mundial, desde a década de 1990, advertem que a pobreza urbana se tornaria o problema mais importante e politicamente explosivo do século seguinte (DAVIS, 2006).

É necessário, ademais, considerar as particularidades da urbanização no capitalismo periférico: a intensa concentração populacional nas aglomerações urbanas e o crescimento explosivo das grandes cidades que, por exemplo no caso brasileiro, apresentam um quadro cuja singularidade se expressa principalmente na expansão das periferias urbanas e das áreas de habitações irregulares. Maricato (2003) afirma que em países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, em que significativa parte dos trabalhadores não se integra ao mercado formal, consequentemente, a moradia é obtida em grande medida por vias informais.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2014, existem no Brasil 6,5 milhões de famílias carentes de habitação. A estimativa é que em 2024 mais 16,4 milhões de novas famílias se formem no país, das quais 10 milhões deverão ser aquelas que ganham de um a três salários mínimos, faixa de renda atualmente mais carente de políticas de habitação popular. Estes números se relacionam à lógica estrutural, ideológica e simbólica que constitui o complexo urbano. Maricato explica, ainda, que:

A habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo privado [...] ela é a mais cara. Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de tanto dinheiro (MARICATO, 1997, p.46).

A mercantilização do solo urbano e dos bens imóveis que lhe venham incorporar integra as estratégias de circulação e de valorização do capital pelo mercado imobiliário e seus agentes econômicos. Dentre os processos de exclusão concreta – condições de inclusão marginal no sistema societal desigual –, a carência de moradia compõe o bojo de condições objetivas impostas por um modelo urbano e de sociedade orientado para a reprodução ampliada do capital. Uma grande parcela dos trabalhadores, espoliada de possibilidades financeiras para construção ou aquisição de moradia própria, vivencia a segregação para áreas periféricas, geralmente desprovidas de serviços e equipamento urbanos adequados, como saúde, educação, transporte coletivo e saneamento básico.

Por meio das ocupações urbanas, os movimentos sociais sem-teto, sob os quais nos debruçaremos, executam meios alternativos de provimento imediato de moradias e fazem o enfrentamento político à desigualdade social na distribuição do espaço urbano e na organização das cidades, à violação de direitos e à ação racional da especulação imobiliária.

O fim do século XX e o início do século XXI marcaram-se por uma série de contestações e resistências sociais à ideologia neoliberal, que suscitaram interpretações de que estaríamos entrando em um período de declínio desse modelo econômico. A eleição democrática de governos ‘progressistas’ ou de origem popular em vários países da América Latina foi um dos fatores que geraram certa expectativa em parte da esquerda e das classes trabalhadoras, como o advento do governo Lula da Silva (2002-2010) no Brasil.

Conjecturamos, entretanto, que é um equívoco defender a derrocada neoliberal no Brasil, além de não ser consensual que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) tenham se caracterizado pelo enfrentamento a este modelo. Boito Jr. (2012) entende que a posse do primeiro Governo Lula representou a chegada ao poder de um programa de política econômica e social neodesenvolvimentista norteadas pela busca de crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, entretanto sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país.

Quanto às gestões empreendidas por Lula da Silva e Dilma Rousseff (2011–atualidade), Sampaio Jr. (2012, p. 680) afirma que toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se na pauta neoliberal. Segundo esta análise, a estratégia prática deste modelo acabou por não ultrapassar o horizonte de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro:

O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

Destaca-se, especialmente para esta pesquisa, que estas ações engendradas pelos governos Lula e Dilma se sustentaram, fundamentalmente, na intermediação de relações entre frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com setores populares das classes trabalhadoras, situados fora desse bloco (BOITO JR., 2012). Compreender o posicionamento dos trabalhadores marginalizados e a localização dos movimentos populares frente a este

processo político nacional pode ser um caminho fecundo para situar dialeticamente a participação política destes setores.

Em face disso, tomamos os movimentos sem-teto atuais como manifestações de contestação e resistência a contradições estruturais delineadas pela conjuntura que conforma a atual realidade brasileira. Estamos nos referindo a práticas historicamente estabelecidas e, ao considerar a exploração por meio da concentração do controle dos meios de produção (gênese estruturante da sociedade de classes), estamos abordando relações e concentração de poder, que se reproduzem tanto no âmbito da sociedade civil quanto do Estado².

Em que pese a herança organizativa dos movimentos por moradia emergidos no período pós ditadura civil-militar, a atualidade da luta sem-teto soma expectativas e desapontamentos em relação ao governo do Partido dos Trabalhadores, que ainda referencia politicamente grande parte da militância dos movimentos sociais recentes do país. Conjecturamos que, mais que um refluxo nas lutas sociais combativas, as últimas duas décadas se caracterizaram por um reordenamento nas formas de organização e enfrentamento dos movimentos sociais e de suas bases (GOULART, 2011), diversamente àquelas tomadas pelos movimentos sociais urbanos dos anos 1980.

Atentamo-nos para esta natureza singular do contexto sócio-político e ideológico em que está inserido nosso objeto de pesquisa. Compreender a reação frente à precariedade de habitação requer indispensavelmente desvelar faces da sustentação política e ideológica do continuísmo neoliberal observado nos governos Lula e Dilma, seus impactos objetivos e subjetivos quanto ao atendimento de demandas de classes e à organização dos movimentos sociais.

Com efeito, consideramos algumas importantes mudanças colocadas em prática nos governos Lula e Dilma, como a criação do Ministério das Cidades, o Conselho Nacional de Cidades e a Conferência Nacional das Cidades e, principalmente, a implementação do Programa Habitacional “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), umas das principais políticas sociais

² Convém notar que utilizamos a noção de *sociedade civil* apurada por Antônio Gramsci (2000) para designar o conjunto de associações da vida civil que é, juntamente com o Estado em sentido estrito, um dos momentos inelimináveis de constituição do *Estado em sentido amplo*. Para Gramsci (2000, p.244) “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”. Portanto, aqui nos referimos à estrutura estatal denominada Gramsci (2000) como *Estado em sentido estrito*, Estado-coerção ou sociedade política.

executadas pelas gestões governamentais do PT, a partir de 2009, sob a promessa de permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda.

Instiga-nos as seguintes questões: ainda que avanços sejam atribuídos aos governos Lula e Dilma; e que o PMCMV seja considerado o maior programa habitacional já implementado no Brasil, por que alterações nos déficits urbanos permanecem muito tímidas? O que estamos presenciando nas cidades é o acirramento dos tensionamentos e lutas sociais urbanas?

Identificamos que os últimos cinco anos mostram a eclosão de um grande número de ocupações urbanas e a elevação significativa da capacidade de mobilização e de expressão pública dos movimentos sem-teto a nível nacional. Organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que conquistou significativa repercussão social e midiática, despontaram ocupando ruas com grandes passeatas e agregando milhares de pessoas nas grandes cidades.

Dentre as ações de grande expressividade, jornadas nacionais de luta articularam movimentos sem-teto diversos na construção de pautas de reivindicação e negociações unificadas com governos municipais, estaduais e federal. Além das jornadas, ações de protesto descentralizadas e simultâneas despontaram no interior e nas capitais de grande parte dos estados. Após as mobilizações nacionais que eclodiram em 2013, conhecidas como *Jornadas de Junho*, em muitos momentos os movimentos sem-teto apresentaram-se como aliados fundamentais de outras lutas populares por direitos e demandas, apoiando e promovendo manifestações centradas em outras reivindicações, como a redução das tarifas de transporte público.

São estes “novíssimos personagens” (MARICATO, 2015, p. 48), que recentemente entram em cena como protagonistas de grandes mobilizações, os sujeitos principais enfocados pela pesquisa. Remetendo às ocupações irregulares de áreas vazias aos primórdios da urbanização brasileira, temos que a novidade está no papel conjuntural – portanto histórico – que vêm desempenhando os movimentos sem-teto nos conflitos urbanos recentes.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar as expressões de classe contidas no posicionamento, na participação e na prática política dos movimentos sem-teto, com fim a localizá-lo no bojo das lutas políticas contemporâneas. Para tanto, nos baseamos na observação empírica e na análise das atividades políticas realizadas em torno de duas áreas ocupadas por movimentos sem-teto na periferia da cidade de Uberlândia: o acampamento Élisson Prieto e o acampamento Jardim Vitória. Partindo dos dados construídos no trabalho de campo realizado

nestes dois espaços, desdobramos nossa problemática nas seguintes questões germinais, que esculpam o texto em duas seções centrais:

1. Como se articulam fatores estruturais e conjunturais que assentam o surgimento e desenvolvimento dos movimentos sem-teto no Brasil?
2. Considerando os condicionamentos econômicos, políticos e ideológicos de suas bases sociais, quais as relações e sentidos são forjados na mediação da ação coletiva nesses movimentos sociais?

Diante destas problematizações, buscamos situar estes movimentos quanto às dinâmicas histórico-sociais da luta de classes, destacando como se articula a disputa política do espaço urbano sob as contradições e conflitos de classe engendrados pelo capital.

A investigação de campo

Na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, lócus da pesquisa em campo, confirmamos a existência de pelo menos 25 áreas ocupadas por movimentos sociais de sem-teto no perímetro urbano até o mês de outubro de 2015. A estimativa apresentada pelos movimentos é que cerca de 10 mil famílias vivam nesses acampamentos, coordenados por ao menos 11 organizações: o Movimento Sem-Teto do Brasil (MSTB), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a União Nacional da Luta Camponesa (UNLC), o Movimento Organizado Vira Assentamento (MOVA), o Movimento de Luta pela Casa (MLC), o Movimento Terra e Moradia (MTM), o Movimento dos Sem-Casa (MSC), o Movimento Universal da Terra do Povo (MUTP), a Associação do Povo Sem Teto (APST), a Associação dos Trabalhadores Rurais Bela-Vista (ATRBV).

Compreender as dinâmicas que movimentam estas organizações nos foi, desde o princípio, intrínseco ao compromisso político que nos move, e a execução da pesquisa foi, antes de tudo, a concretude de uma tarefa dual: construir uma ciência social academicamente consequente e encarar na prática do ofício a indissociabilidade entre as dimensões que constituem esta pesquisadora enquanto sujeito político.

Meu contato com estes movimentos sem-teto antecede as atividades da pesquisa. Minhas visitas aos acampamentos iniciaram em 2011, quando junto ao movimento estudantil prestei solidariedade política a uma destas ocupações, realizada em área ociosa na periferia de Uberlândia. A sensibilidade quanto à dura realidade cotidiana das centenas de famílias que sobreviviam nos barracos e, principalmente, a sensação de injustiça ao presenciar a derrubada de algumas destas habitações improvisadas, fizeram com que, desde então, eu tenha estado presente em outras diversas ocupações que se seguiram.

Ao longo dos últimos cinco anos, visitei ocupações e presenciei atividades políticas organizadas por muitos movimentos que atuam na cidade, e também por movimentos de outras regiões. Conheci muitos acampados, ouvi falas, participei de ações. Sobretudo, pude colecionar imagens, lembranças e sensações que, inevitavelmente, estão contidas nas sistematizações apresentadas neste trabalho.

Minha pesquisa acadêmica sobre os movimentos sem-teto tem primórdios em 2013. Como trabalho monográfico de conclusão de curso optei por cruzar a história da cidade de Uberlândia com a história de alguns dos acampamentos então existentes. Refletimos sobre o desenvolvimento histórico da cidade, sintetizando como a segregação se fez presente em toda a modelagem do espaço urbano desde o primeiro projeto urbanístico empreendido, e como as ocupações irregulares de terrenos ociosos existiu em todo o processo de urbanização e constituição da cidade. Ao escolher este objeto de pesquisa, iniciava uma jornada em que minha presença nos acampamentos passou a se traduzir também em trabalho de campo.

Durante todo o ano de 2013 participei de um projeto de extensão do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares (GPECPOP), financiado pelo Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade, que realizou rodas de conversa quinzenais na ocupação Élisson Prieto, localizada nos limites do perímetro urbano de Uberlândia, com o fim de contribuir na formação política dos acampados com conhecimentos acerca de direitos humanos e sociais. Além do contato constante com os movimentos, estas rodas de conversa foram de suma importância para que eu tenha conseguido apreender discursos coletivos e individuais e, principalmente, me aproximar de militantes e famílias que, em momentos diversos, compartilharam comigo suas histórias e trajetórias de vida.

A partir do ingresso no mestrado em 2014, passei a produzir e sistematizar notas de campo (parte gravadas, parte escritas), que registraram perguntas, sentimentos, ideias e impressões surgidas nos momentos de visita aos acampamentos. O conteúdo destas notas foi

extremamente útil para as interpretações e análises, oferecendo descrição de sujeitos, dos espaços, de atitudes e a reconstrução de diálogos fundamentais para a compreensão destes espaços e relações.

Com o intuito de viabilizar nossa problematização, encetamos esta pesquisa optando por especificar nossa análise e a construção de dados sob a ocupação Élisson Prieto, a qual acompanho desde as primeiras semanas de existência. Considerada uma das maiores ocupações sem-teto do país, foi realizada em uma área pertencente à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e resiste ao despejo desde janeiro de 2012. Coordenada pelo MSTB, possui infraestrutura auto-provida consolidada e vem sendo alvo de diversas negociações com o poder público ao longo destes anos.

Em meados de 2015, rupturas político-ideológicas entre militantes e ex-militantes do MSTB deram origem ao Movimento Popular Sem-Teto do Brasil (MPSTB), que realizou em setembro deste mesmo ano o levantamento do acampamento Jardim Vitória, em propriedade privada na mesma região. O novo movimento chegou a coordenar mais de 900 acampados e iniciou negociações com o poder público e com o proprietário da área privada. Acompanhamos e participamos ativamente também de processos organizativos desta ocupação, desde o levantamento do acampamento na madrugada da ocupação, a constituição da identidade e organização interna, até o despejo por reintegração de posse, sob resistência e confronto direto entre moradores e forças policiais. A experiência participativa no Jardim Vitória, ainda que mais curta, nos rendeu noções ainda mais dinâmicas e pormenorizadas sobre as ações e relações nos movimentos e acampamentos.

As visitas regulares aos acampamentos ocorreram no mínimo quinzenalmente na maior parte da pesquisa, principalmente aos sábados ou domingos. Ademais, buscamos acompanhar o maior número possível de atividades e eventos, como assembleias, reuniões, atividades beneficentes trazidas por grupos diversos, espaços de formação teórica e atos políticos externos ao acampamento.

Enquanto estive em campo, centrei minhas observações em visitas domiciliares e atividades coletivas do movimento. Realizei entrevistas com moradores dos acampamentos, buscando apreender trajetórias pessoais, familiares e militantes. Pude acompanhar também as rotinas de algumas famílias, das quais acabei me aproximando e estabelecendo algumas relações de amizade e confiança. Estas pessoas foram fundamentais para a pesquisa, contribuindo com informações e a mediação entre mim e a coordenação do movimento e entre mim e outros moradores.

A identificação como “companheira do movimento”, sem dúvida, me abriu portas e minimizou resistências que possivelmente apareceriam à figura exclusivamente de pesquisadora. A mais significativa delas foi a oportunidade de, para além da observação, atuar politicamente em conjunto com o movimento em diversos processos. Ainda assim, a desconfiança foi elemento observável em todas as novas apresentações. As pessoas demonstraram receio de responder qualquer pergunta, até perceberem que eu estava acompanhada por uma moradora da comunidade – cuidado mantido em todas as visitas – e eu ser apresentada como uma apoiadora da luta.

Não obstante, minha proximidade com o objeto de pesquisa também gerou percalços e desafios maiores em campo. O maior deles foi a dificuldade em negociar a realização de um *survey*, inicialmente previsto para construção de dados quantitativos sobre as bases sociais que compõem a ocupação Élisson Prieto – nosso *survey* não foi autorizado pela coordenação do movimento. Ainda que a identificação da minha militância tenha reduzido certas desconfianças em muitos momentos, é notório que o conhecimento da minha localização política geral construiu desconfianças em outros. A despeito disso, consideramos que a vivência de pretéritos e bastidores junto a atores políticos estudados, possibilitou-nos uma visão significativamente mais complexa do objeto de estudo. Dentre erros e acertos, esta pesquisa nos desafiou a aprender a lidar academicamente com esta complexidade, sobretudo contida nas proximidades e distanciamentos entre pesquisadora e objeto.

Ressalta-se que nossa presença no acampamento, por si só, evidenciava a materialidade de diversos elementos de distinção. A percepção geral de que nós éramos “de fora” fundamentava-se não somente em não nos identificarmos como sem-tetos, mas nas diferenças de linguagem, vestuário, conhecimentos, gostos e atitudes. Portanto, mesmo tendo construído várias aberturas, sempre nos foi claro que ali éramos “o outro”, e esta evidência não foi menos importante para a construção do caminho analítico que levou-nos a evidenciar distinções e desigualdades de classe contidas nas relações e práticas políticas.

Nossa postura em campo pautou-se no reconhecimento de que não apenas nosso objeto é histórico, mas que nosso ofício científico é também imerso no fluxo histórico e social. Isto posto, apresentamos esta pesquisa com clareza de que a visão materialista e histórica que lançamos sob nossos interlocutores, deve também ser lançada sobre nossa investigação, sistematização e escrita acadêmica. Em campo, fomos também sujeitos sociais, históricos e políticos em ação, e nossa análise não se funda à parte disso.

Como bem afirma Chizzotti (2000):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2000, p.79).

Remetendo à discussão feita por Wright Mills (2009) sobre a distinção entre a sociologia pura e a sociologia aplicada, fundamental para a caracterização desta última como uma ciência social que se ocupa dos problemas sociais que se impõem e que dão sentido à atividade sociológica, encontramos nos pressupostos da pesquisa-ação, proposta por Barbier (1985), a abordagem qualitativa mais adequada para esta pesquisa.

Para Barbier (1985, p. 46), a pesquisa-ação caracteriza-se pela busca em “explorar comportamentos e as representações de um sujeito ou de um grupo diante de uma situação concreta, para compreender-lhes o sentido, colocando-se alternadamente na perspectiva de observador e na de sujeitos-atores e de sua vivência”. Correlativamente, a implicação no campo das ciências sociais é definida como:

[...] o engajamento pessoal e coletivo do pesquisador em por sua práxis científica em função de sua história familiar e libidinal de suas posições passadas e atuais nas relações de produção e de classe, e de seu projeto sociopolítico em ato, de tal modo que o investimento que resulta inevitavelmente de tudo isso seja parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento (BARBIER, 1985, p. 120).

Desta forma, ao incluir minha trajetória de militância nesta descrição da investigação de campo, compreendo que é crucial nosso reconhecimento quanto às implicações decorrentes de nossa relação de menor distanciamento com o objeto de pesquisa, bem como das dificuldades próprias da análise de movimentos sociais e ações políticas coletivas, frente ao rigor metodológico necessário a qualquer pesquisa científica. Não obstante, nos objetamos, no ofício empírico, à contrariedade entre objetivação e engajamento (precisamente, a não ocultação deste).

Barbier (1985) defende, ainda, que fora da práxis não há conhecimento possível. Sob essa perspectiva, consideramos legítimo que reivindicemos a atividade de pesquisa como práxis social e histórica, que se localiza em um lugar social diferente do ocupado pelos sujeitos

estudados, mas que se reconhece como parte integrante da totalidade social compartilhada. Sem abrir mão do vislumbre da objetividade – que não corresponde, entretanto, a qualquer noção de neutralidade – não encaramos a subjetividade do engajamento como obstáculo para a construção de conhecimento sociológico e político. Ao contrário, acordamos com Barbier (1985) que a prática social (e não a prática científica) é necessariamente o ponto de partida e ponto de chegada de todo o processo científico³.

Sob este entendimento, Haguette (2013, p. 209), explicita:

[...] não faria sentido uma suposta descrição neutra da prática científica e da postura dos *outros*. cremos que cada cientista tem a obrigação de expor-se para, no final, enriquecer-se com as críticas ou reconhecimentos de seus pares. É nessa espiral que o saber progride.

Assim sendo, assumimos os riscos, no decorrer deste trabalho, da complexa postura de pesquisadora militante. Afora, nos valem dela para a compreensão da lógica interna do nosso objeto social (CASTORIADIS, 1982) incorporando processos que escapam à observação imediata, mas se fazem cruciais para a compreensão da ação política institucional que se institui na vida cotidiana (BOURDIEU; PASSERON, 1975) dos acampamentos sem-teto acompanhados.

Para tanto, a investigação de campo que originou esta pesquisa articulou estruturas sistemáticas e assistemáticas de observação (RICHARDSON, 2014), mesclando os dados registrados em notas de campo à trajetória exploratória que me permitiu refletir, assimilar e sintetizar problemáticas e hipóteses. Entendendo a complexidade dos fenômenos estudados, optamos por tornar a flexibilidade desta técnica nossa aliada para apreensão dos mais variados aspectos dos fatos intrinsecamente inseridos em seu contexto de espaço e tempo.

Considerando, ainda, o que escrevem Selltitz et al (1987), a observação constituiu-se como nosso instrumento basilar científico à medida que se foi direcionando ao objetivo formulado da pesquisa, sendo sistematicamente planejada e vinculada às nossas proposições gerais. A constante ação reflexiva quanto aos registros construídos por esta via permitiu à pesquisa encorpa-se em seu curso, consolidando conceitos e ideias a partir do entrelaçamento com a concretude da organização e do cotidiano das ocupações.

³ Em termos epistemológicos, Barbier (1985) enfatiza quatro etapas constitutivas do processo de conhecimento, que se inicia com a prática, passa dela para a compreensão, depois para a explicação e, por fim, retorna à prática. O autor se refere tanto à prática social dos grupos estudados quanto à prática do pesquisador em relação à pesquisa e ao objeto.

As observações de campo articularam-se, ainda, a entrevistas com sujeitos relacionados ao contexto do campo. Ao todo, realizamos 9 entrevistas com moradores do acampamento Élisson Prieto e lideranças do acampamento Jardim Vitória. Estas entrevistas constituíram-se como técnica fundamental nesta investigação social, possibilitando à pesquisa refletir sobre manifestações subjetivas que compõem aspectos da totalidade da realidade social.

Almejando averiguar vestígios sobre os sentidos e motivações atribuídos à luta por moradia, optamos por combinar à análise dos aspectos sócio-históricos, narrativas pessoais registradas por meio de entrevistas guiadas (ANEXO I). Com base na definição prévia de elementos a serem aprofundados, formulamos quatro pontos centrais sobre os quais buscamos suscitar a memória dos pesquisados (BOURDIEU, 1999): 1) trajetória de vida; 2) posicionamentos e objetivos manifestados na luta; 3) participação individual/familiar nas atividades do movimento/do acampamento; 4) atividades e ações coletivas. Ainda que guiadas, a abordagem flexível propiciou narrativas que nos supriram de diferentes histórias de vida, aprofundando (ou não) nos aspectos pautados a partir de diferentes significados, perspectivas, linguagens, expressões e intencionalidades.

Utilizamos, ainda, materiais audiovisuais e escritos produzidos pelos movimentos sociais e agentes envolvidos em sua construção, incorporando narrativas inseridas em diferentes espaços e temporalidades da constituição das ocupações e dos movimentos sociais investigados em campo.

Discorrendo sobre o contraste entre os princípios da estrutura da composição da narrativa e da descrição, Lukács (1965) infere que a narrativa implica uma posição de participação assumida pelo escritor em face da vida e dos problemas da sociedade. Nesse mesmo sentido, Benjamin (1975) considera que no processo narrativo o sujeito encontra-se implicado na série de eventos e acontecimento evocados. Sob estes prismas, tomamos as fontes orais como uma opção metodológica de obter, mais que informações, conteúdos, a partir dos quais as experiências coletivas possam ser apreendidas (BENJAMIN, 1975).

A intensão geral da construção de dados baseados no campo foi analisar dimensões materiais e simbólicas dos movimentos e dos acampamentos, considerando dois âmbitos iniciais: um individualizado, que remete aos próprios militantes/moradores, e outro coletivo, que remete à produção subjetiva e objetiva do movimento enquanto mediador da luta.

Salientamos a dimensão de reconstrução histórica presente em todos os processos de investigação de campo, bem apresentada por Hayman (1974, p. 88, *apud* RICHARDSON,

2014, p. 257): “é impossível uma recuperação completa do passado, quem confia na história como registro absolutamente verdadeiro dos acontecimentos pretéritos, se enfrentará com dificuldades”. Isto posto, denotamos que esta pesquisa não pretendeu apresentar conclusões absolutas e definitivas, mas enriquecer a práxis sociológica-política acerca dos mais variados aspectos das relações de classe, de produção e reprodução da vida social.

Problemática e Hipóteses de trabalho

Para além da descrição dos fatos ocorridos no tempo e no espaço, nosso objetivo de análise aponta para o destaque de elementos que nos ajudem a pensar a ação destes movimentos sociais frente às dinâmicas do capitalismo brasileiro contemporâneo, partindo da relevância das dimensões de classe e da centralidade da luta de classes nos processos que os constituem.

Em que pese a análise desses movimentos ainda seja consideravelmente incipiente na trajetória das teorias marxistas, nosso interesse está em reconhecer características gerais e singulares que instituem e distinguem a práxis destes movimentos, relacionando-as com condicionamentos que remetem à classe social. Propriamente, entendemos que se tratam de movimentos pautados por interesses de setores das classes trabalhadoras e, diante disso, nos propomos a analisar características que distinguem estes setores populares, marcados pela marginalização social e econômica, e suas transfigurações para o campo do posicionamento social.

Trabalhando com a noção de classe como fenômeno *histórico, processual e relacional*, guiamo-nos por hipóteses alocadas em dois eixos. O primeiro relaciona-se à distinção de classe dos movimentos estudados – precisamente as inter-relações entre classe, consciência de classe e práxis social – e o segundo diz respeito ao potencial de radicalidade destes movimentos – ou sua posição na luta de classes.

Quanto às relações de classe no âmbito dos movimentos, tomamos as lutas sociais travadas como expressões próprias do antagonismo de classes e, ao mesmo tempo, esferas efetivas de constituição desta. Em conformidade com o debate realizado por Poulantzas (1978) e Bensaïd (1999), discordamos das construções teóricas baseadas na relação mecânica entre posição no processo produtivo e posicionamento de classe, e, por conseguinte, o comportamento político destes movimentos sociais.

Marx (2011) apresenta categoricamente que a realidade não poderia ser dada em termos de separações unilaterais. Isso não significa, por suposto, que consciência e ação política poderiam ser meros reflexos das condições objetivas. Entende-se que as classes se produzem e agem politicamente enquanto classes, à medida que articulam tais determinações com a própria experiência enquanto classe. Sob esse prisma, cuidamos para que o enfoque lógico não se sobreponha ao histórico, entendendo posicionamento e comportamento político dentro de processos sociais historicamente construídos. À medida que a experiência de classe⁴ se relaciona dialeticamente com as transformações na produção, os conflitos sob os quais agem ativamente os movimentos sociais se delineiam por disposições sociais e históricas.

Ainda que recusando a negação da primordialidade do lugar na produção social, temos que a análise da política construída no movimento sem-teto deve, de antemão, considerar a definição de classe simultaneamente em nível econômico, político e ideológico.

A noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma (BENSAÏD, 1999, p.147).

Segundo Galvão (2011, p. 110), esta definição de classe, que se volta para a superação tanto do economicismo como da indeterminação e do relativismo absoluto, "permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes".

Hipoteticamente é possível estabelecer, na análise política-ideológica das bases sociais que compõem os movimentos sem-teto, um panorama relacional que considere sua posição de classe, suas demandas objetivas e suas formas de agir politicamente. Direcionamo-nos a correlacionar características pertinentes à condição de classe dos acampados/militantes e os repertórios de ação coletiva⁵ que distinguem os sem-teto.

⁴ Incorporamos a noção de experiência, cunhada por Thompson (1987) como categoria relevante na análise das classes sociais, com fim a ressaltar a vivência objetiva e subjetiva das relações produtivas compartilhadas na definição histórica e conflitual destas. Thompson (1987, p. 17) aponta que "o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril". A despeito de demais desdobramentos desenvolvidos por Thompson (1987), consideramos as dimensões da experiência compartilhada de classe, quais sejam padrões e regularidades de interesses, modos de vida e ações partilhadas, como informantes da existência concreta destas.

⁵ Utilizamos o conceito cunhado por Tilly (1992, apud TARROW, 2009, p. 16) para referir a um "campo limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolhas" no âmbito dos movimentos sociais.

Bourdieu (1990) concebe o pertencimento de classe não apenas pela propriedade ou ausência de propriedade, mas pela apropriação diferenciada dos diferentes tipos de capital (capital econômico, capital cultural, capital social etc.). Sob esta referência, optamos por considerar não apenas características econômicas comuns aos acampados, mas também produtos das condições materiais da existência que remetem aos estilos de vida, representações e *habitus*⁶ compartilhados por estes setores.

Esta proposição abarcou, antes de tudo, a percepção da luta reivindicativa por moradia como reivindicação de classe. Partimos da observação de que a demanda por moradia é produto próprio da espoliação material e simbólica a que são submetidas as classes trabalhadoras nas cidades, desvelando correspondências entre a localização na estrutura social e as maneiras específicas de experimentar a segregação, a exploração, opressão e, não menos, a ação coletiva.

Conforme observa Lefébvre (2001), a reprodução das relações sociais de produção é o papel mais importante que a organização espacial da cidade está destinada a cumprir, e é principalmente por meio de áreas sociais segregadas que ela se implementa. Entendemos, pois, essa segregação territorial, que marcou a urbanização brasileira e se aprofundou nas últimas décadas, como expressão concreta da relação entre as classes sociais no espaço urbano, impondo-se como uma forma de delimitação espacial da espoliação social.

Ao tomarmos a cidade como campo concreto de disputa entre classes sociais, entretanto, não consideramos que os embates sociais traduzem uma polarização simplesmente bilateral. Isto posto, enfocamos a observação na heterogeneidade dos próprios movimentos sem-teto, especialmente, sua relação com outras frações/grupos sociais.

Bourdieu (1990) destaca que a construção das visões de mundo não se dá num vazio social, mas está submetida a coações estruturais embutidas na experiência durável de uma posição socialmente ocupada. Atentamo-nos às relações que tramam a prática política destes movimentos populares, considerando as referências e representações que instituem a periferia como espaço, não apenas geográfico, mas social. Tanto como a classe é relacional, os modos de agir politicamente destes setores de classe também o são.

⁶ Ao definir *habitus*, Bourdieu (2013, p. 165) remete à unidade e sistematicidade do conjunto de “práticas do mesmo agente e, mais amplamente, as práticas de todos os agentes da mesma classe”, que “devem a afinidade de estilo que transforma cada uma delas em uma metáfora de qualquer uma das outras ao fato de serem o produto de transferências de um campo para outro dos mesmos esquemas de ação”.

A constatação da recorrência da participação de setores exteriores aos movimentos, como partidos políticos e organizações ligadas à Igreja Católica na construção destes, levou-nos a conjecturar este elemento como uma constante a ser destacada no comportamento político destes movimentos. Inquietou-nos compreender porque estes grupos, grande parte das vezes, protagonizam tomadas de decisões e são elencados como representantes legítimos dos movimentos, em detrimento de acampados e até mesmo de lideranças.

Com fim a desvelar nexos políticos e ideológicos que embasam estas intermediações, adentramos as desigualdades políticas nelas contidas e que, ainda que não sendo aparentemente apresentadas, são expressas e simbolizadas por práticas distintivas. Conforme observa Bogenhold (2001, p. 836), "tais desigualdades aparecem radicalmente refinadas, podendo ser percebidas, muitas vezes, apenas através dos diferentes estilos de prática".

Para Lefebvre (2001, p.123), a negação da cidade aos trabalhadores tem também um objetivo de dominação política e da prática política, pois "a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir". Desta forma, o autor propõe a luta pelo *direito à cidade* como estação intermediária que conduz ao objetivo de derrubada das estruturas de poder de exploração de classe e do Estado, bem como totalidade do sistema capitalista e da acumulação infinita.

O segundo eixo da nossa investigação caminha sob estas inquietações. Harvey (2014a) argumenta que a questão do tipo de cidade que queremos não pode estar separada dos tipos de relações sociais que buscamos. Assim, a ideia de direito à cidade e as lutas por acesso aos recursos que a cidade incorpora, estariam intimamente relacionadas à disputa por socialização de poder sobre os processos de urbanização como um todo.

Nesse sentido, foi também nosso objetivo investigar a capacidade de a luta por moradia dos movimentos sem-teto em politizar a questão urbana e questionar leis estruturais da sociedade. Compactuando com a abordagem de Lojkine (1981, p. 298), compreendemos os movimentos sociais estudados, "em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu". Conjecturamos que os movimentos sociais possam ser caracterizados

[...] pela capacidade do conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor (LOJKINE, 1981, p. 292).

Além de ascender a discussão sobre possibilidades quanto ao desenvolvimento da consciência de classe, tivemos por anseio questionar, nas lutas e resistências organizadas das camadas populares, possibilidades de impactos subversivos às instituições e processos políticos que sustentam o sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002). Ainda que compreendendo que a totalidade do embate expressado por estes movimentos não se resume somente à bipolarização de classes, não nos abstermos, contudo, da necessária atenção para a centralidade da oposição capital/trabalho na contemporaneidade e a possibilidade estrutural da ação coletiva, atentando para “as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais” (MOURIAUX; BÉROUD, 2005, p. 166).

Inferimos que a luta coletiva por moradia, que definimos como mais ampla que a reivindicação de habitação, adquire caráter político à medida que confronta interesses diretos de setores e agentes do capital. Temos como hipótese que, no embate político-ideológico e na ação direta de transgressão concreta da propriedade privada, em muitos momentos os movimentos sem-teto associam a luta reivindicativa a outras dimensões da realidade social.

O caminho escolhido para discutirmos nossas hipóteses partiu da análise de elementos que compõem o quadro societal que baseia a existência dos movimentos sem-teto. Na seção 2 nos dedicamos a compreender articulações socioeconômicas e políticas que urdem a formação social brasileira, considerando seus condicionamentos sobre a estrutura urbana e habitacional no país. Atentando-nos a evidenciar contradições específicas da problemática urbana, pontuaremos algumas repercussões singulares destes processos na cidade de Uberlândia, encorpando um panorama analítico costurado até as ações estabelecidas em torno das gestões governamentais do Partido dos Trabalhadores. Nossa intenção foi problematizar a historicidade e a materialidade das condições marginais vivenciadas no modelo periférico de urbanidade.

Na seção 3, problematizaremos relações e formas de agir politicamente mediadas pelos movimentos sem-teto. Partindo do entendimento de que se tratam de frações de classe trabalhadora, empreendemos um esforço em reconhecer os marcadores sociais que condicionam suas bases sociais, e que as articulam na ação coletiva. Analisando experiências individuais e coletivas desenvolvidas nos acampamentos Élisson Prieto e Jardim Vitória, temos por interesse compreender os sentidos da práxis coletiva, destacando como os movimentos sem-teto se articulam em torno das demandas, se relacionam com outros grupos/frações sociais e distinguem[-se] [n]a prática política.

Por fim, temos por perspectiva problematizar as dimensões políticas da luta empreendida pelos sem-teto, destacando a reflexão sobre como a demanda da moradia, do

território e dos bens e serviços urbanos se articulam nas estruturas de relações de classe e nos processos de resistência e contestação no contexto do capitalismo neoliberal brasileiro.



2

URDIDURA DA MARGINALIDADE: CAPITALISMO E URBANIDADE NO BRASIL

ur.di.du.ra

sf (urdir+dura¹) **1** *V urdimento*. **2** Série de fios estendidos longitudinalmente em tear e através dos quais é depois lançada a trama. **3** Maquinação, trama, tramoia. **4** Enredo, contextura, entrecho. **5** Entrelaçamento⁷.

Qual enredo entrelaça a atuação dos movimentos sem-teto no Brasil atual? Esta seção propõe refletir sobre fios que estruturam e conduzem a formação social brasileira, atentando para suas particularidades e determinações. Precisamente, pretende-se categorizar processos singulares ao capitalismo brasileiro, apontando a marginalidade como parte inerente ao sistema de acumulação deste modo de produção.

Partindo do entendimento de unidade entre aspectos econômicos e extra-econômicos, enfocamos o capitalismo como objeto abstrato-formal correspondente a uma realidade ontológico-social que se urde na práxis social. Tratamos de mediações histórico-dialéticas instituídas não só nas instâncias predominantes de produção e reprodução da vida material, mas também em instâncias de organização da vida jurídico-política, ideológica, moral, cultural, etc.; observando o que Marx e Engels (2007) chamaram de modo de vida:

Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. (MARX; ENGELS, 2007, p.87).

Sob estes preceitos, a tarefa central é refletir sobre como a sociedade se organiza para articular essa produção, tendo como aspecto central relações sociais específicas que compõem

⁷ *MICHAELIS*: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

o todo social no determinado tempo histórico. Assinalamos estas relações sociais de produção em pelo menos três dimensões (estruturantes e interativas): econômica, jurídico-política e ideológica. É neste sentido que Poulantzas define a categoria modo de produção ampliado:

Um modo de produção [...] compreende diversos níveis ou instâncias: o econômico, o político, o ideológico e o teórico [...]. O tipo de unidade que caracteriza um modo de produção é a de um *todo complexo com predomínio*, em última instância do econômico, predomínio, em última instância, para o qual se reservará nome de *determinação*. [...]. Não se trata, por exemplo, de uma totalidade circular e expressiva [...] Tampouco se trata de relações de simples analogia ou correlação de instâncias externas umas em relação às outras [...]. Trata-se de um tipo de relação em cujo interior a estrutura determinante do todo exige a constituição mesma – a natureza – das estruturas regionais, assinalando-lhes e distribuindo-lhes funções: as relações que constituem assim cada nível nunca são simples, mas estão *sobredeterminadas* por relações de outros níveis. (POULANTZAS, 1977, p. 4-5, grifos nossos)

É a forma particular de articulação entre essas diferentes instâncias o que diferencia, portanto, um modo de produção de outro e o que define sua matriz teórica. (POULANTZAS, 1977, p. 6). Assim, desenvolver esta pesquisa sobre relações políticas que circundam movimentos sociais requer aloca-las no modo de produção capitalista, compreendendo sua historicidade e sua relação com outros níveis.

Bem como orientam Marx e Engels (2007, p. 93), ainda, é preciso que "em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção". Com fim a compreender os elementos que promovem as condições de inserção produtiva e extra-produtiva marginal, remetemos aqui à dimensão histórica e concreta do modo de produção capitalista, investigando suas manifestações reais intrincadas na estrutura urbana brasileira.

O século XX figurou diversas transformações econômicas e sociais relativas ao capitalismo brasileiro, sobretudo na última década, marcada pela ascensão e consolidação do receituário neoliberal no país. Precedentemente, o século passado caracterizou-se, ainda, por um processo singular de acumulação industrial, sob papel ativo do Estado e marcadamente estruturado pela vigência de uma dinâmica interna de superexploração da força de trabalho (ANTUNES; POCHMANN, 2008).

Até a adoção da pragmática receita pelo Consenso de Washington, a economia brasileira instituiu um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da

produção, presenciando-se uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho e, ainda, um processo de re-territorialização e mesmo desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências ligadas à reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 1998).

Buscaremos indicar alguns traços singulares destes processos que conformam o capitalismo urbano-industrial brasileiro – permeados de rupturas e continuidades –, com fim a problematizar a realidade social que gera e intensifica a marginalidade urbana, contrastando suas expressões mais visíveis de precarização da vida, com a intensa concentração de renda persistente no país.

2.1 Premissas do capitalismo urbano-industrial no Brasil

A partir da década de 1930 o capitalismo brasileiro engendra uma mudança fundamental no modo de acumulação, transfigurando-se da hegemonia agroexportadora para a predominância de uma estrutura de base urbano-industrial. A absorção da organização econômica, social e cultural que germinou em poucas décadas o desenvolvimento de uma ordem urbano-industrial ocorreu sob condições históricas, políticas, institucionais e sociais que fundaram importantes especificidades à trajetória do capitalismo constituído no Brasil.

Ainda que o encetamento deste processo não tenha sido demarcado pela predominância industrial em termos quantitativos na renda nacional, abriu-se um novo cenário hegemônico quanto à correlação de forças sociais, à organização e ação do aparelho estatal e à regulamentação de fatores, entre os quais o trabalho e o preço do trabalho significaram, tal como analisa Oliveira (2013), o rompimento com as premissas econômicas centradas nas atividades agrário-exportadoras e a criação de condições institucionais para a expansão de atividades ligadas ao mercado interno.

Em conformidade com a diferenciação apresentada por Milton Santos, cabe-nos pontuar que o termo industrialização não pode ser tomado aqui:

[...] em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova

base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País (SANTOS, 1993, p. 27).

As políticas estatais de estímulo a industrialização, que transformaram as indústrias (antes servis aos marcos da agro exportação de café) no dínamo da expansão econômica em apenas cinquenta anos, tiveram como um dos principais efeitos histórico-sociais dinamizadores o aprofundamento da migração de significativa parcela da população rural para as cidades e o deslocamento de mecanismos centrais da vida econômica para o meio urbano. A alígera urbanização espacial e social marcou a abertura de um novo modelo de acumulação e realização de mais-valia viabilizado pela concentração espacial.

A ampliação do papel regulamentador do Estado, com fim a criar as bases para a reprodução do capitalismo industrial, teve forte significação. Regulando o preço do trabalho, investindo em infraestrutura, impondo confiscos cambiais à produção agrícola, subsidiando importações de equipamentos para indústrias e expandindo créditos, o deslanche da indústria foi iniciado pelos governos Getúlio Vargas (1930-1945), intensificado no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e disparado a partir do Golpe civil-militar (1964-1985), com feitiço largamente estatal e aparência nacionalista.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’ (FERNANDES, 1975, p. 240).

Florestan Fernandes (1975) analisa a transição para o capital industrial a partir do que Gramsci chamou de uma sociedade oriental, na qual a sociedade política – o Estado estrito senso – é desenvolvida e opera em todos os âmbitos, e a sociedade civil é frágil, amorfa e pouco desenvolvida. Não somente o nascimento da nação, mas a própria manutenção do status quo era vista como produto da ação demiúrgica do Estado, operada diretamente pelos interesses das classes dominantes. Compreender os elos entre a ação e o pensamento das elites dominantes brasileiras, nesta perspectiva, aponta para o entendimento de boa parte dos rumos enveredados pelo desenvolvimento capitalista no país, inserindo-se no circuito industrial sem abolir estruturas coloniais pregressas.

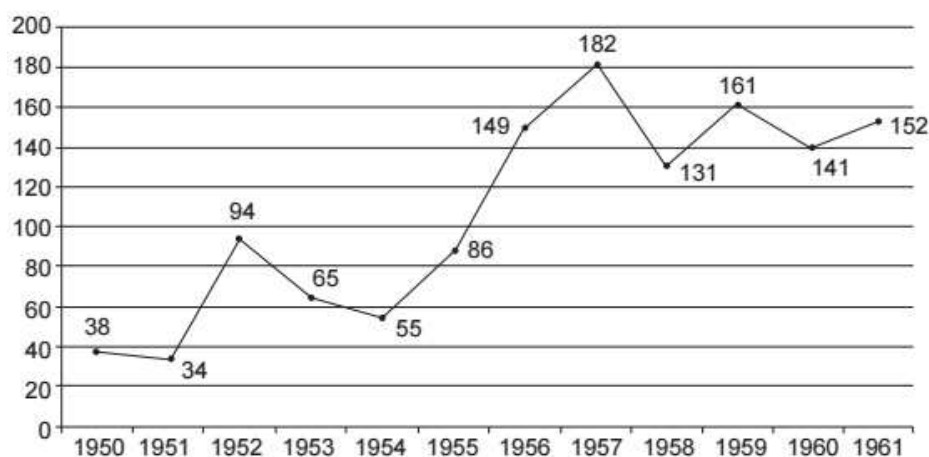
Fernandes (1975) adverte-nos, ainda, quanto à articulação da burguesia nacional com os setores dominantes externos, cuja organicidade residia na estrutura autocrática do Estado

brasileiro. Ressalta-se que sobretudo a partir da década de 1950 o processo de industrialização foi expressivamente marcado pelo crescimento da participação do capital estrangeiro. A partir do Plano de Metas instituído pelo governo Kubitschek, alterou-se a internacionalização do setor produtivo por vias de incentivos favoráveis à implantação de empresas multinacionais estrangeiras no país, que passaram a participar mais ativamente da indústria brasileira – padrão este ampliado pelos governos ditatoriais.

A exemplo, enquanto em 1930 os Estados Unidos correspondiam a apenas 17% do capital acionário nas empresas em operação no Brasil, em 1983 já representavam 31% desse total (POCHMANN, 2010). Para Doellinger e Cavalcanti (1975), esse movimento econômico coincidiu com o fim do ciclo de vida de certos produtos fabricados por essas empresas em seus países de origem; e a produção em território brasileiro expressou um duplo objetivo: a diluição dos custos de pesquisa, desenvolvimento e promoção dos produtos; e a preservação do mercado externo, uma vez que tinham dificuldade de exportação face à redução das importações nos países periféricos.

A industrialização brasileira foi disparada, assim, nesse movimento de transnacionalização e em expansão para o capital estrangeiro dos países em etapas mais avançadas do capitalismo, sobretudo capitais norte-americanos e europeus. O Gráfico 1 apresenta o movimento de entrada desses capitais no Brasil na forma de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), nos anos 1950 (MEIRELLES; MATTOS 2015).

Gráfico 1 – Investimento Direto Estrangeiro no Brasil em milhões US\$ (1950-1961)



Fonte: (MEIRELLES; MATTOS, 2015)

Dados organizados por Meirelles e Mattos (2015) permitem-nos articular a ampliação da presença de IDE na economia brasileira na segunda metade dos anos 1950 com a expansão de empresas multinacionais, apontando a causalidade de um movimento de transnacionalização do capital que caracterizou mudanças ocorridas no padrão de concorrência intercapitalista em âmbito mundial após a Segunda Guerra Mundial. A internacionalização brasileira fez parte de um contexto mais amplo, com condicionantes relacionados ao movimento do capitalismo internacional, no qual os países centrais passaram a direcionar investimentos de forma mais acentuada aos países periféricos, especialmente na forma de IDE (MEIRELLES; MATTOS, 2015).

Indicadores apresentados por Pochmann (2010) indicam, ainda, que os índices de evolução do capital estrangeiro nas indústrias do país entre 1930 e 1983 concentraram-se principalmente no seguimento de bens de capital e, consecutivamente, bens intermediários. Reconhece-se, assim, que o esforço industrializante nacional manteve como traço permanente a dependência tecnológica. Apesar de um tímido investimento nacional em bens de capital, a ampliação tecnológica não se revelou robusta, evidenciando incapacidade em gerar graus consideráveis de autonomia produtiva.

Isso posto, Antunes e Pochmann (2008) concluem que entre as décadas de 1930 e 1970 a indústria foi alçada com base em um desenho produtivo ‘bifronte’: de um lado voltado para a produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis, que visavam um mercado interno restrito e seletivo; e de outro prisioneiro de uma dependência estrutural ontogenética, continuando a desenvolver a produção de produtos primários e industrializados voltada para a exportação.

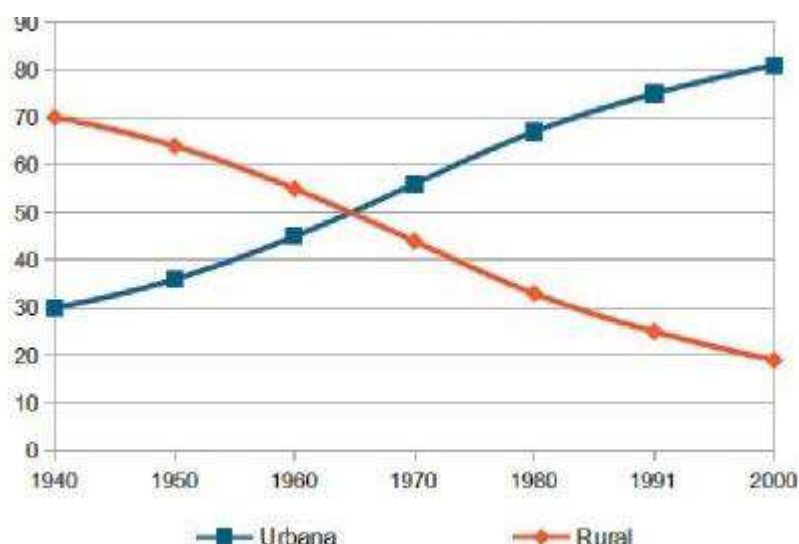
Destacamos que as reformas centrais a estes processos tiveram como cenário social primordial o meio urbano. A adoção de medidas discriminatórias e confiscatórias sobre a agricultura impulsionou o fluxo migratório interno, tanto campo-cidade quanto de pequenas para grandes concentrações urbanas. A constituição espacial do capitalismo brasileiro impulsionou, assim, a formação de metrópoles e a desigualdade regional como necessidades intrínsecas ao desenvolvimento de um capitalismo industrial.

O desenvolvimento técnico que possibilitou o deslanche da produção interna aliava-se a um arsenal financeiro, fiscal e monetário que passou a basear novas relações sociais, inclusive e fundamentalmente de consumo. Como indica Pochmann (2010, p. 51), a passagem da demografia rural para a majoritariamente urbana acompanhou a celeridade do processo industrial: “em apenas três décadas de forte decréscimo na participação relativa das ocupações

no campo, o meio urbano tornou-se majoritário no emprego total da mão de obra desde os anos de 1960"⁸.

A difusão de investimentos econômicos e infraestruturais — incluindo progressos sanitários e relativamente nas condições de vida urbana — encetaram um cenário de altas taxas de crescimento vegetativo da população urbana. De fato, a taxa de crescimento do Brasil urbano entre 1950 e 1960 atingiu os níveis inusitados de 5,3% ao ano (MARTINE et al, 1990). Note-se no Gráfico 2 que, em 1950, apenas 36% da população brasileira residia em áreas urbanas, enquanto em 1960 esse número chega a 45% e no advento da década de 1950 a população urbana constitui-se maioria crescente.

Gráfico 2: Brasil: população rural e urbana (1940-2000)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Lefebvre (1973) entende como urbanização a condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção, e que a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado. Compreende-se, assim, que “é neste espaço dialectizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de

⁸ Estima-se que entre 1940 e 1980 culminou significativamente na perda de importância da produção agropecuária no total do Produto Interno Bruto do país.

produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1973).

Esta interação entre espaço social e as relações sociais de produção expressa-se no caráter essencialmente dialético das relações sociais e espaciais – bem como de outras esferas estruturalmente ligadas como a produção e o consumo – e confere ao espaço um papel condicionador, regulador da vida social e da reprodução das contradições do capital:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em 'si mesmo', nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço (LEFEBVRE, 1974).

A realocação da centralidade espacial das atividades econômicas e a ação concomitante do capital imobiliário proporcionaram uma redistribuição espacial da população através de uma intensa migração, que funcionou como o elo maior entre as mudanças estruturais por que passavam a sociedade e a economia brasileira e a aceleração do processo de urbanização (BRITO; HORTA, 2002). Esses fluxos migratórios cumpriram papel determinante no processo de inserção de novos padrões e estilos de vida na sociedade brasileira, contribuindo decisivamente para a consolidação interna da economia de mercado em expansão. Segundo Fernandes (1975, p.141-142):

O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relação a fins” acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso País, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade. [...] No conjunto, pois, o imigrante realizava, na esfera econômica da cultura, a passagem da “ordem tradicional” para a “ordem capitalista” [...]

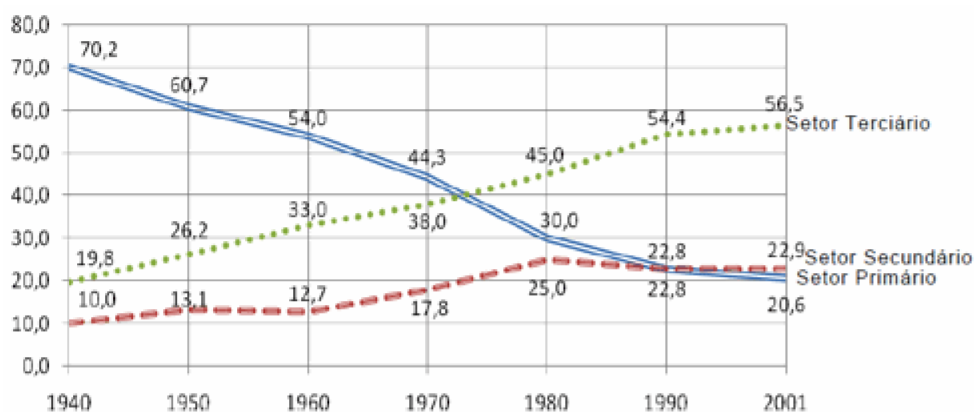
Ressalta-se que, embora alterando profundamente a estrutura de acumulação, as unidades industriais apresentaram absorção significativamente baixa de força de trabalho. De fato, a partir de dados de Viceconti (1977), é possível perceber que o crescimento do emprego industrial pouco destoou das taxas de crescimento da força de trabalho total.

As novas relações sociais desenvolvidas no progresso da economia urbana distenderam a participação de um outro setor, fundamental na configuração do mercado de mercadorias e de trabalho brasileiro: os serviços. Entre 1939 e 1969, a participação do setor de serviços no produto interno líquido do país manteve-se entre 55% e 53%, enquanto a porcentagem da força

de trabalho saltou de 24% para 38% (OLIVEIRA, 2013; VICECONTI, 1977). Os serviços, ou setor terciário, se formaram, assim, como o que mais absorveu força de trabalho urbana no Brasil, como evidencia o Gráfico 3.

Para Oliveira (2013, p. 54-55), o crescimento do setor de serviços no Brasil, “absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista”. A impossibilidade de o crescimento fabril ocorrer sem o aporte de serviços urbanos exteriores às unidades industriais, exigiu das cidades brasileiras estruturas e serviços que dilataram uma divisão do trabalho para além dos muros da fábrica. A dimensão deste setor no emprego da força de trabalho está, portanto, estreitamente ligada ao desenvolvimento urbano-industrial.

Gráfico 3: Distribuição da população economicamente ativa por setores de produção - 1940 a 2001



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Neste cenário, a regulamentação das relações entre trabalho assalariado e capital foi uma das principais medidas de viabilização deste modelo de acumulação e conveio com a necessidade de conformação de contingentes homogêneos de trabalhadores e de um “exército de reserva”, por meio, sobretudo, da fixação e igualitarização reducionista do preço da força de trabalho. Conforme apontam Antunes e Pochmann (2008, p. 3), a dinâmica interna do padrão de acumulação da industrialização brasileira estruturou-se sob um processo de “superexploração da força de trabalho”, articulando baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade nos ritmos de trabalho.

A partir da década de 1940 o desenvolvimento industrial apresentou um padrão concentrador, tanto em termos setoriais como regionais, e propiciou inserção de grande parte dos imigrantes nos mercados de trabalho urbanos das áreas mais dinâmicas do Sudeste, estreitando a relação urbanização, migração e emprego, como escreve Matos:

Em 1970, a população urbana brasileira ultrapassava a população rural, 52 milhões contra 41 milhões respectivamente. Nesse período, o esgotamento de áreas de fronteira agrícola ocasionou nova reorientação das trajetórias migratórias o que resultou no aumento da concentração da população em cidades de maior tamanho. A expansão dos grandes centros urbanos ganhava nova expressão espacial com a emergência das configurações metropolitanas (MATOS, 2012, p. 14).

A matriz institucional do mercado de trabalho brasileiro desenvolveu-se neste amplo arcabouço, delineado por legislação trabalhista, sindical, previdenciária e social, entre a constituição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e a reforma trabalhista imposta pelo regime ditatorial, em 1967. Em acordo com Dedecca (2009), esta matriz institucional conformou com as necessidades do padrão de desenvolvimento econômico e a expansão capitalista urbano-industrial, freando instrumentos redistributivos reais:

A construção do mercado brasileiro de trabalho foi marcada por um modelo de regulação que garantiu a elevada flexibilidade das relações e do contrato de trabalho. Isso se traduziu em formas de subordinação do trabalho ao capital que se expressaram em uma acentuada desigualdade social. O modelo de regulação proveniente da Consolidação das Leis do Trabalho e as mudanças nele introduzidas nos anos 1960 estabeleceram direitos formais ao trabalho, que, entretanto, não se efetivaram em razão da flexibilidade inerente às relações e ao contrato de trabalho (DEDECCA, 2009, p. 140).

Salienta-se que a manutenção dos custos da produção agrícola em equiparação ao da produção industrial possibilitou a manutenção de certo padrão de acumulação agrário em conciliação com a viabilização de baixos custos para a reprodução do proletariado urbano – crucial para manter a concentração urbana e reforçar duplamente a acumulação. Esta conciliação política permitiu o desenvolvimento de contingentes proletários rurais e urbanos, baseando-se em uma superexploração de força de trabalho – urbana e rural – estruturalmente integrada.

Haja vista que a modernização do campo tenha transcorrido sem a realização de reforma fundiária, o Brasil urbano também nasceu e se desenvolveu assentado na prevalência da concentração de propriedades, renda e poder político. Mesmo em período de crescimento econômico, a expansão urbana baseou-se na dispersão de assentamentos de baixa renda nos

entornos das cidades, principalmente para moradia da população ligada ao trabalho operário das atividades industriais.

No bojo do projeto desenvolvimentista, grande parte do custo de reprodução da força de trabalho foi sendo progressivamente externalizada da estrutura formal do trabalho. Isto é, o salário do trabalhador urbano passou a arcar cada vez mais às despesas próprias e familiares com alimentação, vestuário, transporte, moradia, previdência e assistência, educação, saúde, entre outros. Dados apresentados por Pochmann (2010) inferem que o avanço econômico acabou sendo acompanhado pela redução relativa da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e que os trabalhadores, em última análise, distanciaram-se dos ganhos de produtividade decorrentes da passagem para a sociedade urbano-industrial:

Assim, mesmo havendo ampliação considerável do assalariamento no Brasil, que passou de cerca de 1/5 do total de ocupados ao final da década de 1930 para próximo de 2/3 em 1980, prevaleceu a extrema heterogeneidade no mercado de trabalho. Tanto no que diz respeito ao fato de o emprego assalariado ser composto por trabalho ilegal, sem contrato formal, como pela diversidade de ocupações não assalariadas e, na maioria, ilegais (POCHMANN, 2010, p. 70).

É fato que o avanço na base material da economia urbano-industrial transcorreu descolado de maior desenvolvimento social, baseando-se em baixíssimos custos de reprodução da força de trabalho e, portanto, do nível de vida das massas trabalhadoras. Compreendemos, nesse sentido, que a estabilidade do padrão de desigualdade brasileira e, por conseguinte, da miséria urbana, encontra-se associada a diversas razões, mas está irrefutavelmente alinhada aos projetos socioeconômicos empreendidos pela aliança de frações burguesas que fizeram emergir as novas relações entre Estado, latifúndio e indústria.

Para Oliveira (2013, p. 47), nestas combinações é que residem “a raiz da tendência à concentração de renda na economia brasileira”, uma vez que “nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder” (OLIVEIRA, 2013, p. 60). Isso posto, a urbanização brasileira e o crescimento das cidades não podem ser entendidos senão dentro de premissas econômicas, políticas e institucionais em que “necessidades da acumulação impõem um crescimento de serviços horizontalizados, cuja forma aparente é o caos das cidades” (OLIVEIRA, 2013, p. 59).

À medida que a efetividade da estrutura urbana não acompanhou as necessidades de reprodução da crescente população urbana, desde as primeiras décadas de industrialização é possível identificar a amplitude do déficit habitacional que atingiu significativamente a

população trabalhadora nas cidades. A construção de vilas a serem ocupadas pelos operários foi prática de grande parte das instituições fabris que, juntamente com loteamentos específicos para trabalhadores construídos pelos poderes públicos, constituíram os primeiros subúrbios das cidades⁹, evidenciando a precariedade das condições de moradia dos trabalhadores e sua segregação inicial às áreas periféricas.

A autoconstrução de moradias pelas próprias famílias, grande parte em áreas irregulares, firmou-se como uma das alternativas populares para prover-se efetivamente de habitações e serviços urbanos. Esta realidade emergiu tanto da abertura de imensas frentes de ocupações urbanas, sem acesso ao sistema de produção social existente, como do atendimento do custo de reprodução de trabalhadores formais afetados pelo decréscimo dos salários em termos reais, especialmente a partir do regime militar.

2.1.1 “Modernização” e expansão urbana em Uberlândia-MG

O processo de desenvolvimento da acumulação urbano-industrial no Brasil materializou-se localmente na reestruturação dos espaços e dos modos de vida das crescentes populações. A cidade de Uberlândia foi constituída neste contexto, organizando seus espaços com base nos anseios e discursos ideológicos que perpassaram as ações políticas institucionais voltadas a propiciar as mudanças econômicas no país. Esta trajetória condicionou fundamentalmente as formas de apropriação e uso da terra urbana em todo o desenvolvimento desta cidade.

A paisagem urbana uberlandense manteve-se em transformação conjuntamente com a expansão econômica que teve início nas décadas iniciais do século XX, buscando substituir a imagem da velha vila São Pedro de Uberabinha, elevada à categoria de cidade em 1892, pelo vislumbre de uma nova cidade, de modernas edificações padronizadas e de extensas vias simétricas. Estas transformações locais conformaram com o projeto de urbanização encampado nacionalmente e expressaram o projeto moderno, norteado por preceitos de beleza, ordem e limpeza, conforme o que descreve Relph (1990):

⁹ Maricato (1982) empreende um esforço de compreender a formação desse espaço específico que se conformava para e pela força de trabalho, no cerne de um processo que a autora intitula como *proletarização do espaço*, processo este que se intensifica com a industrialização da década de 1950.

As áreas urbanas deveriam, portanto, concretizar o pensamento daquela época, no qual o desenvolvimento econômico impunha um ordenamento do espaço em nível técnico, em que seriam privilegiados o transporte urbano, programas de saneamento para a construção de redes de esgoto sanitário e outros equipamentos necessários à vida urbana, fazendo com que as cidades fossem limpas e belas, registrando o progresso da sociedade moderna (RELPH, 1990, p. 47).

O fato é que, como observa Harvey (2014b, p. 131) o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. A massificação da produção significava padronização dos produtos e do consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e “mercadificação da cultura”:

O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as forma de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrática-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema sua coerência de apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial (HARVEY, 2014b, p. 131).

O conteúdo e a forma das mudanças que fundaram a cidade de Uberlândia, entendidas como o processo de modernização, podem ser compreendidos como expressão e fundamentação da substancial expansão das relações capitalistas-industriais e de suas bases materiais na região. Até a década de 1940, a estrutura produtiva na cidade estava prioritariamente ligada a atividades agrícolas. A estruturação urbana e a instalação de sistemas técnicos energéticos, de comunicação, transporte, dentre outros, possibilitaram, principalmente a partir daquela década, a implementação de um setor industrial diversificado, incluindo petroquímicas, indústrias moveleiras e grupos atacadistas.

A fixação da função de entreposto comercial, possibilitada pela localização geográfica da cidade, foi fundamental para o desenvolvimento industrial na região. Na primeira década do século XX, a cidade já registrava o terceiro maior índice de importações por meio da Estrada de Ferro Mogiana, depois de Uberaba e Araguari (BOSI, 2004). Mais que méritos, os índices de transportações ferroviárias nestas cidades significaram seu desponte como centros comerciais e atacadistas, demarcando a lógica da racionalidade mercantil no projeto de desenvolvimento local.

À medida que Uberlândia se expandiu na primeira metade do século XX, as antigas residências existentes nas áreas centrais foram aos poucos demolidas para abrir espaço para as

casas comerciais e edifícios, expulsando a população de renda mais baixa. Os preceitos espaciais que acompanharam o desenvolvimento urbano-industrial pressupuseram medidas higienistas no espaço urbano, incluindo a eliminação de velhas e simplórias construções. A restrição à ocupação da área central às elites condicionou forte desigualdade no oferecimento de serviços urbanos, secundarizando a urbanidade nas áreas marginais.

Esse processo higienista, que instituiu a formação de Uberlândia, remete ao que a socióloga britânica Ruth Glass cunhou como “gentrificação”¹⁰, e que Neil Smith propõe explicar por meio dos movimentos territoriais do capital (SMITH, 2006). Na perspectiva de Smith (2006), a entrada do capital e dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo nos centros urbanos resulta em uma paulatina substituição de seus antigos moradores e frequentadores, que dificilmente conseguem resistir à pressão decorrente das mudanças a que essas localidades são submetidas no decorrer de seu enobrecimento.

O descompasso entre crescimento populacional e as condições de reprodução social na cidade produziu um déficit habitacional crescente desde as primeiras décadas do século. À vista disso, a construção de casas a serem alugadas por operários passou a ser prática de empresas como a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação e a Fábrica de Tecidos. Para Soares (1988, p. 32), a construção destas moradias, do ponto de vista das organizações empresariais, “serviam para proteger suas empresas, além de fixar a mão de obra especializada, escassa na cidade”. Juntamente com vilas construídas pelo poder público municipal, estes loteamentos operários constituíram os primeiros subúrbios da cidade, evidenciaram a precariedade das condições de moradia dos trabalhadores urbanos e sua segregação às áreas periféricas (MARIANO, 2014).

Os impulsos industrializantes, sobretudo os ocorridos nas décadas de 1930 e 1950, inauguraram um amplo processo de reforma urbana, com claro intuito de reorganizar a cidade segundo os interesses econômicos associados às atividades comerciais de cunho atacadista. Uberlândia embrenhou-se em um planejamento de expansão horizontal que ocasionou um crescimento desproporcional em relação à totalidade populacional. A ampliação da qualidade infraestrutural e estética, entretanto:

¹⁰ A expressão “gentrificação” deriva do substantivo inglês *gentry*, que designa indivíduos ou grupos “bem nascidos”, de “origem nobre”. Assim, foi concebida originalmente para fazer referência a um processo de elitização ou de enobrecimento de determinados lugares da cidade, anteriormente caracterizados como áreas predominantemente populares (SMITH, 2006).

[...] não atingiram a população residente nos bairros mais afastados da área central, denominados até aquele momento de vilas ou subúrbios [...] Nesses bairros persistia o problema da falta de água para abastecer a população; as ruas transformavam-se em verdadeiros lamaçais nos tempos de chuva; a iluminação pública era muito precária; os terrenos vazios viravam depósitos de lixo e entulho; o traçado urbano não obedecia a critérios técnicos, assim como a arquitetura de suas habitações (SOARES, 1995, p. 130).

Ressalta-se que além da estruturação produtiva e comercial, a maximização da acumulação e do controle social demandou e promoveu a reconstrução das experiências urbanas, inferindo que a organização do espaço urbano se conecta diretamente às necessidades da divisão social do trabalho e da organização do modo de produção. Sob esse prisma, o desenvolvimento urbano da cidade de Uberlândia baseou-se, desde os primórdios, na manutenção da população trabalhadora longe da concentração de serviços e das áreas mais favorecidas de infraestrutura e investimentos.

Pelo menos até a década de 1970, a área urbana uberlandense cresceu de forma exponencial e desigual, com a abertura progressiva de lotes e com clara desigualdade infraestrutural entre áreas centrais e periféricas. Neste processo, é possível observar que se alçou a mercantilização da terra urbana, incrementando o processo de expansão geográfica e, ao mesmo tempo, de acumulação comercial na cidade.

A criação da primeira empresa imobiliária uberlandense já em meados da década de 1930 – posteriormente nomeada Imobiliária Tubal Vilela – inaugurou oficialmente o processo especulativo institucional na cidade, que cresceu nas décadas seguintes com apoio das gestões públicas.

Em 1938 a oferta de terrenos cresceu quase 50%, uma vez que passou de 5 mil para 7,2 mil em um período em que a população quase não se altera (19.633 habitantes em 1937 e 20.114 habitantes em 1938). Seis anos mais tarde, entre 1945/46, o número de lotes lançados no mercado cresce de 8 mil para 12.193, quando a população aumenta apenas 500 habitantes. O mesmo acontece em 1953/54 quando esse número passa de 14 mil para 23.600 habitantes (SOARES, 1995, p. 133).

Entre 1950 e 1953 encontrou-se à frente da Prefeitura Municipal de Uberlândia o empresário do capital imobiliário Tubal Vilela da Silva. A imobiliária Tubal Vilela surgiu justamente deste acúmulo ocorrido nas décadas de 1940 e 1950 e, conforme indica a pesquisa de Silva Junior (2006), cresceu nas décadas seguintes a partir do apoio da gestão pública em conceder autorizações para investimento e extração de lucros da produção de áreas urbanas. A

estreita relação do mercado imobiliário, desde sua germinação, com o poder público da cidade reforça a percepção de que o parcelamento da terra urbana ocorreu predominantemente de acordo com os interesses específicos destes agentes imobiliários, sejam proprietários de terras, incorporadores e gestores públicos.

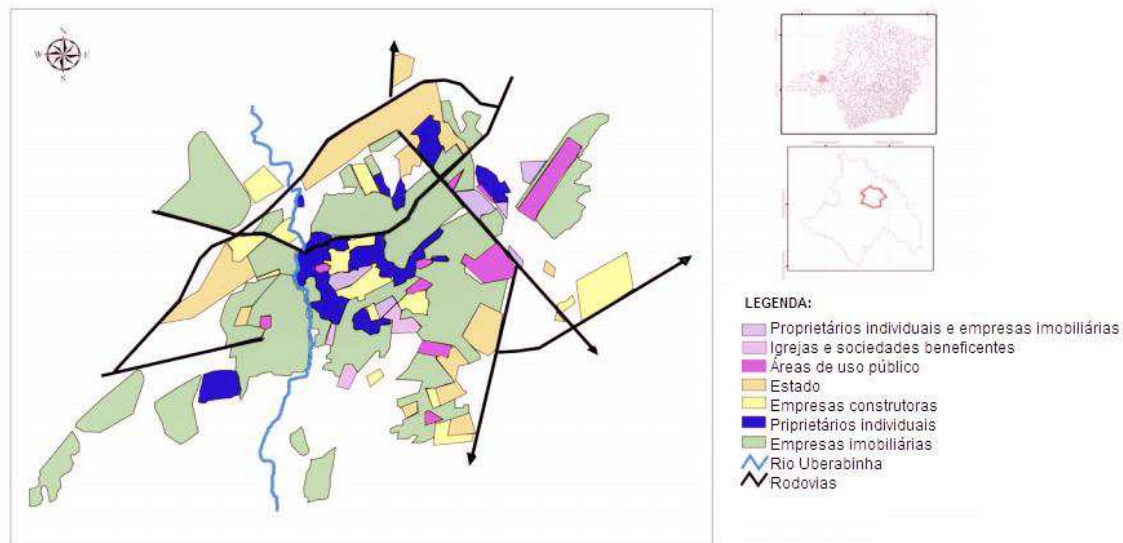
A existência expressiva de terrenos ociosos ao longo de todas as décadas seguintes indica a produção mercantil de terrenos como um dos aspectos que desempenharam enorme significação no desenvolvimento da cidade. Em 1970, constata-se que 64,5% da área urbana loteada não era ocupada. Mesmo com significativo crescimento populacional na década de 1980, o percentual de lotes ociosos foi de 48,1%, e nos primeiros anos da década de 1990 as áreas vazias já chegavam a 63,7% de toda a área urbana de Uberlândia (BESSA e SOARES, 1997).

Mesmo que a criação de novos loteamentos tenha aumentado as distâncias e as demandas e encarecido a implementação de políticas de Estado, observa-se a inexistência de qualquer regulamentação municipal que versasse sobre a adequação da abertura de lotes às necessidades concretas da cidade. Até a década de 1980 a legislação sobre a construção civil previa normas apenas a respeito das dimensões dos loteamentos e imóveis (MARIANO, 2014).

A ausência ou a não aplicação de leis de uso da ocupação do solo urbano durante a maior parte da história de Uberlândia incentivou a monopolização e a especulação da terra por parte dos proprietários, incorporadores e gestores públicos. Conforme aponta Kowarick (1979), o desenvolvimento deste mercado de investimento e a orientação dos investimentos públicos à serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário construtor marcou toda a experiência de urbanização em curso nacionalmente.

Os movimentos de valorização, que apostaram na implantação de novos bairros na cidade, promoveram o loteamento de áreas e infraestrutura básica, tornando o capital imobiliário o principal responsável na definição da expansão e das configurações urbanas de Uberlândia, tal como infere o mapa representado na Imagem 1. Com efeito, isso resultou em grande quantidade de terrenos vagos em todas as áreas da cidade e em um espaço fragmentado, com grandes lacunas urbanas sujeitas à valorização.

Imagem 1: Agentes que produziram o espaço urbano em Uberlândia (1994)



Fonte: Soares (1995)

O crescimento promovido pelas práticas especulativas, partido de ações estratégicas no âmbito do mercado, omitiu-se quanto a um planejamento urbano público adequado ao atendimento das demandas sociais. Isso significou a ampliação da segregação socioespacial e de grandes contingentes populacionais espoliados de direitos sociais e civis básicos. A criação de áreas e imóveis vazios foi combinada à maiores restrições no acesso à moradia e às infraestruturas urbanas para uma grande camada da população.

O desenvolvimento da cidade de Uberlândia semeou a transferência para o mercado de grande parte da responsabilidade sob a provisão habitacional e germinou mecanismos de hierarquização de preços e de acesso à terra urbana e à moradia. O controle mercadológico da produção imobiliária significou a formação de uma rede urbana em que a desigualdade de renda se aprofunda, e o acesso ao que Lefebvre (2001) chamou de “às positivities do urbano” se limita a quem pode pagar.

Em termos de crescimento demográfico, o município de Uberlândia apresentou até a década de 1990 índices significativamente elevados. Segundo os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 a população urbana representava 65,10% e a rural 34,90% respectivamente. No início dos anos 2000, o número de habitantes da área urbana já representava 97,56%, enquanto a população rural compreendia apenas 2,44% do total, como demonstra a Tabela 1.

Esta expansão urbana esteve fortemente relacionada aos dados de imigração, tanto campo-cidade quanto deslocamentos entre cidades. Entre 1970 e 2000, a população de Uberlândia passou de 16% para 33% da população da região do Triângulo Mineiro, onde se localiza o município. Nas décadas de 1970 e 1980, a cidade recebeu aproximadamente 52.000 habitantes dos outros municípios. Em 1991, 37,5% dos seus moradores eram imigrantes, sobretudo dos outros municípios mineiros, e dos estados de Goiás e São Paulo (SILVA, 2001, p. 207).

Tabela 1: População por situação de domicílio em Uberlândia (1940 - 2010)

Anos	Total	Urbana	%	Rural	%	Taxa de Urbanização (%)
1940	42.179	22.123	52,5	20.056	47,5	52,45
1950	54.984	35.799	65,1	19.185	34,9	66,11
1960	88.282	71.717	81,2	16.565	18,8	81,24
1970	124.706	111.466	89,4	13.240	10,6	89,38
1980	240.961	231.598	96,1	9.363	3,9	96,11
1991	367.067	358.165	97,5	8.896	2,5	97,58
2000	500.095	487.887	97,5	12.208	2,5	97,56
2005 ⁽¹⁾	585.262	570.982	97,5	14.280	2,4	97,56
2010	604.013	587.266	97,0	16.747	3,0	97,26

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A valer, o ascenso no crescimento populacional urbano esteve diretamente ligado à inserção do município no contexto do comércio nacional, sobretudo por meio das ações dos poderes públicos municipais voltadas à garantia de condições infraestruturais necessárias ao escoamento rodo-ferroviário de produção e ao desenvolvimento concentrado de uma grande diversidade de atividades terciárias ou de serviços. Estas características refletiram a inserção do município em uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil urbano-industrial, exercendo “papel de articulação produtiva e comercial de forma a complementar a economia paulista” (GUIMARÃES, 1990, p. 17).

Os dados disponíveis sobre o emprego formal evidenciam, ainda, uma realidade de concentração populacional e econômica estabelecida, atentando para importantes condicionantes da consolidação urbana do município. Entre 1986 e 1998, o número de postos de trabalho cresceu em um ritmo 36% superior à média nacional, e 50% maior que a média

paulista. Ao fim da década de 1990, a cidade concentrava 35,95% dos empregos formais no Triângulo Mineiro (SILVA, 2001, p. 220).

A predominância acentuada do emprego da força de trabalho nas atividades de comércio e serviços em Uberlândia destaca, ainda, a relação entre urbanização e crescimento do índice de terciarização neste município. De acordo com dados do Banco de Dados Integrados (BDI, 2008) do Município, a contribuição do setor terciário, no ano de 1999, correspondia a 47% do total, sendo que, no ano de 2005, chegou a atingir 58%. Em segunda posição está o secundário, que no ano de 1999 apresentou participação de 29% e em 2005 caiu para 22%. Neste mesmo ano, a taxa de urbanização consolidara-se em 97,26%. Desta forma, evidencia-se que Uberlândia reforçou seu poder de atração de contingente populacional com o crescimento da demanda, principalmente, por bens e serviços.

Atenta-se para que somente nos anos 1980 é possível identificar políticas públicas de planejamento urbano divergentes da lógica especulativa. Promovido pela gestão municipal Zaire Rezende (1983-1988), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, com alíquotas diferenciadas para as edificações segundo sua localização e área construída, bem como alíquota progressiva para os terrenos excedentes, tinha por objetivo frear a acumulação de terrenos vagos e incentivar a ocupação destes com moradias. A medida foi, porém, derrubada pela Câmara de Vereadores em 1991.

Também apenas a partir desta década ocorre um processo ordenado de descentralização comercial em Uberlândia, com surgimento de novos subcentros na malha urbana. Longe de representar a democratização de acesso à cidade, isso ocorreu em concomitância com a intensificação da migração dos grupos de renda alta para loteamentos fechados mais afastados do centro urbano (MARIANO, 2014). Estes loteamentos fechados consolidaram-se como marca dos tecidos urbanos modernizados na década de 90 e podem ser vistos como a metáfora mais aperfeiçoada do isolamento proposital promovido pelas elites.

A população de Uberlândia vivenciou a continuidade deste ciclo, experimentando no espaço urbano a materialização de estruturas de poder e dominação social que se sustentaram historicamente nos discursos desenvolvimentistas de seus dirigentes administrativos e econômicos, fortemente articulados à lógica da expansão promovida pelo mercado imobiliário.

2.2 Urbanização desigual e combinada

A expansão urbana forjada a partir do binômio ocupação e “modernização” refletiu o desenvolvimento alçado pela estrutura produtiva e pelas relações internas e externas emergidas na economia brasileira. O projeto nacional, desdobrado em Uberlândia e outras localidades, disponibilizou novos territórios de acumulação para a economia capitalista industrial nacional e internacional.

A imersão do território brasileiro no circuito global de acumulação industrial se deu a partir de dispositivos típicos de um país de economia periférica. Conforme analisa Santos (2010), até a década de 1980 a fronteira urbana manteve-se em expansão, demarcando novos meios de reprodução do capital. Desse modo, à medida que avançou em território brasileiro, a urbanização elaborara-se como ponte de expansão da economia mundial.

Em consequência, a urbanização do território produziu espaços cada vez mais distantes dos centros, incorporados aos processos de valorização. Dá-se que no Brasil, diversamente a processos congêneres observados no capitalismo central, a constituição urbana do território não foi induzida pelo processo de industrialização, mas, de forma reversa, ela foi indutora.

É certo que a centralidade que o Estado assumiu na condução das políticas territoriais e na transformação desse território promoveu novas ordenações espaciais, relativas sobretudo à expansão de condições de produção e circulação. O que pretendemos respaldar aqui é que estas políticas expansionistas compuseram uma estratégia espacial inerente ao complexo industrial brasileiro; e que tiveram importância central para a continuidade dos ciclos de acumulação de capital nacional e internacional no país.

De acordo com Tavares (1985), ao garantir grande parte da infraestrutura produtiva e de circulação, o Estado brasileiro não apenas criou meios de funcionamento da economia industrial, mas impulsionou condições de investimento à frente do investimento real, de forma que os excedentes de acumulação foram absorvidos lucrativamente numa dinâmica territorial expansionista. Esse avanço foi significativo aos fins da acumulação do complexo industrial ao reverter-se no intenso processo de urbanização que tomou progressivamente novas áreas territoriais.

Delineando a configuração histórica do imperialismo, Lênin (1979) já apontava que a expansão sobre os territórios dos países de economia capitalista periférica veio se colocando como uma das mais viáveis alternativas aos problemas pertinentes à realização da mais-valia.

Na mesma época, Rosa Luxemburgo (1985) postula, ainda, que são as insuficiências internas de demanda, matérias-primas e força de trabalho que comprometem esse modo de produção com um comportamento territorialmente expansionista.

Para Luxemburgo (1985), o comportamento territorialmente expansionista sempre esteve associado à realização da mais-valia para acumulação e reprodução do capital. A autora observa que a tendência ao aumento na produtividade exige também novos mercados, o que, em certas condições, é buscado a partir da exploração de territórios em regiões ainda não completamente integradas à esfera de circulação prioritária do capital. Nestes termos, a expansão territorial capitalista está ligada à exploração de mercados e a um processo contínuo de acumulação primitiva. A acumulação primitiva, nesse sentido, configura-se no "processo usual de funcionamento do capitalismo: o capitalismo em sua completa maturidade também depende, em todos os aspectos, das camadas não capitalistas e das organizações sociais existentes ao lado dele" (MIGLIOLI, 2004, p. 198).

Sem embargo da necessária complexificação desta teoria e das atualizações realizadas posteriormente, ante o exposto, depreendemos que a abertura de novas frentes de investimento para continuidade de acumulação passa diretamente por estratégias espaciais, propriamente, ligadas à produção do espaço. Estes procedimentos são, regularmente, mais vantajosos do ponto de vista da rentabilidade do capital do que a destruição e consecutiva reconstrução de capital ativo em regiões de estrutura capitalista já desenvolvida.

A expansão da rede urbana e de serviços diversificados no Brasil, sob esta lógica, fizeram parte da estratégia que promoveu um elevado padrão de inversões (SANTOS, 2010). A urbanização, em última instância, foi intencionalmente produzida com fim a possibilitar a absorção de excedentes produtivos gerados nas condições da economia industrial em desenvolvimento; por sua vez, diretamente integrada ao circuito combinado da divisão internacional do trabalho.

Malgrado a urbanização tenha possibilitado um caminho de fortalecimento do mercado interno, avanço relativo das forças produtivas, diversificação, assalariamento e modernização da sociedade, Singer (1975) indica que a implantação de infraestrutura e serviços públicos era financeiramente viável apenas onde a produção para o mercado externo proporcionava um excedente monetário. Desta forma, seja sob forma de capital público ou privado, o desenvolvimento da infraestrutura de serviços dependia diretamente da funcionalidade de cada região do país para o mercado mundial.

Esta realidade circunscreve-se nos marcos de um desenvolvimento via crescente inserção subordinada no mercado mundial, calcado em uma industrialização realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais ou com a oligarquia rural que originou as novas elites dominantes (STEDILE, 2005). O reconhecimento de que o desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil e demais países da América Latina se confunde com a história de ocupação e utilização da reserva territorial constituída no capitalismo central, induz ao entendimento que o processo de modernização ocorreu com bases, conforme argumenta Marini (2000, p. 147), em uma nova divisão internacional do trabalho, “em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente”.

A produção de bens duráveis e de certos bens de produção, alçada na década de 1950, inaugura um patamar em que o centro das decisões não se fixa majoritariamente interno ao país, e nem tem o mercado nacional como seu epicentro. A "construção autônoma da nação" projetada no discurso nacional do desenvolvimentismo é irrompida pelo rearranjo significativo e crescente de controle do capital internacional. Neste arranjo, a produção de bens de capital manteve-se incompleta, e o processo de internacionalização da economia desdobrou-se na absorção de setores industriais decisivos, como o de alimentos, químico-farmacêutico, dentre outros (PRADO JR., 1990).

Tavares (1985, p. 112-113) atribui a progressão da associação entre o capital nacional e capital estrangeiro distendida pelo Plano de Metas ao crescimento da capacidade produtiva significativamente superior à demanda preexistente e ao caráter concentrado no tempo do bloco de investimentos, o que passou a requerer investimentos maciços, tanto nacionais quanto estrangeiros. Uma vez que os empresários nacionais não dispunham de instrumentos de mobilização e centralização de capital suficientes e que a estrutura técnica e financeira dos novos capitais, completamente diferente da anterior, não poderia advir da expansão e diversificação da estrutura produtiva existente, a forte presença do Estado e o caráter dominante do capital estrangeiro foram componentes intrínsecos à natureza das mudanças ocorridas na estrutura produtiva brasileira; moldados pelo grau de desenvolvimento das forças capitalistas no país (TAVARES, 1985; CAMPOS, 2009; LESSA, 1983).

O que se propõe salientar aqui é que a expansão planejada da fronteira urbana e a construção de hegemonia interna da burguesia industrial, ascendida em sobreposição às elites mais conservadoras, se combinaram ao avanço internacional do capitalismo a partir de uma

estrutura social baseada em relações de desigualdade e dominação. Esse processo estrutural é o que muitos autores brasileiros, como Florestan Fernandes (1968), chamaram de desenvolvimento desigual – remetendo à subordinação da economia de países periféricos ao desenvolvimento e expansão do capitalismo hegemônico dos países centrais – e combinado – sendo o subdesenvolvimento um produto intrínseco ao desenvolvimento capitalista internacional.

Esta noção de desenvolvimento combinado, forjada por Trotsky (2007) na análise da história da Revolução Russa¹¹, ressalta que nos processos de desenvolvimento em países periféricos, o “arcaico” não permanece como resquício de outra temporalidade reverberante – tal como compreende a Teoria “dualista” do Desenvolvimento¹² –, mas seria justamente a presença de elementos “anticapitalistas” e “semicapitalistas” o que produziria funcionalidade ao capitalismo nestas áreas dependentes. O “arcaico” não seria antípoda do “moderno”, e sim seu complemento histórico e socialmente necessário (DEMIER, 2007, p. 06)

Ruy Mauro Marini (2000) analisa com primazia a relação de dependência instituída nos processos de formação socioeconômica dos países latino-americanos, evidenciando o capitalismo periférico como uma forma específica, estruturalmente produzida e vinculada “em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2000, p.107-108). Nesses termos, o subdesenvolvimento estabelece-se como componente estrutural do avanço do capital, reproduzindo-se por via da relação de subordinação estabelecida de economias periféricas às economias centrais ao capitalismo.

Haja vista que a sociedade agrária brasileira tenha se caracterizado pela estrutura econômica constituída a partir da demanda dos mercados capitalistas europeus – com efeito, a quase totalidade dos grandes produtos dos latifúndios era comercializada no exterior da economia e as variações da produção e dos investimentos acompanhavam as cotações nas bolsas do mercado capitalista mundial (DOWBOR, 1978) –, a industrialização representou um processo em que:

¹¹ Análises mais aprofundadas acerca deste aspecto fundamental do pensamento de León Trotsky são encontradas em Löwy (1998), Knei-Paz (1985) e Bianchi (2001).

¹² Partilhavam dessa concepção especialmente os formuladores e teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – entre os quais Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos – e os intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – como os economistas Celso Furtado, Maria Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello – e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para aprofundamento ver Bielschowsky (2000), Marini (1992) e Toledo (1977).

À capacidade para criar oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial (MARINI, 2005, p. 143).

Esta totalidade dialeticamente contraditória (MARINI, 2000) faceta-se a partir da relação desigual de controle dos mercados, em que a participação de centro e periferia, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. O que se observa é que a sustentação do domínio tecnológico das economias centrais é complementarmente viabilizada na perda de controle de países dependentes sobre seus recursos e na transferência de renda destes para países dominantes – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos (CARCANHOLO, 2008).

É sob estes cálculos que se operam desenvolvimentos socioespaciais desiguais. Bem como escreve Harvey (2016, p. 139), “o capital se esforça para produzir uma paisagem favorável à sua própria reprodução e subsequente evolução”, combinando “processos moleculares de acumulação infinita do capital no tempo e no espaço [...] à tentativa de organizar o espaço e a paisagem de maneira sistemática por intermédio dos poderes estatais”. A produção de lugares desiguais, assim, é o *modus operandi* pelo qual o capital se reinventa e se reproduz.

A formação urbana brasileira representou a materialidade da indução estratégica de uma integração subordinada à nova configuração da divisão internacional do trabalho, em um processo em que “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p.109).

As cidades, para além de lócus dos fenômenos da industrialização, instituíram-se como instrumentos de excelência da expansão da economia capitalista mundial e do que se convencionou a chamar nas décadas finais do século XX de globalização. Sedes de grandes corporações transnacionais e de instituições financeiras, redes de informação e telecomunicações, bens de consumo sofisticados e atividades de serviços, de caráter essencialmente urbano, figuraram-se elementos da modernização, associada à progressiva globalização dos espaços.

Além dos eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel produzido pela indústria fordista brasileira a partir dos anos 1950 promove mudanças significativas nos modos de vida e de consumo – que inicialmente concentrava-se nas faixas de maior renda – e também na

habitação das cidades. A transformação estrutural e a massificação destes bens impactaram nos valores, na cultura e no conjunto do ambiente construído, desde a ocupação do solo urbano até o interior das moradias.

A produção do espaço urbano, inserida no movimento dialético dos hábitos e práticas sociais, para além de modificar o ambiente físico, forma modos de vida vinculados às cidades. Lefebvre (1991, p. 95) salienta que “não é apenas a sociedade que se torna o lugar da reprodução, mas o próprio espaço”. No espaço urbano capitalista, a vida e suas figurações centram-se nos vários âmbitos e desdobramentos da produção, da circulação e do consumo. Sob esse prisma, a edificação das cidades não pode ser compreendida se não por meio da basilar relação capital-trabalho específica da modernização brasileira, tomando o capital produtivo como determinante das definições dos espaços urbanos.

Mediante o crescimento de consumo da maior parte da população, o modelo implementado baseou-se na obsolescência programada e na substituição de produtos, própria dos países altamente desenvolvidos. Dado que foi composta em um quadro de forte saída estrutural de recursos, a industrialização engendra na miséria do interior do país uma base para sua acumulação e uma fonte de produção de excedentes para seu desenvolvimento, constituindo, conforme Dowbor (1978), um tipo de acumulação primitiva interna.

Carcanholo (2008) explica que, neste modelo urdido na subordinação tecnológica – que obstaculiza o desenvolvimento de uma base técnica compatível com a do centro e, assim, a produção de bens com alto valor agregado –, a única forma que a acumulação de capital interna à economia capitalista dependente tem encontrado para expandir é o aumento da produção de excedente por meio da superexploração da força de trabalho:

A superexploração da força de trabalho por arrocho salarial e/ou elevação da jornada e da intensidade do trabalho faz com que se produza uma maior massa de mais-valia em relação ao valor criado no processo produtivo, aumentando a taxa de mais-valia. Quando esse maior excedente é apropriado em maior proporção pelo capital produtivo, são criadas as condições para a acumulação de capital acelerada (CARCANHOLO, 2008, p. 261).

Desta forma, uma vez que o intercambio desigual estabelece uma avultada apropriação de valor produzido na periferia pelo centro da acumulação mundial, a dinâmica capitalista periférica tende a basear-se na garantia de aumento da produtividade do trabalho por meio da superexploração da força de trabalho:

Importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial é dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque se lhe obriga a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal [...] (MARINI, 2005, p. 156).

O que está em questão são remunerações inferiores ao valor da força de trabalho e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica dos trabalhadores. Estamos refletindo, portanto, sobre modos de vida urbana assentados centralmente na desigualdade socioeconômica e racial, e na precarização das condições de trabalho e de reprodução social. Estas contradições transpassaram a formação e a consolidação dos tecidos urbanos brasileiros em todas as suas territorialidades.

Segundo Marx (1979), a elevação dos salários fica sempre limitada a manter intactos os fundamentos do modo-de-produção capitalista e assegurar a sua reprodução em escala crescente e ampliada: “[...] tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (MARX, 1979, p. 722). Visando o capitalismo dependente latino-americano, Nun afirma que:

No que diz respeito ao capital, a inserção dependente dos países produtores de alimentos e de matérias primas ao mercado mundial fez com que a pilhagem aberta, primeiro, e o comércio exterior, depois, atuassem como verdadeiras bombas de extração de mais-valia operadas a partir das metrópoles (NUN, 1969, p. 212, *tradução nossa*).

As políticas salariais no Brasil estabeleceram-se, como constata Oliveira (2013), circunscritas à uma acumulação urbano-industrial induzida e reforçada por um amplo exército industrial de reserva e um nivelamento abaixo do real custo da força de trabalho regulamentado pela criação do salário mínimo. Por essa razão, com o estabelecimento da legislação trabalhista, há um impulso à acumulação “caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira”, a partir da qual a regulação dos fatores capital e trabalho aparece como a forma necessária de se efetivar a transição da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial (OLIVEIRA, 2013, p.39). Nesse sentido, a dinâmica da agricultura assume a função, entre outras, de fornecer os bens de consumo com preços pertinentes ao baixo nível de renda dos trabalhadores urbanos.

Pochmann (2010) infere que, não obstante os avanços na legislação trabalhista e tributária – considerando a importância da definição de salário mínimo em 1940 e a estruturação de tributação voltada para o financiamento de políticas estatais de educação, saúde, previdência e assistência social –, o funcionamento do mercado de trabalho se limitou a reproduzir o padrão de desigualdade originário do descompasso de renda e riqueza no conjunto da população. Na base da pirâmide social, a população negra e mestiça foi relegada à maior exposição à competição imposta pelo restrito acesso educacional e pelo funcionamento excludente pelo mercado de trabalho.

A condição de quase permanente excedente de força de trabalho, que propiciou trajetórias salariais consideravelmente abaixo dos ganhos de produtividade e limitado poder de negociação sindical – sobretudo nos períodos de regimes não democráticos – condicionou a base da pirâmide social brasileira, com a remuneração colada ao valor do salário mínimo, à manutenção de baixo poder de compra (POCHMANN, 2010). Pochmann sugere, ainda, que para um país de baixa renda *per capita*, como o Brasil das décadas de 1950 até pelo menos 1970, “a difusão do padrão de produção e consumo oriundo de nações ricas somente se daria mais rapidamente por meio da concentração de renda” (2010, p. 76-77).

A concentração social e espacial da riqueza firmada por essas dinâmicas socioeconômicas acabou por reforçar o aumento de uma nova pobreza, concentrada em grande parte na periferia dos médios e grandes aglomerados urbanos e, de acordo com Kowarick (1983, p.56), deixou em evidência um “progresso apoiado na pauperização daqueles que leva[va]m adiante as engrenagens econômicas”. Ao longo do século XX, as camadas pauperizadas de trabalhadores brasileiros experimentaram nos ciclos de reformas urbanas a deterioração das condições de vida, o confinamento e a gentrificação em cidades permanentemente marcadas pela concentração da propriedade da terra, da renda e do poder (MARICATO, 2012).

Correlativamente, o modelo de urbanização que conduziu este modelo de desenvolvimento, alicerçado na superexploração da força de trabalho e na privatização das condições de reprodução social da crescente população urbana no Brasil, instituiu grandes massas pauperizadas e tecidos urbanos caracterizados pela periferização e pela segregação socioespacial. Como bem coloca Maricato (2015), a tragédia urbana brasileira tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira – em especial a partir da privatização da terra e da emergência do trabalho livre –, urdida pelos vieses da dependência, do imperialismo, do fordismo periférico e da formação de metrópoles.

É amplo o conjunto da bibliografia dedicada à investigação e análise da concentração como característica central da urbanização no Brasil e em toda a América Latina. A “macrocefalia urbana”, o alargamento dos setores terciário e informal, a “desarticulação da rede urbana” com a formação de polos comerciais desproporcionais (CASTELLS, 1973; HARVEY, 2014a; KOWARICK, 1979; MARICATO, 2015), entre outros tópicos, são teses e conceitos necessários, ainda, à compreensão do padrão desigual e combinado de urbanização desencadeado no Brasil. Para os fins da pesquisa, por hora, nos limitaremos a constatar-los.

2.3. As veias abertas do Neoliberalismo brasileiro

As configurações socioespaciais que baseiam a produção e acumulação no capitalismo contemporâneo correspondem à sucessão de redefinições desencadeadas em resposta ao colapso sistêmico do regime de acumulação fordista, na segunda metade do século XX. Para Harvey (2014b), o declínio nas taxas de lucro, a elevação inflacionária nos países capitalistas, as altas taxas de juros empregadas pelos Estados Unidos, a desvalorização do dólar e a crise do petróleo, nos anos 1970 e 1980 – marcados pelo avanço das lutas sociais e da compilação da teoria crítica ao trabalho – evidenciaram que as estruturas socioespaciais produzidas durante as fases de industrialização encontravam-se em processo de dissolução.

Resultado das contradições próprias do funcionamento capitalista, a irrupção de um processo de recomposição das condições materiais de apropriação e circulação do capital, necessariamente, perpassou a produção e a ampliação de espaços de valorização, combinadas à elevação das taxas de mais-valia. Esta foi a operação impulsora da lógica fundante do capital: “produção crescente de valor excedente que, se realizado a uma taxa de lucro razoável, deve ser crescentemente acumulado, recolocando a mesma lógica, em maior magnitude, para adiante” (CARCANHOLO, 2010, p. 03).

O capital, como afirma Mészáros (2002), é dotado de um poderoso mecanismo de reorganização do metabolismo societal, sendo suas mais profundas determinações orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação. Frente à crise na estrutura produtiva e de acumulação industrial, o encadeamento de movimentos de reestruturação, voltados a “reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2007), produziu novas experiências nos domínios da organização industrial

e da vida social e política, representando os ímpetus da passagem para um novo regime de acumulação e regulamentação política e social (HARVEY, 2014b).

Em acordo com Carcanholo (2008, p. 252), enquanto o processo de reestruturação produtiva se encarregou da rotação do capital, o neoliberalismo, como aspecto político, ideológico e econômico, teve o papel de garantir as “condições de lucratividade interna (desregulamentação e flexibilização dos mercados — principalmente o de trabalho) e externa (pressão por desregulamentação e abertura dos mercados comerciais e financeiros), como duas interfaces de uma mesma resposta do capital à sua própria crise.

A emergência do modelo amplamente denominado como acumulação flexível demarcou-se pela instauração de novas práticas político-econômicas e de formas e funções da organização industrial inspirados no toyotismo e em formas flexíveis de relações sociais de produção e consumo. A partir da década de 1980, mutações nos padrões organizacionais e tecnológicos, e nas formas de organização social do trabalho – que reverberaram nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc. – elevaram no interior dos processos produtivos e de serviços uma reengenharia industrial e organizacional, reproduzida material e simbolicamente nos espaços urbanos capitalistas.

Conforme Antunes e Pochmann (2008), estas mudanças representaram nossos primeiros influxos a uma nova divisão internacional do trabalho, consolidada com o advento do projeto político-ideológico neoliberal na década de 1990. Foi neste período que a reestruturação produtiva do capital se desenvolveu intensamente no Brasil, por meio:

[...] da implantação de vários receituários oriundos da ‘acumulação flexível’ e do ‘ideário japonês’, com a intensificação da lean production, do sistema just-in-time, kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, além da transferência de plantas e unidades produtivas. Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pelas transferências de plantas industriais, onde empresas tradicionais, como a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, deslanchavam um movimento de mudanças geográfico-espaciais [...] (ANTUNES; POCHMANN, 2008, p. 5).

A crise no padrão periférico de industrialização no Brasil impeliu o processo de reestruturação exigindo consideráveis reformulações nas relações capital/trabalho, a iniciar nos anos finais da década de 1970 e aos iniciais da década de 1980. Ao considerar as dissensões inter-burguesas na disputa deste processo de mudança de paradigma produtivo – pretensamente capaz de controlar a hiperinflação, a recessão e a crise da dívida externa no país –, a unidade

política das diversas frações burguesas em torno da eleição de Fernando Collor (1990-1992) expressou a constituição de uma hegemonia burguesa em torno do projeto neoliberal.

Coadunamos com o argumento de Amaral (2007, p. 01) de que os tempos neoliberais têm firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência, caracterizada, principalmente, pela “transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes”:

Destacando que esta é uma nova fase da dependência porque aprofunda as condições estruturais da dependência e, por outro lado, assume uma maior face na valorização do capital fictício, que é um tipo de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo (AMARAL, 2007, p. 01-02).

É possível afirmar que a dependência estrutural encontrou bases ideológicas e materiais para se reproduzir a partir da estratégia neoliberal de desenvolvimento – “imposta pelos países do centro do capitalismo mundial aos países da periferia do sistema e abundantemente incorporada por estes últimos” (AMARAL, 2007, p. 03) –, apoiando-se na forte “generalização do movimento especulativo do capital” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 01) ou de um processo de financeirização da economia, “que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar ao capital financeiro” (AMARAL, 2007, p. 03).

Sob as premissas do chamado Consenso de Washington¹³, tem-se o aprofundamento da vulnerabilidade e da dependência dos países periféricos frente aos centrais, arrimado na disseminação ideológica de que reformas estruturais de incentivo ao livre funcionamento dos mercados, o fortalecimento da iniciativa privada e menor presença estatal nas atividades econômicas seriam medidas condicionantes de crescimento econômico com distribuição de renda.

As reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e serviços públicos, eliminação da maior parte dos subsídios, como forma de liberalizar os preços, e a liberalização financeira interna e externa, expressam exatamente o abandono da estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização. Ocorre,

¹³ A denominação Consenso de Washington foi dada “ao conjunto de receitas de políticas e estratégias de desenvolvimento defendidas pelas instituições egressas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e pelo governo dos Estados Unidos” (BARUCO, 2005, p. 02), a partir dos anos 1990.

de fato, que setores priorizados pelo desenvolvimentismo industrial voltam a ceder espaço à produção e exportação de produtos primários, como alimentos, minerais e matérias-primas.

Voltando a acumulação de capital para a produção primária, reforça-se a condição de dependência – em termos tecnológicos, comerciais, financeiros e até mesmo militares e culturais –, estimulando “um processo de desindustrialização dessas economias, expressa a partir de uma intensa reestruturação produtiva” (AMARAL, 2007, p. 05). À vista disso, o capitalismo neoliberal brasileiro pode ser caracterizado pelo protagonismo de uma inserção externa predominantemente pautada pelas commodities e produtos industriais de baixo valor.

A consolidação do neoliberalismo a partir do governo Collor, e determinantemente impulsionada nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), representou a integração da burguesia interna sob hegemonia do capital financeiro nacional e internacional, sobretudo a partir de exportações. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, a política socioeconômica do Estado brasileiro influiu aos interesses dos investidores internacionais e dos bancos e fundos de investimentos nacionais, articulando e subordinando os interesses das demais frações burguesas às finanças (BOITO JR., 2006).

Ademais, o novo Brasil dos anos 1990, na escrita de Oliveira (2000), expressa-se na não inclusão de direitos na agenda de um governo eleito, diferentemente da tradição de cooptação. O abandono expresso de compromissos, como a busca pelo pleno emprego, significou nesse contexto um processo de erosão simbólica dos direitos (OLIVEIRA, 2000). É necessário reconhecer que o ideário neoliberal tem sustentação no plano simbólico: ocultando as facetas da exploração sob o discurso da liberdade econômica individual, sustenta um projeto de classe que objetivamente ajusta “a vida econômica social e cultural; as instituições educacionais, religiosas e outras ao seu domínio” (COUTINHO, 1984, p. 90).

Boito Jr. (2006) destaca três elementos centrais à compreensão da política neoliberal e das complexas relações que ela instituiu no Brasil destas décadas até os dias atuais: a política de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais; a política de privatização; e a hegemonia do setor bancário do capital monopolista e do capital imperialista:

Um elemento geral e permanente da política neoliberal que atende ao interesse do conjunto da burguesia e do imperialismo é a política de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais [...]; O segundo elemento importante do modelo neoliberal, a política de privatização, não é tão ecumênico como o anterior. Esse elemento tem marginalizado o pequeno e o médio capital e favorecido apenas as grandes empresas monopolistas e o imperialismo. [...] A partir da privatização das empresas de energia elétrica, o capital estrangeiro começou a investir significativamente na compra de estatais, processo que atingiu o seu clímax na privatização das empresas de telefonia, quando capitais de origem espanhola e portuguesa tiveram um papel predominante no processo [...]; O terceiro componente da política neoliberal é mais exclusivista que o segundo, pois marginaliza uma parte do grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder [...]. Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por essa política mais restrita (BOITO JR., 2006, p. 272-274).

Acrescenta-se a estas reengenharias sociais, o suporte de níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho. Marcadamente, os sistemas de reorganização da produção incluíram a redução do número de trabalhadores e a intensificação da jornada de trabalho dos empregados. A redução dos custos salariais, vinculada à retração de direitos sociais, aprofundaram traços constitutivos da marginalidade e da concentração de renda, propriedade e poder no capitalismo brasileiro.

À flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, acopla-se, ainda, o combate jurídico/legal contra os sindicatos e coletivos dos trabalhadores, ressaltando que a o conteúdo ideológico da reestruturação logra na flexibilização um modo também de reprimir lutas e resistências dos trabalhadores. Essas medidas, às quais Schwarz (1993) cunha o conceito de “desmanche neoliberal”, marcam um quadro de regressão, precariedade e terceirização no mercado de trabalho, ascendendo diversas formas de subcontratação e aumento do trabalho autônomo.

As altas taxas de desemprego aberto e estrutural figuram a dimensão quantitativa do processo de degradação do trabalho no Brasil enviesada pela liberalização comercial e financeira e a hegemonia da dinâmica do capital especulativo: incorporando os trabalhadores com atividades inferiores a 15 horas semanais e com remuneração abaixo de meio salário mínimo mensal e que demandam ocupação, a taxa de desemprego chega a alcançar 27% do total da força de trabalho entre 1992 e 2008 (ANTUNES; POCHMANN, 2008).

Analisando a evolução da pobreza no Brasil, Antunes e Pochmann (2008) constataam nas primeiras décadas do século XXI o aparecimento de uma nova forma de reprodução da pobreza, cada vez mais concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior

do mercado de trabalho. Se no passado a situação de miserabilidade estava concentrada no segmento inativo da população, a abertura comercial, financeira e produtiva neoliberal instituiu uma massa de desempregados e ocupados precarizados que conferem maior peso dos trabalhadores ativos no interior da pobreza brasileira:

Em todas as posições na ocupação, a condição de empregado foi a única que registrou aumento da taxa de pobreza. Entre 1989 e 2005, a taxa de pobreza entre os empregados cresceu 53,9%. Para o mesmo período, a taxa de pobreza entre os empregadores caiu 44,6%, entre os que trabalham ‘por conta própria’ caiu 26,7% e entre os sem remuneração caiu 20,7%. Não sem motivo, a composição do total de pobres ocupados no Brasil sofreu uma importante alteração entre 1989 e 2005. Somente os ocupados não remunerados aumentaram a sua posição relativa (54,8%), enquanto os empregadores registraram o maior decréscimo na sua participação relativa (22,2%), seguida dos empregados (14,6%) e dos que trabalham por conta própria (3%) (ANTUNES; POCHMANN, 2008, p. 08).

Este quadro é apontado como expressão de um aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho, evidenciando que o segmento ativo da população assalariada se tornou bem mais vulnerável ao rebaixamento das condições de vida e trabalho nas últimas décadas. Isso posto, não surpreende que as consequências da ascensão neoliberal tenham agravado o quadro de concentração espacial e de renda, ampliando a reprodução interna de periferias e assentamentos precários.

Em meio a um cenário em que o dinamismo econômico e a flexibilidade balizam e precarizam o modo de vida urbano, a adequação da ocupação, do uso e da mobilidade do espaço urbano à hegemonia das dinâmicas especulativas explicita as veias abertas que conduzem as relações internas e externas de exploração e transferência de riquezas das periferias para os centros mundiais e regionais do capitalismo – que, como uma cicatriz, nas palavras de Galeano (2010), permanecem abertas desde o início do processo de colonização europeia da América Latina.

O planejamento urbano que orienta a organização das cidades brasileira condensa consequências sociais do esgotamento do modelo desenvolvimentista e das orientações neoliberais que presumem a retração do Estado em relação à implementação de políticas urbanas abrangentes. De forma geral, o urbanismo neoliberal guinou e institucionalizou a incorporação da lógica privada na agenda pública, fixando a prerrogativa de capacitação das cidades para a reprodução do capital globalizado.

Sob esta lógica, como bem pontua Maricato (2012), a manutenção da ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, e também para um mercado imobiliário especulativo que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica.

2.3.1 O Neoliberalismo nos governos *Lula e Dilma*

Um olhar específico sobre as políticas socioeconômicas brasileiras na última década requer atenção à compreensão dos movimentos sem-teto que aqui abordaremos. As demandas, os posicionamentos e ações políticas da luta por moradia maquinada nestes movimentos constituíram-se e se articularam ao campo político nacional no contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), da primeira posse de Lula à presidência, em 2003 aos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016). Tratam-se de conflitos urbanos travados em uma complexa interação com as rupturas e continuidades engendradas pela ascensão eleitoral de um grupo político oriundo de organizações populares e sindicais, cuja história se entrecruza com a trajetória dos movimentos sociais no Brasil.

O PT nasceu no seio da ascensão das lutas sociais nos anos finais da ditadura civil-militar, somando-se a movimentos sociais, religiosos e sindicais que emergem na disputa pelo chamado processo de redemocratização. A consolidação do partido na década de 1980 esteve intrincada aos processos de reconfiguração das classes trabalhadoras no Brasil, da constituição das identidades de classe e da organização da esquerda brasileira. A articulação para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em 1984, expressou a integração do PT por meio de um projeto político de condução do movimento dos trabalhadores, a partir da criação de “condições para a construção de uma ampla aliança entre a classe operária e o proletariado agrícola, com significativa influência nos trabalhadores estatais e nos movimentos sociais setoriais” (DEL ROIO, 2004, p. 72).

Dias (2003, p. 18) define que o PT “propunha-se como partido acoplado aos movimentos sociais sem abandonar a via parlamentar”, e que no curso da década de 1980 o partido se aprofunda na institucionalização e na primazia pela via eleitoral. A inflexão da CUT à intervenção “propositiva” e à inserção cidadã dos trabalhadores pela via das câmaras setoriais, que são instauradas nos anos 1990, teriam demarcado esse processo que se instaura no interior

do PT (DIAS, 2003). Toledo (2008) completa que a construção de uma agenda política prioritariamente em torno das campanhas eleitorais – em todos os planos da institucionalidade liberal-democrática – ocorreu em detrimento da organização e da educação política dos trabalhadores e do fortalecimento do compromisso com os movimentos sociais populares urbanos e rurais. Um marcante traço desta opção foi o apelo a alianças com forças políticas conservadoras e a métodos de atuação que comprometeram bandeiras e os valores defendidos pelo partido nos tempos da resistência democrática (TOLEDO, 2008).

A esse respeito, Del Roio (2004, p. 70) sustenta que “desde as origens o PT esteve estruturalmente disposto a esse movimento de inversão especular por ter sempre estado no campo ideológico do liberalismo, passando pelo economicismo sindical-corporativo”, que imperou tanto na CUT quanto no PT, mesmo que, a princípio, sua criação tivesse como objetivo ser um instrumento para a superação desta visão. Para este autor, a valorização da dinâmica econômico-corporativa se deu pela predominância de vertentes da esquerda católica e social-democrata no interior do partido, que priorizaram conquistas materiais das classes trabalhadoras por meio de um debate que contrapunha “o econômico ao político, a sociedade civil ao Estado” (Ibidem, p.72).

A sintética menção a esse processo presta-se à compreensão da emergência dos mandatos presidenciais do PT no contexto de hegemonia do capital financeiro, sob a égide da política neoliberal no Brasil – bem como para a análise das relações que se constituem entre os governos, representantes e militantes do PT e os movimentos sociais urbanos na atualidade. Muito embora nosso objetivo não seja desenvolver uma caracterização político-ideológica específica do Partido dos Trabalhadores, é certo que tanto as políticas sociais urbanas vigentes, quanto as recentes ações de contestação frente a elas perpassam os projetos de disputa de hegemonia que circundam o partido e seus governos.

O PT chegou ao poder sob um amplo “leque de alianças”, que incluía partidos solidamente localizados no campo da ordem. Ainda proclamando a ideia de um governo “popular”, constituiu um explícito compromisso com o capital financeiro manifestado na “Carta ao Povo Brasileiro”, que “de forma vaga fala em mudanças, mas não faz qualquer menção à organização e reivindicações dos trabalhadores, o aprofundamento da democracia política, às rupturas a serem feitas na política econômica posta em prática nos oito anos de governo FHC” (TOLEDO, 2008, p. 121):

Além de constituir um explícito compromisso com o capital financeiro – fato que, no início, foi enganosamente interpretado apenas como uma “manobra tática” para acalmar o mercado financeiro (na ocasião, alarmado com a possibilidade da vitória eleitoral do operário e “esquerdista” Lula da Silva) –, a “Carta ao Povo Brasileiro” é exemplar na medida em que contém os pressupostos e os delineamentos da política neoliberal que, no ano seguinte, Antônio Palocci & Henrique Meirelles viriam implementar: cumprimento dos contratos, pagamento da dívida, manutenção de altas taxas de superávit primário etc. (TOLEDO, 2008, p. 121).

Boito Jr. (2012) postula que a ascensão e sustentação da política de desenvolvimento dos governos Lula e Dilma se realizou por uma ampla frente policlassista dirigida pela grande burguesia interna brasileira. Fundamentalmente organizada pelo PT desde a década de 1990, trata-se de uma frente política que abarca setores das classes dominantes e das classes dominadas, e expressa um quadro marcado, de um lado, pelo ‘refluxo’ movimento sindical e popular e, de outro, pela revisão de posições de um setor da burguesia quanto às reformas orientadas para o mercado na década de 1990. Completa que:

b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (KOWARICK, 1975; NUN, 1978 e 2001); **c)** a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; **d)** a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; e **e)** ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público (BOITO JR., 2012, s/p).

Nesses termos, a caracterização primária da ascensão do PT ao governo federal baseia-se na conciliação de relações com frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, situadas fora desse bloco. Boito Jr. (2012) apresenta, ainda, que a governabilidade desta frente residiu em um programa de política econômica e social que buscou o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, porém, sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal.

Braga (2010, p. 10) conjectura que os governos do PT não seriam simplesmente mais um exemplo neoliberal, à imagem e semelhança dos dois governos que o precederam, mas “exatamente porque, no intuito de constituir certas margens de consentimento popular, devem

responder a determinadas demandas represadas dos movimentos sociais”, caracterizando uma noção “frouxa” de social-liberalismo:

Trata-se de uma dialética multifacetada e tensa (inovação/conservação”, “revolução/restauração”) que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente [...] a “hegemonia às avessas” nada mais é do que essa via de modernização conservadora, plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço nutre-se permanentemente do atraso (BRAGA, 2010, p. 10).

O fato é que, além de dar continuidade a elementos fundamentais da política macroeconômica neoliberal, o PT estabeleceu-se no poder mediando o consentimento – segundo Braga (2010), tanto ativo quanto passivo – de parcela significativa dos movimentos e de frações marginalizadas. Emaranhando uma rede de dependências às políticas públicas compensatórias e programas de transferência de renda, marcas fundamentais destes governos, o PT coroou a incorporação de parte das reivindicações dos “de baixo”. Braga (2010, p.13) entende que estas opções políticas orquestraram certo “subversivismo esporádico das massas, representado pelo transformismo de grupos radicais inteiros”¹⁴:

Da miríade de cargos no aparato de Estado, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição do aparato de Estado, pela reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais etc., o lócus da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado (BRAGA, 2010, p. 13).

O que Braga (2010) busca destacar é que o subversivismo inorgânico transformou-se em consentimento ativo para parcela significativa dos movimentos sociais diversos e forças sociais populares que compuseram a base do governo petista, criando esforços alocados na “pequena política” pela conservação das posições adquiridas no aparato estatal.

¹⁴ Braga (2010) se apropria dos termos gramscianos para caracterizar a grande política realizada pelo PT, em centralizar suas ações estratégicas na pequena política, relativa às “questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior da estrutura já estabelecida” (GRAMSCI, 2000, p. 21), assentando-se fortemente em algo que se encaixa ao fenômeno do transformismo, ou seja, no cooptação pelo bloco de poder de importantes lideranças da oposição. Nesse contexto, a reação das classes dominantes ao “subversivismo esporádico elementar” das classes trabalhadoras, pouco organizado e dependente da conciliação entre segmentos “modernos” e “arcaicos” (GRAMSCI, 1999, p. p. 393), implica acolher certa parte das reivindicações populares como forma de conservação da ordem.

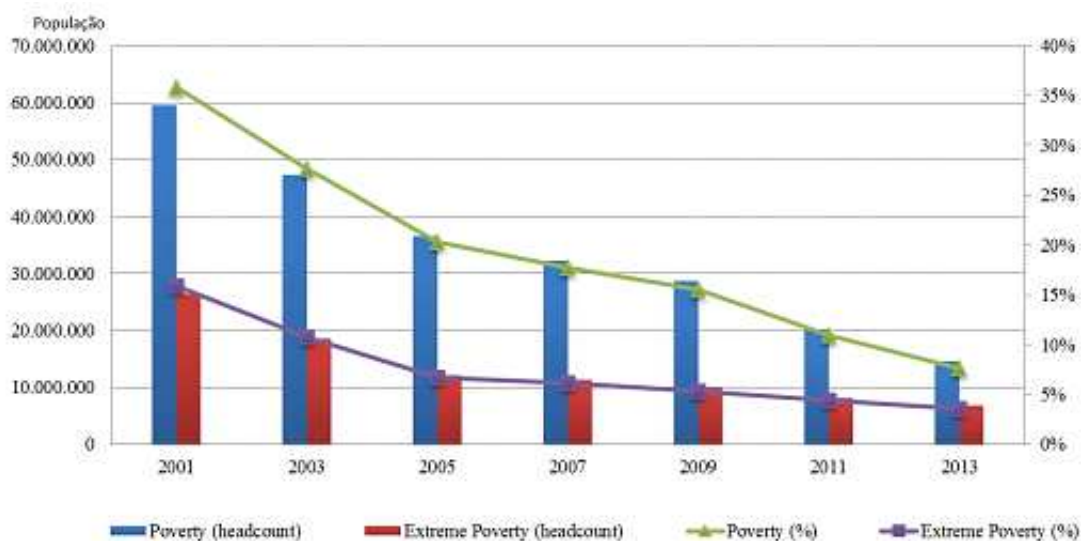
[...] o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma “nova classe”, como disse Oliveira, mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do “novo sindicalismo” na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Apostávamos que essa via liquidaria completamente qualquer possibilidade de retomada da defesa dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras. Chamamos esse processo de “financeirização da burocracia sindical” (BRAGA, 2010, p. 10).

Coutinho (2010) concorda que, a adoção pelo governo petista de uma política neoliberal e a cooptação ou a neutralização de importantes movimentos sociais quanto a esta política, desarmou resistências ao modelo liberal-corporativo, abrindo caminho para uma nova fase de consolidação da hegemonia neoliberal no país. Sob esta perspectiva, as chamadas reformas da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização de empresas públicas etc., presentes na agenda política dos governos petistas, acabam por significar a restauração das condições próprias do capitalismo neoliberal periférico.

Consideramos indubitável que os governos do PT lograram políticas de impacto abrangente que se constituíram como importantes mecanismos de combate à pobreza extrema e de amenização da desigualdade social no país, como o aumento do salário mínimo, a vinculação do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA) a outros programas (como o Bolsa Família, o Bolsa Alimentação, o Auxílio-Gás e o cadastramento único do governo federal), além de outras iniciativas que dinamizam as oportunidades de instrução e profissionalização, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

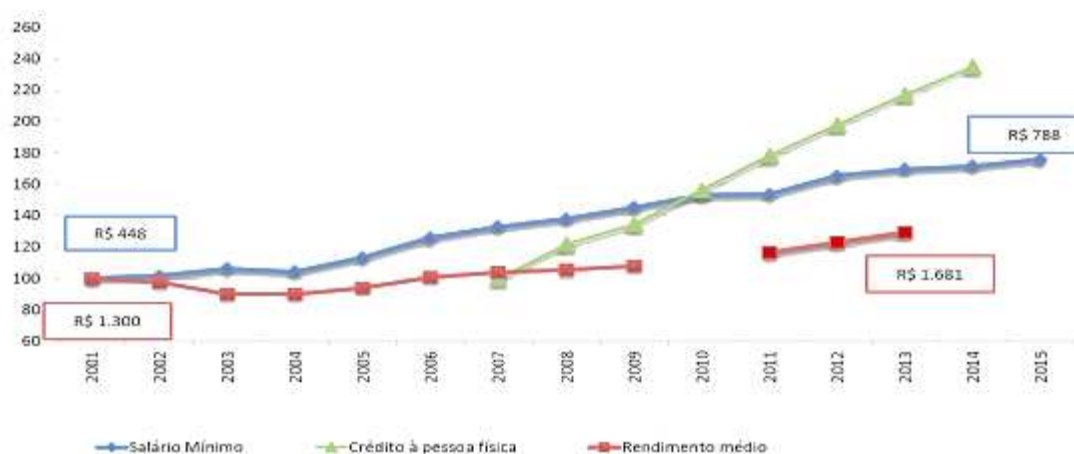
Lavinas, Cordilha e Cruz (2014) apregoam que a política de maior impacto redistributivo no Brasil pós 2000 foi o aumento real do salário mínimo conjuntamente à criação de 20 milhões de postos de trabalho formais entre 2003 e 2013 – atentando-se para o fato de que 84% dos empregos formais criados nesse período foram na faixa de até 2 salários mínimos. O Gráfico 4 apresenta os indicadores de redução dos índices de pobreza e de indigência, tomando como parâmetro as linhas de pobreza e de indigência aplicadas ao Programa Bolsa Família¹⁵.

¹⁵ A saber, o parâmetro utilizado considera R\$ 154,00 mensais per capita para a linha de pobreza e R\$ 77,00 mensais per capita para a linha de indigência. Ressalta-se que são parâmetros extremamente baixos.

Gráfico 4 – Evolução do percentual de pobres e indigentes no Brasil (2001-2013)

Fonte: Lavinias (2015)

A política social engendrada nas gestões petistas, segundo Lavinias (2015), tornou-se um colateral garantido pelo Estado para dar acesso e potencializar as possibilidades de consumo para além da renda do trabalho. Considerando que o piso mínimo dos salários obteve ganhos reais importantes a partir de 2003, é notável que o crescimento ao acesso a bens de consumo esteve mais relacionado ao aumento do crédito à pessoa física, conforme revela o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Índice de Crescimento Real do Salário Mínimo e dos Rendimento Médios do Trabalho em Relação ao Crédito à Pessoa Física

Fonte: Lavinias (2015)

Enquanto o salário mínimo teve um aumento real da ordem de 80% entre 2001 e 2015, e o salário médio cresceu 30% no período entre 2001 e 2013, o crédito individual à pessoa física aumentou 140% até 2014. Esses indicadores abrem caminho para uma discussão crucial na compreensão do último período e da realidade social que circundada nesta pesquisa: como caracterizar concretamente as políticas encampadas pelas gestões petistas frente ao neoliberalismo em curso?

Dados apresentados por Gentil (2016) permitem-nos inferir que na última década empreendeu-se no governo federal uma evidente opção por submeter o dinamismo da economia ao capital privado, abrindo espaços e incentivos para estimular o investimento de empresas privadas com influência nos aparelhos de Estado. Serrano e Summa (2015) denotam a política fiscal de contenção do gasto (sobretudo do investimento), o pacote de desonerações tributárias, a queda dos juros (até 2013), a desvalorização cambial e as parcerias público-privadas como elementos indicativos desta orientação, aprofundada no governo Dilma. Estas análises apontam para que o Estado vem progressivamente recuando em seu papel de agente condutor do crescimento.

Para Gentil (2016), o traço mais característico do governo Dilma foi, seguramente, a brusca desaceleração e instabilidade do investimento público. Conforme demonstra a Tabela 2, a taxa média de crescimento anual do investimento do governo central no segundo governo Lula (2007-2010) havia sido de 35,3%; entre 2011-2014, foi de apenas 0,8% e, no ano de 2015, houve uma retração ainda mais acentuada, com crescimento negativo de 12,2%. Após um período de política anticíclica frente à crise externa (Ibdem), apenas em 2014 o investimento público federal mostra expansão significativa, de 13,7% – ano de eleições, de conclusão de obras para os eventos mundiais da Copa do Mundo e de preparação para as Olimpíadas de 2016 no país.

Tabela 2: Taxa de crescimento real de investimentos públicos (%) 2007-2015

Ano	Investimento do Governo Central¹	Investimento agregado
2007-10	35,3	9,9
2011	-12,0	6,6
2012	5,7	-0,6
2013	-4,7	6,1
2014	13,7	-4,4
2011-14	0,8	1,8
2015	-12,2	-14,0

Obs.: Valores deflacionados pelo IPCA, a preços de 2015.

Fonte: Mins. da Fazenda. Tesouro Nacional, Resultado do Governo Central; Secretaria de Política Econômica - SPE. Anuário Estatístico. Elaboração própria.

(1) Inclui os valores do Minha Casa Minha Vida - MCMV

Fonte: Gentil (2016)

A redução do investimento público reflete o objetivo de contenção fiscal que objetiva, para Gentil (2016), além de resolver problemas de desequilíbrio orçamentário e de inflação, ser um mecanismo de suporte à política de oferta de serviços públicos de viés privatizante – expressada pela ampliação da atuação de empresas privadas na esfera pública por meio de leilões de concessões de infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, áreas do Pré-Sal), de favorecimentos explícitos ao capital privado nas áreas de saúde e educação e etc. (Ibdem).

Lavinas (2015) compreende que, nesse contexto, a concentração das políticas sociais na dimensão da extensão de renda mínima à população vulnerável, a ampliação da cobertura previdenciária à população idosa, associados ao aumento constante do salário mínimo real e à criação de milhões de empregos formais, foram para um vasto alargamento do mercado de consumo. Apesar dos notáveis avanços nas condições materiais de reprodução, Gentil (2016) escreve que estas opções políticas governamentais privilegiaram as transferências monetárias de renda, em detrimento do aumento da oferta de bens e serviços públicos não mercantilizáveis, como educação, saúde, saneamento básico e habitação popular, conforme sugere a baixa magnitude dos gastos com benefícios assistenciais/sociais, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Gastos Sociais do Governo Central¹ em % do PIB (médias anuais por período - 2003-2014)

Período	Assistência Social	Previdência ²	Saúde	Educação	Saneamento
2003-06	0,7	8,6	1,7	0,7	0,00
2007-10	1,0	8,5	1,5	0,8	0,02
2011-14	1,2	8,6	1,5	1,2	0,01

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Ministério da Fazenda. Elaboração própria

(1) Despesa Liquidada.

(2) Inclui gastos com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do

Fonte: Gentil (2016)

Bastos (2012) analisa que a progressão do crédito de consumo vinculado a determinados benefícios sociais aparece no centro da estratégia que caracteriza os governos petistas. Diante do saldo positivo desta política, que praticamente universalizou o acesso a determinados bens de consumo duráveis, alçou-se o consumo das famílias como motor do crescimento econômico recente. Esta tese também é sustentada por Lavinhas (2015), segundo a qual o predomínio das transferências monetárias no sistema de proteção social teria forjado um tipo de articulação muito específico entre política econômica e política social na transição a uma sociedade de consumo de massa:

[...] Cabe assinalar, desde já, a marca registrada do gasto social no Brasil: 60% tomam a forma de transferências monetárias, ao passo que a provisão de serviços desmercantilizados segue minoritária e aquém do estabelecido em lei. Esse perfil não é acidental; encobre um modelo social que privilegia a solução das falhas de mercado, negligenciando mecanismos de equalização social e redução das desigualdades, o que, por si só, é um fator que inibe a redistribuição (LAVINAS, 2015, p. 04).

Denota-se, portanto, que desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos últimos anos é fortemente marcado por um processo de financeirização das políticas sociais, por meio, principalmente da expansão de mecanismo de crédito. Por certo, esta opção política incidiu sobre os indicadores de desigualdade social por via, sobretudo, do alargamento das possibilidades de consumo.

2.4 A questão habitacional no Brasil

Na contextura do capitalismo dependente, a urbanidade brasileira foi produzida tanto como ferramenta de realização do ciclo de expansão do capital, quanto como matéria prima para a reprodução do mundo da mercadoria, ainda que como investimento rentável ao capital financeiro, apoiado no setor imobiliário. Esta incorporação do espaço como mercadoria de consumo, impõe os interesses privados dos setores econômicos capitalistas na determinação do conjunto de relações sociais espacializadas no ambiente urbano (e nas reverberações dele).

Castells (1983, p. 77) assim define a urbanização engendrada pelo capitalismo periférico: ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; um grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; a aceleração crescente do processo de urbanização; a falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, o reforço da segregação das classes sociais e da polarização do sistema de estratificação social.

Os padrões de ocupação e uso do solo, apoiados na racionalidade dos aparelhos de Estado brasileiro, combinaram o desenvolvimento de padrões profundamente desiguais de urbanização e acesso aos bens e serviços oferecidos pelas cidades, que urdiram uma sociedade urbana ‘periferizada’. A expansão das periferias pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o habitat das classes trabalhadoras, determinando a segregação espacial de frações socialmente marginalizadas (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1987).

Bonduki e Rolnik (1982) atentam-se para o crescimento quantitativo dos loteamentos periféricos, legais ou clandestinos, desde pelo menos a década de 1970. Em grande parte, esses loteamentos surgiram com áreas privadas divididas por loteadores, que se encarregam do projeto e dos encaminhamentos jurídicos junto ao Estado para a regularização das vendas. Em muitos casos, essas vendas ocorreram mesmo de forma irregular. Geralmente vendidos por corretores diretamente aos moradores, esses conjuntos de lotes constituíram bairros periféricos, ocupados por trabalhadores assalariados que, em maioria, comprometem quantia significativa da renda com o pagamento da habitação.

O papel do Estado no aval destes procedimentos perpassou o financiamento de projetos e a gestão dos bens de consumo coletivos que conferem regularização à área loteada, priorizando setores ligados à acumulação, como energia e transporte, e relegando à segundo

plano aqueles destinados à reprodução da força de trabalho (GOULART, 2011). Não obstante, os impactos da realização destes processos, sob frágil regulamentação e fiscalização, reproduziram grandes extensões periféricas carentes de bens de consumo coletivos, como calçamento, esgoto, água, iluminação, escolas, hospitais e transporte.

A segregação direta ou indireta dos trabalhadores conecta-se ao crescimento da especulação imobiliária, que tem produzido extensas áreas vazias destinadas à valorização. Esses “vazios” aparecem com a compra de lotes em locais mais distantes e com menos infraestrutura. Conforme explica Santos:

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre, e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso. (SANTOS, 1993, p. 96).

Para os proprietários, a especulação possui dupla utilidade: é útil porque o preço do terreno é maior que o preço do imóvel e se valoriza mediante a escassez crescente de moradia; além disso, garante rentabilidade de imóveis por meio de aluguéis, em um contexto em que a pauperização dos trabalhadores urbanos dispõe uma grande quantidade de locatários com limitadas possibilidades de moradia (CASTELLS, 1983). Esses processos de valorização acontecem diversamente, por exemplo, a partir das operações de renovação urbana. Castells (1983) observa que a questão da moradia está relacionada às dinâmicas de oferta e demanda e, portanto, se encontra diretamente conectada ao mercado. Trata-se de uma defasagem entre as necessidades socialmente definidas de habitação e a integração ao mercado de moradias e de equipamentos residenciais.

Dados estatísticos construídos pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estimam que mais de seis milhões famílias compõem o déficit habitacional no Brasil (Tabela 4). Os índices são calculados considerando a soma de quatro componentes isolados (para que não haja dupla contagem de famílias): a)

domicílios precários; b) coabitação familiar; c) ônus excessivo com aluguel urbano; e d) adensamento excessivo de domicílios alugados:

O primeiro componente, habitações precárias, considera no seu cálculo dois subcomponentes: os domicílios rústicos e os domicílios improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada [...] O segundo componente, coabitação familiar, também é composto por dois subcomponentes: os cômodos e as famílias conviventes secundárias que desejam constituir novo domicílio [...]. O segundo subcomponente diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com a família principal e desejam constituir novo domicílio. O terceiro componente do déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel urbano. Ele corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014).

Tabela 4: Déficit habitacional total, relativo e por componentes no Brasil

2014						
Especificação	Déficit Habitacional					
	Total absoluto	Total relativo	Componentes			
			Habitação precária	Coabitação Familiar	Ônus excessivo aluguel	Adensamento excessivo
Região Norte	632.067	12,8	152.156	280.303	155.339	44.269
Região Nordeste	1.900.646	10,8	501.406	651.606	671.431	76.203
Região Sudeste	2.425.679	8,3	104.425	653.986	1.476.024	191.244
Região Sul	645.189	6,3	72.720	199.933	346.696	25.840
Região Centro-Oeste	464.480	9,0	32.323	125.770	277.053	29.334
BRASIL	6.068.061	9,0	863.030	1.911.598	2.926.543	366.890
Total das Regiões Metropolitanas	1.759.094	8,6	101.899	503.370	995.299	158.526
Demais áreas	4.308.967	9,2	761.131	1.408.228	1.931.244	208.364

Fonte: Dados básicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaboração própria.

Deste total de famílias carentes de moradia própria e/ou qualitativas, cerca de 87% habitam o espaço urbano e, deste montante, 33% concentra-se nas regiões metropolitanas, sobretudo habitando de forma precária no entorno das grandes cidades. Em todas as regiões, cerca de 80% das famílias em situação de carência de moradia sobrevive com a renda média

familiar de até 3 salários mínimo mensais (Tabela 5). Este fator não varia significativamente entre as metrópoles e demais regiões, inferindo uma relação direta entre baixos salários e carência de moradia.

Tabela 5: Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixas de renda média familiar mensal

2014				
REGIÕES	FAIXAS DE RENDA MENSAL FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)			
	até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10
Região norte	79,5	11,8	6,5	2,2
Região nordeste	88,2	7,0	3,5	1,2
Região sudeste	83,7	10,0	5,2	1,0
Região sul	78,2	13,1	6,4	2,3
Região centro-oeste	83,9	8,8	5,0	2,4
Brasil	83,9	9,7	5,0	1,4
<i>Total das regiões metropolitanas</i>	82,9	10,0	5,6	1,5
<i>demais áreas</i>	84,4	9,5	4,7	1,4

Fonte: Dados básicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaboração própria.

O último diagnóstico estratégico de habitação de interesse social realizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal demonstra índices que apontam para um panorama semelhante. O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Uberlândia (PLHIS), que apresenta alguns indicadores sobre a situação social e habitacional da cidade no ano de 2009, indica um déficit habitacional de cerca de 50 mil domicílios da cidade, considerando componentes de medição semelhantes ao utilizados pela Fundação João Pinheiro (UBERLÂNDIA, 2009).

Destaca-se, ainda, que PLHIS identifica que, na data da medição, cerca de 40% da população da cidade localizava-se na faixa de renda de até 3 salários mínimos mensais, em contraste com 2% da população localizada na faixa de renda mensal equivalente a mais de 20

salários mínimos (UBERLÂNDIA, 2009), evidenciando uma expressiva concentração de renda.

Tratam-se de famílias com baixos salários, em situação de pobreza e para as quais o problema habitacional integra-se a um conjunto de privações. A persistências destes índices expressam, ainda, a insuficiência das políticas habitacionais de Estado em atender, principalmente, a população mais pobre. O histórico das políticas habitacionais no Brasil aponta que os principais programas do Estado atrelaram o problema habitacional às necessidades do mercado (ANDRADE; AZEVEDO, 1982), oferecendo ao setor privado o protagonismo na produção de habitações.

Segundo Maricato (2011), remontam ao fim da década de 1930 os esboços de uma política para a habitação no país, sob os conceitos de modernização e embelezamento. O agravamento dos problemas sociais nas cidades, que impactavam nas reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e condições de vida, estabeleceu pressões sob o empresariado e sob o Estado para que tenham sido propostos os primeiros programas de financiamentos, à época realizados por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão e focados na disponibilização de casas para aluguel. A insuficiência desta medida revela-se nas diversas remoções e conflitos entre moradores de favelas e forças policiais que eclodem, sobretudo a partir de 1937 com o Estado Novo.

A principal política habitacional do período populista foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão nacional criado para prover residências para a população pobre. Em um contexto social de fortes pressões dos trabalhadores e de crescimento das mobilizações sindicais e de esquerda, a FCP foi criada em 1946 com baixa destinação de investimentos públicos e esforços políticos, resultando em pouco impacto nos níveis de déficit habitacional. Somando-se, ainda, a ausência de respaldo legal, as atribuições da FCP foram reduzidas no início da década de 1950 (MARICATO, 2011).

O avanço industrial e as adequações urbanas engendradas pelo Plano de Metas tornaram os níveis de déficit habitacional mais alarmantes, concentrando-se na população pobre, que se manteve sem acesso a financiamentos habitacionais e a bens duráveis. Em vista do contínuo crescimento de favelas e loteamentos irregulares, o governo Kubitschek dinamizou a atuação da FCP, destinando mais investimentos à construção de um maior número de unidades habitacionais. Tem-se, todavia, que o problema da escassez de moradia e a inconstância de recursos sempre persistiram, uma vez que o Estado era o principal financiador e a verba para

esse órgão dependia da distribuição interna dos recursos e da situação econômica do país (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

Conforme analisam Andrade e Azevedo (1982), outro grave problema marcante na política estatal neste período eram as relações clientelistas e o autoritarismo, que determinavam as regiões onde seriam construídos os conjuntos e os critérios de seleção dos candidatos. A postura autoritária perpassava todo o processo de provimento habitacional: técnicos da FCP visitavam os apartamentos para avaliar e orientar o comportamento social e individual dos moradores, que poderiam ter seus contratos rescindidos caso tivessem conduta nociva “à ordem ou à moral do Núcleo Residencial, ou criarem embaraço à sua Administração” (Ibidem, p. 31).

Apesar das tentativas de reformulação, os quase 20 anos de existência da FCP produziram apenas cerca de 17.000 moradias, alterando infimamente o quadro dos problemas urbanos crescentes no país. Para Andrade e Azevedo (1982), o fracasso da FCP remete ao caráter emergencial e pontual das ações, uma vez que o principal objetivo não era atacar a estrutura do problema da habitação, mas sim “derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio” (Ibidem, p. 54).

Após o golpe civil-militar, a FCP foi extinta pelo governo ditatorial, sendo criados o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que, segundo Melo (2014), objetivavam alavancar a produção de casas em sintonia com a valorização do capital privado. A operacionalização desta política se deu, em grande medida, pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição à estabilidade no emprego dos trabalhadores de empresas privadas após o ciclo decenal de permanência no mesmo local de trabalho. O fundo foi composto pela contribuição compulsória correspondente a 8% do salário mensal do trabalhador empregado no mercado formal de trabalho. Os recursos do FGTS – extraídos do trabalhador enquanto poupança forçada – serviram de base à política habitacional do país por meio da alimentação do setor de construção civil (MELO, 2014).

O recorte do texto de Roberto Campos, economista que esteve à frente do Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica no governo ditatorial Castello Branco (1964-1967), expressa que além do atendimento dos interesses da base político-social que instituiu o golpe, tais políticas habitacionais constituíram-se, ainda, como mais um elemento coercitivo do Estado para disciplinarização dos trabalhadores pobres:

A solução do problema para a casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem (CAMPOS, 1966, p. 20).

A moradia popular, nesse contexto, foi concebida de modo a atender às necessidades de comprometer parte dos trabalhadores qualificados ao pagamento de prestações e de compor a base social da ditadura entre os assalariados urbanos. Melo (2014) demonstra que o empresariado do setor imobiliário e da construção civil participou ativamente da redação da lei que criou o BNH e o FGTS, verificando-se que tal política se fez com o fito de unificação de interesses do capital, principalmente do setor financeiro, imobiliário e o da construção civil. Esta caracterização é indicada, por exemplo, na criação das Companhias de Habitação Popular (COHABs), entre 1964 e 1965, quando empresas públicas ou de capital misto atuavam na concepção e execução de políticas para redução do déficit habitacional em diversas cidades do país, principalmente por meio de recursos oriundos do BNH.

Conforme Maricato (2011), a política da habitação desse período centrou-se na produção de moradias e obras de infraestrutura na cidade formal, ignorando as necessidades e as demandas das áreas mais afetadas pelos problemas urbanos: as favelas e ocupações irregulares. Para estes loteamentos, prevaleceu a repressão e o policiamento autoritários. Deste modo, não surpreende o crescimento de periferias e loteamentos clandestinos evidenciado na década de 1970. O histórico das políticas urbanas ceifou a maior parte das possibilidades de alternativas formais de provimento de moradia aos trabalhadores mais pobres, promovendo a emergência de grandes concentrações irregulares providas por meio de autoconstruções.

Na tentativa de conter esses processos, o governo federal criou programas para “oferecer uma alternativa habitacional dentro do Sistema Financeiro de Habitação àquelas pessoas marginalizadas” (ANDRADE; AZEVEDO 1982, p. 104). Esse é o caso do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), criado em 1975 com o objetivo de “fornecer condições de saneamento e infraestrutura básica, reservando ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas disponibilidades financeiras e prioridades pessoais” (Ibidem, p. 104). Todavia, houve forte rejeição a esse Programa, pois os lotes eram muito afastados dos centros urbanos, o que dificultava ou impedia o acesso à cidade e aos seus serviços

Lago e Ribeiro (1996) destacam que, além disso, o quadro de flexibilização das leis e ausência de fiscalização dos loteadores das áreas não centrais começou a se modificar no final

da década de 1970, promovendo significativo encarecimento dos lotes periféricos. A isso, somou-se a inflação crescente e a consequente perda do poder de compra do salário, situação que levou, na década de 1980, à queda da produção e da compra de lotes nas periferias e, concomitantemente, ao crescimento do número de favelas e ao aumento das já existentes (LAGO; RIBEIRO, 1996).

A crise financeira resultou na extinção do BNH em 1986 e na transferência de suas funções para a Caixa Econômica Federal. Entre 1964 e 1986 (ano de sua extinção), o SNH financiou cerca de quatro milhões de moradias, número bastante expressivo para a realidade do país. Entretanto, os financiamentos atenderam prevalentemente a classe média emergente. No total de moradias produzidas, apenas 13% de todos os recursos investidos pelo BNH destinaram-se à construção de moradias populares (MOTTA, 2011).

Em 1987 foi criado o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria especial de Ação Comunitária (SEAC), com objetivo de financiar habitações para famílias com renda inferior a três salários mínimos. Dentre outros condicionantes, a alta inflação e a ausência de planejamento e gestão bem definidos fizeram com que o programa não tenha alcançado suas metas.

É crucial enfatizar o processo de mobilização do movimento pela reforma urbana em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de ter obtido conquistas amenas, a mobilização fortaleceu a concepção de que as questões da cidade devem ser tratadas de maneira integrada (BEDÊ, 2005). Além disso, a Constituição da República promulgada em 1988 consolidou um processo de descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, repassadas consideravelmente às competências dos municípios.

Na década de 1990, as ações governamentais aprofundaram a convergência com as diretrizes das agências internacionais para a elaboração de políticas habitacionais. Na gestão do governo Collor, o principal programa habitacional foi o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que não cumpriu as metas e pouco impactou na desigualdade habitacional no país. O governo Itamar (1992 a 1994), que o sucedeu após impeachment, criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que propunham financiar a construção de moradias para população de baixa renda. Entretanto, a padronização as exigências legais do programa impediam que grande parte dos municípios pudessem captar os recursos disponibilizados.

No curso deste governo ocorreram duas importantes mudanças para a concepção das políticas habitacionais no país: o primeiro deles foi o incentivo à formação de conselhos e à

criação de fundos para habitação; o segundo, a constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia.

No período de gestão de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, nota-se o importante reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Fortemente articulado aos interesses e restrições impostas pelos bancos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), as ações e metas ora afirmadas por este governo não foram sequer colocadas em prática (DENALDI, 2003; AZEVEDO, 1996).

No início dos anos 2000, foi aprovada a Lei Federal 10.257, conhecida como Estatuto das Cidades, que, em linhas gerais, regulamenta as atribuições constitucionais acerca da política urbana, baseando-se em princípios do planejamento participativo e da função social da propriedade. As primeiras discussões sobre o Estatuto das Cidades remontam à década de 1980, surgindo como projeto de lei em 1998. Destaca-se que o texto propõe “que a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos de planejamento urbano [...] e gestão de cidades.” (FERNANDES, 2008, p. 44). Quanto à questão habitacional, reforçou instrumentos para garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressivo, desapropriação com títulos da dívida pública, usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social etc.

No governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. Além de seu objetivo social, o Programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008. Assim como nos outros grandes programas federais para produção de moradia (a FCP e o BNH), a iniciativa privada permaneceu como protagonista na provisão de habitações também no PMCMV, como apontam Fix e Arantes:

97% do subsídio público disponibilizado pelo pacote habitacional, com recursos da União e do FGTS, são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação urbana e rural por autogestão. [...] (FIX; ARANTES, 2009, p. 2).

Ainda que o déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos correspondesse a apenas 15,2% do total na data em que foi lançado o programa, 60% das unidades e 53% do subsídio público do PMCMV são destinados a esta faixa de renda. Enquanto isso, apenas 35% das unidades do pacote é destinado a famílias localizadas na faixa de renda abaixo dos 3 salários mínimos, faixa em que se concentrava 82,5% do déficit habitacional urbano (FIX; ARANTES, 2009). Isto significa que o PMCMV incidiria em apenas 8% do total de famílias carentes de moradia e que sobrevivem com 3 salários mínimos ou menos.

Em síntese, ainda que na última década, principalmente sob as ações dos governos Lula e Dilma, a habitação tenha sido alçada como um problema nacional de primeira ordem, sua definição segue subordinada a critérios do capital – ou da fração do capital representada pelo circuito imobiliário – e do poder, mais especificamente, da máquina política eleitoral.

Ainda que análises mais profundas possam ser feitas a esse respeito, interessa-nos destacar, por ora, que o modelo de políticas habitacionais empreendido no Brasil se orienta predominantemente pelo mercado, privilegiando a concepção das unidades habitacionais como mercadorias rentáveis. O principal impacto disso foi a concentração do acesso às políticas de financiamento nas classes médias, mantendo objetivamente marginalizada do mercado habitacional formal uma extensa massa de trabalhadores pobres.



3

A PRÁXIS TRAMADA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEM-TETO

tra.ma¹

sf (*lat trama*) **1** Em um tecido, fios que se cruzam no sentido transversal da peça, cruzados pelos da urdidura. **2** Ato ou efeito de tramar ou entrançar fios na fabricação de tecidos. **3** Fio de seda mais grosseira, que os fabricantes de meias misturam com o melhor ou com o estambre. **4** Fio grosso. **5** Tecido, textura. **6** Entrecho. **7** Negócio feito por meio de permuta; barganha, troca¹⁶.

Como é tramada nos movimentos sem-teto a disputa sobre os efeitos do modo de vida dominado e dirigido pelo capital? Esta seção propõe analisar posicionamentos e práticas tramadas em ocupações urbanas edificadas sob as circunstâncias sociais do capitalismo periférico. Problematizaremos relações e formas de agir politicamente, mediadas pelos movimentos estudados, almejando compreender os sentidos da ação coletiva, ou como estes movimentos sociais se articulam em torno das reivindicações e projetos, se relacionam com outros grupos/frações sociais e distinguem[-se] [n]a prática política.

Pensando as lutas reivindicativas por moradia e serviços coletivos, Castells (1991, p. 3) define os movimentos sociais urbanos como “sistemas de práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana”. Indicamos que os movimentos sem-teto focados compõem-se de uma fração marcadamente superexplorada e pauperizada de classe trabalhadora, que travam confronto com resultantes de relações de exploração e dominação de classes no capitalismo contemporâneo. Temos por pretensão investigar adiante como estes movimentos sintetizam a conjuntura social e sua inserção na estrutura urbana e na estrutura social, e como articulam o sistema de práticas que mediam a luta reivindicativa.

Os movimentos sem-teto circunscrevem-se em um campo singular de luta social, organizada centralmente a partir da reivindicação imediata de democratização do acesso à moradia – ora articulada com o questionamento da estrutura urbana e socioeconômica, como

¹⁶ *MICHAELIS*: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

veremos mais adiante. Interessa-nos compreender como se constituem essas organizações e suas manifestações político-ideológicas – em suas instâncias objetivas e subjetivas, que expressam uma série de contradições sociais e, não menos, políticas.

Entendendo a práxis como atividade mediadora da indissolubilidade entre consciência e realidade objetiva, subjetividade e objetividade, tomamos esta categoria como postulado explicativo – ontológico, epistemológico e axiológico – dos processos de disputa sobre a realidade social empreendidos na luta por moradia. Nas “Teses sobre Feuerbach”, Marx (2007) confere à práxis o constructo da unidade indissolúvel entre consciência e realidade objetiva, percepção indispensável para a compreensão da realidade social como totalidade.

O principal defeito de todo materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade só é apreendida sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente. Eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva (MARX, 2007, p. 533).

Nesses termos, a práxis política é compreendida como “atividade humana sensível”, captando a atividade prático-crítica como objetividade social, ou seja, como objetivação da subjetividade. Considerando a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras, Marx e Engels (2007) não se abstêm, entretanto, de postular a regência da primeira em todas as atividades humanas – giro fundamental do pensamento marxiano¹⁷. Visto isso, tomamos as ações coletivas como atividades prático-críticas a serem apreendidas dialeticamente, “pela matriz da sociabilidade (pela dimensão social fundante)” (CHASIN, 1988, p. 44-5).

Investigar o que distingue um movimento social em seu contexto requer, ademais, observar que a sociabilidade política que os constitui e os identifica é relacional, ou seja, só existe inserida nas relações entre as classes e frações de classe que permeiam os embates. Cabe,

¹⁷ Na “Ideologia Alemã”, Marx manifesta inequivocamente a concepção de História assentada no desenvolvimento do processo real da produção, “a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). [...]” (MARX, 2007, p. 57-58).

pois, reconhecer que as expressões políticas das frações de trabalhadores não estão dissociadas da hegemonia política e da política hegemônica (enquanto prática).

A distinção destes movimentos sociais torna-se relevante ao considerar que “ainda que a práxis total seja criadora, ou seja, humanizante, em suas formas ou níveis específicos pode oscilar [...] entre uma práxis propriamente criadora, e uma atividade reiterativa, mecânica” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 475). Isto posto, é preciso identificar as reverberações ideológicas do antagonismo de classe, reconhecendo-os nos entremeios dos modos de vida política. O que pretendemos introduzir aqui é que a reflexão sobre os movimentos populares, organizados por camadas de trabalhadores pauperizados, são processos sociais vivos, sob os quais nos debruçamos conscientes de que os conflitos objetivados na luta carregam em si as contradições da exploração e da dominação engendradas pelo capital.

Faz-se necessário apreender na dinâmica dos movimentos as polaridades, dificuldades, desafios, ambiguidades e fissuras internas. Nossa proposta, nesse sentido, foi investigar, mirando a dialética do real, os projetos políticos e ideologias, e as forças sociais e políticas que compõe a heterogeneidade da unidade aparente das organizações sociais estudadas; e que expressam, fundamentalmente, relações de classe imbricadas nas dinâmicas de produção e reprodução.

A forma de organização dos sem-teto é a expressão mais visível da busca de soluções e alternativas para os problemas comuns, dirigida ao encontro de caminhos para a superação imediata destas condições. Saber como ela se estabelece, como se articula em relação às suas bases, quais pressupostos fundamentam seu direcionamento e que sentido estabelece para o movimento e suas ações, são investigações cruciais para a compreensão das expressões de classe nela figuradas, principalmente, vislumbrando adiante a caracterização de limites e possibilidades sobre seu caráter criador e potencialmente transformador.

No capitalismo contemporâneo, conforme apontam Harvey (2006) e Oliveira (2007), vivenciamos um contexto de domesticação das alternativas e do campo de conflitos, em que as linhas entre classe e representação, e interesses e representação não estão claras, mas “difusas e indeterminadas” (OLIVEIRA, 2007, p. 38). Nas palavras de Oliveira (2007, p. 24), as décadas de “desertificação neoliberal”, promoveram “uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro” que “desmancha a classe”. Por essa perspectiva, irradiaremos nossas problematizações buscando responder como a agenda urbana do capital impacta na práxis da luta por moradia e como esse contexto é assimilado pelos sem-teto.

Para tanto, as subdivisões desta seção se embasam nas discussões teóricas que vêm sendo formuladas a respeito da luta urbana e em uma investigação de campo realizada em duas áreas ocupadas na cidade Uberlândia, articulando análises sobre os movimentos sociais sem-teto brasileiros ao levantamento de experiências coletivas concretas e distintas desenvolvidas nos acampamentos sem-teto Élisson Prieto e Jardim Vitória.

3.1 Luta popular e movimentos Sem-Teto no Brasil

Em toda formação brasileira, o poder econômico e político manteve-se singularmente vinculado ao domínio territorial e à posse da terra. Não surpreende que os conflitos políticos e insurgências populares que demarcam a história do país tenham, em geral, estabelecido, em maior ou menor grau, dimensões de disputas ou conquistas territoriais. A formação dos quilombos e do Arraial de Canudos no século XIX, a exemplo, representaram a formação de territórios de resistências em contraposição concreta e simbólica à estrutura social e fundiária baseada no latifúndio. A modernização que abriu o século XX, lograda sob a reprodução do padrão social e territorial de desigualdade, semeou em sua estrutura contradições urbanas que rearranjaram dinâmicas conflituais e lutas sociais.

A grande parcela de trabalhadores urbanos desprovidos de moradia induziu o surgimento de ocupações gradativas e espontâneas de áreas ociosas ou irregulares como forma de provimento imediato de moradias individuais e familiares. Como vimos, o processo de urbanização da sociedade brasileira condicionou a relação direta da reprodução da força de trabalho vinculada à industrialização com a formação de favelas e assentamentos precários em áreas periféricas das cidades. Bem como coloca Maricato (2012, p. 152), a “invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização [...]. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais”.

Gohn (1991) evidencia que a luta dos moradores das favelas é longínqua no Brasil, registrada com maior intensidade a partir da década de 1950 nas capitais e áreas mais industrializadas. Estes movimentos das favelas corresponderam aos primeiros dos movimentos organizados nos/pelos bairros, caracterizados mais por resistências à remoções e intervenções estatais repressivas que propriamente afrontamentos planejados.

Na primeira década de ditadura civil-militar estas movimentações foram duramente reprimidas e significativamente desarticuladas. Entretanto, como a forte vigilância, controle e

repressão ditatorial dificultaram as mobilizações mais contundentes dentro das fábricas e as ações reivindicativas sindicatos, a “periferia, como locus de moradia por excelência dos trabalhadores, tornou-se o espaço de articulação de núcleos de organização popular” (KOWARICK, 1988, p. 157), ainda que não representassem necessariamente um substituto à ação e à organização sindical.

Frente ao crescente processo de periferização, a “obtenção de serviços básicos dependia de um esforço coletivo que agregasse os moradores” (KOWARICK, 1988, p. 141), desta forma, os esforços para pressionar o poder público para que se efetivassem alguns desses serviços desenvolviam-se de forma espontânea e dispersa:

Os estudiosos começaram a perceber que, apesar da repressão instaurada no País pelo regime militar, algo se movia nas periferias das cidades: nos bairros desprovidos, fundamentalmente sob influência da Igreja Católica, surgiam aglutinações que reivindicavam por melhorias nos transportes, pavimentação e iluminação de ruas, creches e postos de saúde, extensão da rede de água e esgoto. Eram lutas isoladas, de caráter localista, raramente conseguindo uma organização que transcendesse os quarteirões situados em torno das paróquias ou associações de bairro (KOWARICK, 1988, p. 315).

Conquanto a história das lutas para conquista de moradia não possa ser limitada a este marco, os movimentos sociais centralmente organizados pela reivindicação de acesso à moradia demarcam-se a partir da ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terras rurais e urbanas no contexto das mudanças socioeconômicas engendradas após a crise na década de 1970. A reestruturação socioeconômica e política que incidiu na sociedade brasileira a partir desta década acirrou contradições socioeconômicas ao tempo que abriu possibilidades políticas para que estas ações de resistência tenham ganhado um sentido massivo e organizado pelo viés contestatório e reivindicativo.

Em vista disso, os movimentos sociais urbanos tiveram inserção relativamente recente no campo de investigação das ciências sociais, conquistando vigor temático nas análises sociais da realidade brasileira nas pesquisas que emergiram sob a expansão de lutas sociais neste período que deu fim à ditadura civil-militar. Ante ao contexto da chamada “abertura política”, nos anos finais da década de 1970 e década de 1980, um conjunto de “novos sujeitos sociais coletivos” (SADER, 1995) entra em cena protagonizando os processos de mudanças sociopolíticas em curso no país e nos paradigmas teórico-metodológicos nas ciências sociais e humanas.

No bojo desses sujeitos sociais coletivos, conquistou destaque o cenário urbano e as lutas sociais acerca da vida urbana. A liberalização política que encerrou regime ditatorial e as disputas em torno do processo constituinte oportunizaram condições para o fortalecimento da organização e participação popular, que eclodiram em lutas por demandas ao Estado; por reformas relativas à democratização, ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais; e disputas em torno de valores sociais e morais.

A afluência de diversos fatores conjunturais, que se expressaram na revogação do Ato Institucional Nº5, na suspensão da censura, no decreto da anistia aos presos políticos e no restabelecimento o pluripartidarismo, dentre outras medidas políticas que significaram a distensão do regime autoritário, reorganizaram as lutas sociais e políticas até então militarmente combatidas. A fundação do PT, do MST, as greves dos metalúrgicos em São Paulo, a retomada das grandes manifestações e, com destaque, a organização de movimentos sociais auto-organizados por seguimentos das populações periféricas corresponderam à inauguração de um novo ciclo de lutas pautados por demandas advindas das precárias condições de vida das classes populares.

Ressalta-se que esses movimentos não se desconectam da trajetória histórica das lutas políticas empreendidas pela esquerda no século XX. Entretanto, de acordo com Sader (1995), o elemento novo que surge com os movimentos sociais a partir dos anos 1970 eram seus modelos de organização distintos dos tradicionais, demonstrando uma ruptura com as formas tradicionais organização. Em que pese muitos deles tenham se inserido no elenco de intervenção dos partidos, sindicatos e, principalmente, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e Pastorais ligadas às da Igreja Católica, o que se tem são formas de organizações sociais formalmente desvinculadas do Estado, de suas instituições e dos partidos políticos.

Singer (1980, p.89) chama a atenção para o papel “central e direto” que os setores progressistas da Igreja Católica desempenharam “no plano das organizações por local de moradia”, atribuindo esta nova forma de organização política diretamente à influência das CEBs, e eventualmente à participação de outras Igrejas e grupos ideologicamente motivados. As CEBs atuaram como mola propulsora dos movimentos sociais deste período (SINGER, 1980), subsidiando científica e politicamente os debates e ações dos sujeitos marginalizados, e estabelecendo-se como referência ético-política central aos movimentos (DOIMO, 1995).

Della Cava e Monteiro (1991) atribuem esta posição “iminentemente conjuntural” ocupada pela Igreja à ascensão interna à *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)* de um grupo engajado na reaproximação e ampliação de influência da Igreja sob as massas de

trabalhadores pobres, a “Igreja do Povo”. No contexto do embate entre grupos progressistas e conservadores no interior da Igreja, agentes da Teologia da Libertação – ou Cristianismo da Libertação para Löwy (1991) – estimularam a multiplicação das CEBs, seu potencial aglutinador, e seu compromisso com a transformação das condições imediatas vivenciadas pela população pobre.

A atuação dos agentes vinculados a esses setores progressistas da Igreja Católica é considerada determinante e constitutiva na formação e expressão dos movimentos que surgem neste período pela ampla maioria dos estudiosos. Mammarella (1991) atenta-se que, entretanto, é pouco explorado nos textos críticos o significado e as consequências da vinculação estrutural das CEBs com a estrutura hierárquica da Igreja Católica e o teor ideológico dessa inserção.

Além da intervenção de setores da Igreja Católica, a constituição destes movimentos populares recebeu, ainda, a ajuda de ONGs e o amparo político e logístico de militantes e parlamentares de partidos de esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores (PT) – que como visto tem origem interseccionada com o contexto de surgimento destes movimentos.

Interessa-nos neste momento localizar o surgimento dos movimentos sociais e organizações de luta pela moradia neste conjunto de movimentos reivindicativos por bens e demandas coletivas que se identificam “pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos, pela sua linguagem, seus temas e valores” (SADER, 1995, p. 36-37) mas que, principal e primariamente, se caracterizam pelo recurso da “ação direta”. Os “conflitos de ação direta” que se colocam em um lugar social entre “o Estado, o mercado e a cultura”, subsidiados por instituições que não têm a política como fundamento (DOIMO, 1995), configuraram um novo tipo de expressão organizada de trabalhadores.

A década de 1980 fortaleceu diversas experiências de luta por moradia urbana, engendrando a gênese dos movimentos sem-teto que surgiram em meados da década de 1990. Sob a égide do neoliberalismo, intensificaram-se processos organizados de ocupação de prédios e terrenos vazios. Diante da distensão das contradições urbanas – geradas pela intensa precarização do trabalho e o crescimento do desemprego estrutural – os movimentos sem-teto conquistaram visibilidade ao longo das últimas décadas, denunciando, principalmente por meio da ação direta, a concretude da desigualdade socioeconômica e a injustiça contida nas ações de especulação imobiliária.

Foi neste período que, a partir de uma elaboração nacional do MST, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que conquistou nos últimos anos significativa

repercussão social e midiática, despontando grandes passeatas de rua e agregando milhares de pessoas nas grandes metrópoles do país. Como aponta a pesquisa de Goulart (2011), o nascimento do MTST expressou uma análise sobre a conjuntura que levou a ampliação da luta pela reforma agrária também para as cidades.

A conjuntura neoliberal em que surgem os movimentos sem-teto impõe novas formulações internas e novos modos de enfrentamento com o Estado e o capital (GOULART, 2011). A hipótese presente na maior parte da bibliografia sustenta que estes movimentos, a despeito de sua heterogeneidade, constituem uma resposta aos efeitos materiais do projeto neoliberal. Coadunamos que a práxis sem-teto é delineada no curso do enfrentamento cotidiano das reverberações concretas e ideológicas da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no país.

Sem dúvida, desde o prelúdio, o advento neoliberal impulsionou uma nova fase de reconfiguração das lutas sociais no Brasil. No campo sindical, vivenciava-se o surgimento e crescimento da Força Sindical como força social ativa dos governos neoliberais (TRÓPIA, 2004), além da inflexão de posicionamento da CUT, que partiu de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de participação, ou “cidadão” (BOITO JR., 1999). Ao mesmo tempo, processava-se a metamorfose do PT (IASI, 2006), que chegava ao fim dos anos 1990 caracterizado, não por poucos, como um partido da ordem.

Goulart (2011) retoma a história recente dos movimentos sociais a partir de uma investigação sobre a literatura analítica produzida sobre o tema nestas últimas décadas. A autora identifica três eixos principais de análise que conduzem estas produções: o que parte da condição macroestrutural e da formação das demandas coletivas dentro da dinâmica do capital e das contradições sociais dela decorrentes; o debate da relação destes movimentos com o Estado, instituições e suas formas de organização; e discussões baseadas na noção de identidade e cultura como princípio aglutinador e mobilizador dos movimentos. Este último, difundiu-se amplamente embasando o conceito de “novos movimentos sociais”.

Galvão (2008) também dispõe que, principalmente na década de 1980, difundiram-se perspectivas em oposição à centralidade da luta de classes, nas quais se incluem a teoria dos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1980; OFFE, 1985; TOURAINE, 1985 *apud* GALVÃO, 2008), da mobilização de recursos e mobilização política (MCCARTHY, 1977; TARROW, 1994 *apud* GALVÃO, 2008), e do reconhecimento (HONNETH, 2003; FRAZER, 2001 *apud* GALVÃO, 2008). Em geral, essas bibliografias deslocam o centro dos conflitos

sociais para questões culturais, sociais e “pós-materialistas” (identidade, reconhecimento), desarticulando-os do conflito entre capital e trabalho.

A ideia de “novos movimentos sociais” compõe análises interpretativas segundo as quais o esgotamento da sociedade industrial, que produziu os “movimentos tradicionais” vinculados ao mundo do trabalho, teria emergido novos embates e motivações que extrapolam as relações de classe. Nesta perspectiva, a atual sociedade, caracterizada pelos serviços e tecnologias da informação, estaria fazendo surgir movimentos sociais desvinculados da inserção de classe, mas “portadores de reivindicações em favor de uma sociedade civil mais autônoma em relação ao mercado e ao Estado”, e com demandas “dispersas e universalistas ou, então, específicas de coletivos distintos das classes” (TRÓPIA, 2008, p. 12).

Pinheiro (2010b) analisa as principais linhas que, inspiradas nestas tradições teóricas, embasam os estudos sobre as mobilizações populares que se desenvolveram no Brasil nas últimas décadas. O autor identifica que os resultados destes estudos estabelecem um critério subjacente comum, que remete também à um pressuposto analítico sobre a conjuntura social brasileira. Lançando mão das categorias identidade (EVERS, 1984 *apud* PINHEIRO, 2010b), democracia (CARDOSO, 1983 *apud* PINHEIRO, 2010b) e retórica “expressivo-disruptiva” e “integrativo-corporativa”¹⁸ (DOIMO, 1995) para interpretar o que caracteriza unitariamente a diversidade de movimentos que se desenvolveu a partir da década de 1980, o que esses estudos têm em comum é:

[...] pressupor a categoria de cidadão como núcleo constitutivo básico subjacente à diversidade dos atores políticos, mesmo porque, é através dos recursos simbólicos, jurídicos e materiais mobilizáveis por essa categoria que os movimentos analisados se constituíram e formularam suas reivindicações. Ora, através do estatuto jurídico-político de cidadão o Estado constitui os indivíduos como sujeito de direito e lhes cobra lealdade e tanto organiza como governa e representa o povo-nação. Eis a totalidade pressuposta, embora recusada como possibilidade teórica (PINHEIRO, 2010b, p. 14-15).

Este eixo teórico comum busca se sustentar na variação entre padrões político-liberais e formas anti-sistêmicas ambigualmente contidas no desenvolvimento dos movimentos. Estas análises, entretanto, expressam o que alerta Trópia (2008): a inserção de classe dos ativistas ou

¹⁸ Doimo (1995, p. 69) identifica nos movimentos sociais brasileiros uma certa dinâmica pendular entre a retórica expressivo-disruptiva, “pela qual se manifestam valores morais ou apelos ético-políticos tendentes a deslegitimar a autoridade pública e a estabelecer fronteiras intergrupos”, e a integrativo-corporativa, “pela qual buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços, não sem disputas intergrupos e interpelação direta aos oponentes”.

militantes torna-se uma questão estranha aos teóricos que compõem o conjunto de hipóteses tomadas como “novos movimentos sociais”. Muito embora nosso objetivo neste trabalho não seja debater diretamente a constituição destas matrizes interpretativas, por certo, nossa abordagem localiza-se em contraste direto com os pressupostos que os fundam.

No sentido de pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade, Galvão (2011) anuncia:

Diferentemente de uma perspectiva que faz apologia da sociedade civil e dos movimentos sociais como polo de resistência ao Estado, como se este não mais importasse, como se os sujeitos que se mobilizam pudessem transformar a sociedade prescindindo da tomada do poder e como se esta estivesse definitivamente descartada, a concepção marxista nos permite olhar de maneira dialética para a relação Estado-sociedade civil (GALVÃO, 2011, p. 121).

Em acordo com Pinheiro (2010a), compreendemos que falta a estas perspectivas teóricas perceber a luta de classes que se processa vividamente no interior das classes populares e de suas relações. Neste ponto, os conceitos de classe, poder e estrutura propostos por Poulantzas (1977) auxiliam no entendimento das lutas e movimentos populares, e das próprias camadas populares de trabalhadores, em relação às estruturas de dominação. Para Poulantzas,

[...] se a classe é de fato um conceito, não designa, contudo, uma realidade que possa estar situada nas estruturas: designa, sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe (1977, p. 65).

Prossegue, ainda, definindo o poder como um lugar de dominação e subordinação relativo às estruturas como conjunto:

Em particular, em uma formação capitalista caracterizada pela autonomia específica dos níveis de estrutura e de práticas, e dos respectivos interesses de classe, podemos ver nitidamente a distinção entre o poder econômico, o poder político, o poder ideológico, etc., consoante a capacidade de uma classe para realizar os seus interesses relativamente autônomos em cada nível. Em outras palavras, as relações de poder não se situam unicamente no nível político, da mesma maneira que os interesses de uma classe não se situam unicamente ao nível econômico (POULANTZAS, 1977, p. 109).

Considerar a assimetria nas relações sociais de produção cabe, pois, compreender a noção de estrutura como conjunto de relações dadas economicamente, jurídico-politicamente e ideologicamente, e que, como escrevem Marx e Engels (2007):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007).

O equívoco, sobretudo, reside em analisar os repertórios (TILLY, 2010) e o enquadramento interpretativo (TARROW, 2009) que identifica a ação dos movimentos sociais de forma descolada das estruturas de reprodução e dominação em todas as suas esferas, ignorando, assim, que à matriz no modo de produção capitalista – personificado nas categorias econômicas capital e trabalho – articulam-se formas específicas de estruturação social, valores e formas de apreensão da realidade.

Fornecendo uma noção ampla de movimento social, Vakaloulis (2005) evidencia a intrínseca relação entre as relações de subordinação de classe e as relações sociais de protesto na sociedade capitalista. Para o autor, o conceito de movimento social refere-se:

[...] a um conjunto mutável de relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo contemporâneo. Essas relações se desenvolvem de forma desigual em seus ritmos, sua existência reivindicativa, sua constância e sua projeção no futuro e, finalmente, em sua importância política e ideológica. Sua origem comum, se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização (VAKALOULIS, 2005, p. 132).

Ao tratar dos movimentos sociais na nova fase do capitalismo, Mouriaux (2002) elabora uma tipificação das lutas sociais e políticas, na qual se refere às lutas de urgência. Tomamos os movimentos sem-teto dentro deste bojo de lutas sociais pautadas pela garantia imediata de demandas elementares à sobrevivência, empreendidas por parcelas de classes trabalhadoras submetidas a condições de deterioração socioeconômica.

Por esta característica elementar, o repertório das lutas sem-teto é possível perceber uma dualidade latente entre trabalhador/cidadão, denotando uma dialética pendular entre o estatuto jurídico-político (cidadão, sujeito de direito que reivindica habitação como garantia legalmente instituído) e o estatuto relativo à estrutura econômica (trabalhador, empregado ou

desempregado desprovido de acesso ao mercado imobiliário). Pinheiro (2010b, 11-12) aponta que estas categorias remetem ao todo estruturado que é a sociedade capitalista e que: “devido à limitação imposta à primeira pela ditadura, a condição de trabalhador foi a condição a partir da qual se reivindicava direitos de cidadania, o que se inverteu com a transição para a democracia representativa, mas não saímos do campo da luta de classes”.

Conforme afirma Bensaïd (1999, p.166), “o capital põe em evidência os obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais. A esses obstáculos próprios à relação de produção acrescentam-se os efeitos específicos das vitórias e dos fracassos políticos”. É nessa imbricação estrutural-conjuntural que se desenvolvem as diferentes formas de mediação da ação coletiva dos dominados, como o são os movimentos sociais que aqui focamos.

Compreender os posicionamentos expressos nas ações coletivas requer, então, analisar condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante e da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política (GALVÃO, 2011), e que conseqüentemente, como as que refutamos, fujam à centralidade da luta de classes na análise dos movimentos sociais que não imprimem diretamente em seus discursos a ruptura com o capital. De tal modo, é necessário atentarmos para os condicionantes simbólicos, culturais e ideológicos na análise dos movimentos sociais.

Lançamos olhar sob os movimentos sem-teto brasileiros concebendo suas demandas, reivindicações e formas de luta que envolvem a pauta da habitação como expressões conjunturais da conjunção de relações sociais de produção no qual estão imbricados¹⁹. Bem como os movimentos sem-teto não estão descolados da totalidade da realidade social, sua base social só existe sendo antípoda de um modelo de produção capitalista das cidades e do urbano, que mercantiliza o solo e a habitação²⁰.

Entendemos que a organização e movimentação dos sem-teto relaciona-se diretamente aos efeitos das condições precárias de vida urbana estabelecidas no processo de urbanização dependente e agravadas no advento do neoliberalismo brasileiro sobretudo, trabalho, moradia e a segregação quanto ao acesso a equipamentos sociais da cidade, como educação, transporte, saúde, saneamento básico, espaços de cultura e lazer, etc. O movimento sem-teto é um modo

¹⁹ E que, como defenderemos mais à frente, constituem-se na experiência da sua base social.

²⁰ Como demonstra Pinheiro (2010b), o movimento de mercantilização e valorização do solo urbano é o que estabelece a contradição entre as demandas populares por habitação e o mercado imobiliário.

de contestação contra expressões de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo, portanto, acordamos com Galvão (2011, p. 123) que, justamente por emergir no capitalismo, “a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista” deste movimento.

Lojkin (1981) enfatiza que qualquer reivindicação material dos movimentos populares ou diz respeito a bens que circulam como mercadorias ou a bens de consumo coletivo que integram as condições gerais de produção. Nessa perspectiva, ressalta-se que a reivindicação de natureza jurídico-institucional, como o direito à moradia e à infraestrutura urbana, tem impacto em algum grau sobre a produção e/ou distribuição de mercadorias diretas e indiretas. São, enfim, “reivindicações do trabalho em face do capital, embora não apareça necessariamente como tal nas práticas discursivas dos atores políticos” (PINHEIRO, 2010b, p. 13).

Esta dialética aparece de diferentes formas e intensidades no travamento dos conflitos e na composição das reivindicações, exprimindo em seu conteúdo a experiência cultural dos sujeitos políticos. À vista disso, investigar as expressões de classe contidas no posicionamento, na participação e na prática política dos movimentos sem-teto denota convir que a relação entre comportamento político e classe objetivamente constituída (BENSAÏD, 1999) não é automática. Em concordância com o que expressa Bensaïd (1999, p.167), “a estrutura social de classe não determina, portanto, mecanicamente a representação e o conflito políticos”. Não estamos tratando de relações determinadas unilateralmente, mas de uma multideterminação (GALVÃO, 2011).

As próximas páginas trazem ao centro da problematização experiências e manifestações político-ideológicas expressas na mediação das ações destes trabalhadores sem-teto. A maneira como assimilam os limites objetivos e ideológicos impostos pelo capitalismo neoliberal revelam a dinâmica conflitiva que pulsa nos processos de atribuição de significados e sentidos às lutas. A forma como tais lutas tomam a condição de trabalhador para formular e significar as reivindicações por direitos impelem as potencialidades que projetam como horizonte da sua luta.

3.2 A luta dos sem-teto em Uberlândia: o Movimento Sem-Teto do Brasil (MSTB) e o Movimento Popular Sem-Teto do Brasil (MPSTB)

Como evidenciado previamente, a criação de loteamentos irregulares foi uma das principais modalidades de produção do espaço urbano e expansão da cidade de Uberlândia. Loteamentos provenientes do fracionamento e venda irregular de áreas privadas, e ações - individuais/familiares de ocupação de áreas ociosas, estão presentes de forma expressiva no espaço urbano de Uberlândia pelo menos desde a década de 1950. Foi, entretanto, nas décadas de 1980 e 1990 que se intensificou o surgimento desses espaços na composição da malha urbana uberlandense.

No curso do desenvolvimento modernizante da cidade, a aquisição de lotes irregulares a preços e condições de pagamento acessíveis e a ocupação autônoma de imóveis e terrenos ociosos apresentaram-se como alternativas à população de baixa renda, excluída das possibilidades de aquisição de moradia pelas vias do mercado regulamentado. Em alguns casos, os moradores dispunham de documentação de posse em contrato com os proprietários ou loteadores; em outros, apenas o compromisso oral entre as partes. Em geral, estas áreas caracterizavam-se pela precariedade ou ausência de equipamentos urbanos e infraestrutura urbana básicos.

Cabe bem aqui remeter ao fenômeno que Rolnik (1999) conceitua como “pacto territorial”. Paralelo à própria legislação urbana, a omissão de políticas públicas admite a existência de irregularidades e até presume determinados espaços da cidade – normalmente, os espaços mais desqualificados, distantes, desurbanizados, longínquos – para as ocupações ilegais. Rolnik (1999) indica, ainda, que este pacto, ao veladamente atribuir o problema de moradia a resoluções individuais, busca também desarticular ideologicamente o questionamento ao esquema político de dominação.

A modernização que constituiu o espaço urbano de Uberlândia, e que se imbricou no ambiente, nas relações e nos modos de vida, não se estendeu de forma igualitária. A gentrificação dos centros (SMITH, 2006) e a segregação socioespacial que marcaram este processo, mantiveram o arcaico para alguns, reproduzindo uma “relação biunívoca entre esse moderno e esse arcaico” (MARICATO, 2003, p. 78). O desenvolvimento tecnológico e os

grandes arranha-céus convivem com espaços em que inexistem moradias dignas e serviços e equipamentos urbanos adequados.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Uberlândia, que acompanha e oferece suporte a estas ocupações desde a década de 1980, o número de ocupações populares urbanas cresceu progressivamente nas últimas décadas. De uma ocupação na década de 1980, que criou a comunidade Lagoinha, a Comissão documentou duas ocupações na década de 1990, que constituíram os atuais bairros Dom Almir e São Jorge, e pelo menos mais 15 ocupações consideráveis de loteamentos ociosos no período entre 2000 e 2012, ano em que ocorreu a ocupação da fazenda do Glória.

Algumas destas ocupações constituem atualmente bairros consolidados, regularizados (como é o caso dos bairros São Jorge, São Francisco e Joana D'arc Novo) ou parcialmente regularizados (como é o caso dos bairros Dom Almir, Celebridade, Zaire Resende e prolongamento do Prosperidade)²¹. Quanto aos outros, a menor parte foi desocupada com despejo das famílias via reintegração de posse judicial e grande parte mantém-se como loteamentos irregulares, com ou sem negociação em andamento (OLIVEIRA, 2013).

Os processos de luta dos moradores destas comunidades marcam-se pela criação e atuação de associações de moradores. Estas associações surgiram, em geral, como forma de organização e representação comunitária para reivindicação e negociação junto ao poder público. Em 2011 foi criada a Associação dos Moradores dos Bairros Irregulares de Uberlândia (ABIU), que convergiu a representação e organização da luta pela legalização dos loteamentos ainda não regularizados e atua até hoje como entidade representativa dos moradores destes bairros²².

A pesquisa de Petuba (2001) infere que não é possível perceber a existência de uma prévia organização dos trabalhadores que ocuparam a maior parte destes bairros até a década de 1990. Segundo a pesquisadora, os relatos indicam que as primeiras famílias, sem condições de arcar com aluguel, montaram acampamentos espontâneos e que, por experiências anteriores

²¹ Enquanto os bairros Prosperidade e Dom Almir, respectivamente, originaram de loteamentos vendidos a partir de um inventário irregular (não resolvido até os dias atuais), e de um deslocamento de ocupação espontânea realizado pela Prefeitura Municipal, gerida pelo então prefeito Virgílio Galassi, os demais bairros tiveram origem em ocupações populares de propriedades privadas ociosas.

²² A ABIU foi criada por iniciativa de moradores e organizações populares dos bairros Dom Almir, São Francisco, Joana D'arc, Zaire Rezende, Celebridade e Prosperidade (PETUBA, 2001).

na própria cidade, entendiam que ocupar áreas privadas ociosas era uma forma viável de pressionar politicamente o poder público municipal para o atendimento da reivindicação de loteamentos de moradia popular.

Não obstante, em nossa pesquisa de monografia indicamos que nos materiais produzidos por essas organizações e associações de moradores já é possível perceber o início de uma identificação como movimento sem-teto, referenciada na luta reivindicativa coletiva por moradia e reforma urbana. A afirmação do sujeito coletivo sem-teto naquele momento pode ser compreendida como expressão do reconhecimento da necessidade de luta coletiva por moradia, mas, mais do que isso, de uma sociabilidade compartilhada por meio da escolha de agir coletivamente rumo ao provimento autônomo da habitação e ao confronto com o poder público administrativo em reivindicação da garantia do direito à moradia e infraestrutura urbana. A luta popular foi, assim, reconhecida como o único caminho possível para a conquista do direito à urbanização para estes trabalhadores (MARIANO, 2014).

A emersão de ocupações realizadas com a mediação e coordenação de movimentos sociais sem-teto, entretanto, é bastante recente na cidade. Após as experiências da década de 1990, a eclosão de um grande número de ocupações urbanas data dos anos finais da década de 2000 e iniciais da década de 2010, concomitantemente à elevação significativa da capacidade de mobilização e de expressão pública dos movimentos sem-teto a nível nacional.

Cruzando dados coletados pela CPT, pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e informações divulgadas pela Polícia Militar (PM) e por veículos de imprensa local foram contabilizadas 10 ocupações realizadas por movimentos sem-teto no perímetro urbano de Uberlândia no ano de 2009, abrindo um período de expansão progressiva de acampamentos sem-teto na cidade. No curso da investigação de campo, o número de áreas urbanas ocupadas em Uberlândia chegou a 25 em novembro de 2015, registrando um aumento médio de 56,2% em um ano²³.

A intensidade dos processos de luta é percebida não somente em termos quantitativos, mas também em relação à dinâmica intermitente frente às ações de repressão, observável pela redefinição constante do mapeamento das ocupações urbanas da cidade no último período. Os números e locais dos acampamentos flutuam em constantes ocupações, despejos e reocupações.

²³ Ver MACHADO, Diogo. Invasões na área urbana de Uberlândia passam de 16 para 25. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 de out de 2015. Disponível em <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/invasoes-na-area-urbana-de-uberlandia-passam-de-16-para-25/>> Acesso em 15 de dezembro de 2015.

Não surpreende que grande parte dos moradores dos acampamentos pesquisados tenham como origem direta outras ocupações com despejos recentes na cidade.

3.2.1 Bairro Élisson Prieto, ou a “ocupação do Glória” – MSTB

[...] viemos do despejo, em novembro do ano passado organizado pela Prefeitura de Uberlândia de 4.200 família, ocupamos essa área no dia 13 de janeiro, onde a gente definiu que a gente tinha que fazer um projeto de habitação de uma moradia popular, para atender as necessidades das pessoas que, né, vinham de um despejo. Essa área pertence à Fazenda Glória, Universidade de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia. Hoje, 2.200 famílias se organizaram²⁴.

As ruas de terra vermelha contrastam com o entorno. As fiações improvisadas escancaram a “cidade ilegal” (MARICATO, 2003). Mas essa outra cidade, à vista segregada, expressa ainda mais o que é a totalidade que combina as realidades da cidade de Uberlândia, onde se localiza a ocupação Élisson Prieto. Trata-se de uma área de 65,94 hectares (659.400 metros quadrados) na periferia da cidade de Uberlândia.

A história desta ocupação teve início às três horas da madrugada do dia 13 de janeiro de 2012, quando famílias sem-teto adentraram a área de propriedade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e levantaram os primeiros barracos de lona. Localizado no setor Sul²⁵ do município, às margens do quilômetro 78 da rodovia BR-050, o acampamento coordenado pelo Movimento Sem-Teto do Brasil (MSTB) compreende 2.350 lotes progressivamente ocupados por, estima-se, cerca de 15 mil pessoas²⁶.

A fazenda do Glória é parte do patrimônio da UFU desde a década de 1970, por meio de uma doação da Prefeitura Municipal para que a então Universidade de Uberlândia (UnU), ainda não federalizada, pudesse construir um campus único. Com a falta de recursos para a

²⁴ Wellington, em entrevista. Ver: Vídeo canal AFES MG – Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade. **Acampamento Sem Teto – Elisson Prieto Uberlândia, MG.** Duração: 00:11:05. Uberlândia, 29 abr de 2013. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=f_GxDdTzaT0 > Acesso em: 23 jan. 2016.

²⁵ O setor Sul de Uberlândia é compreendido pelos bairros Carajás, Cidade Jardim, Granada, Jardim Inconfidência, Jardim Karaíba, Lagoinha, Laranjeiras, Morada da Colina, Nova Uberlândia, Pampulha, Patrimônio, Santa Luzia, São Jorge, Saraiva, Shopping Park, Tubalina e Vigilato Pereira. Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

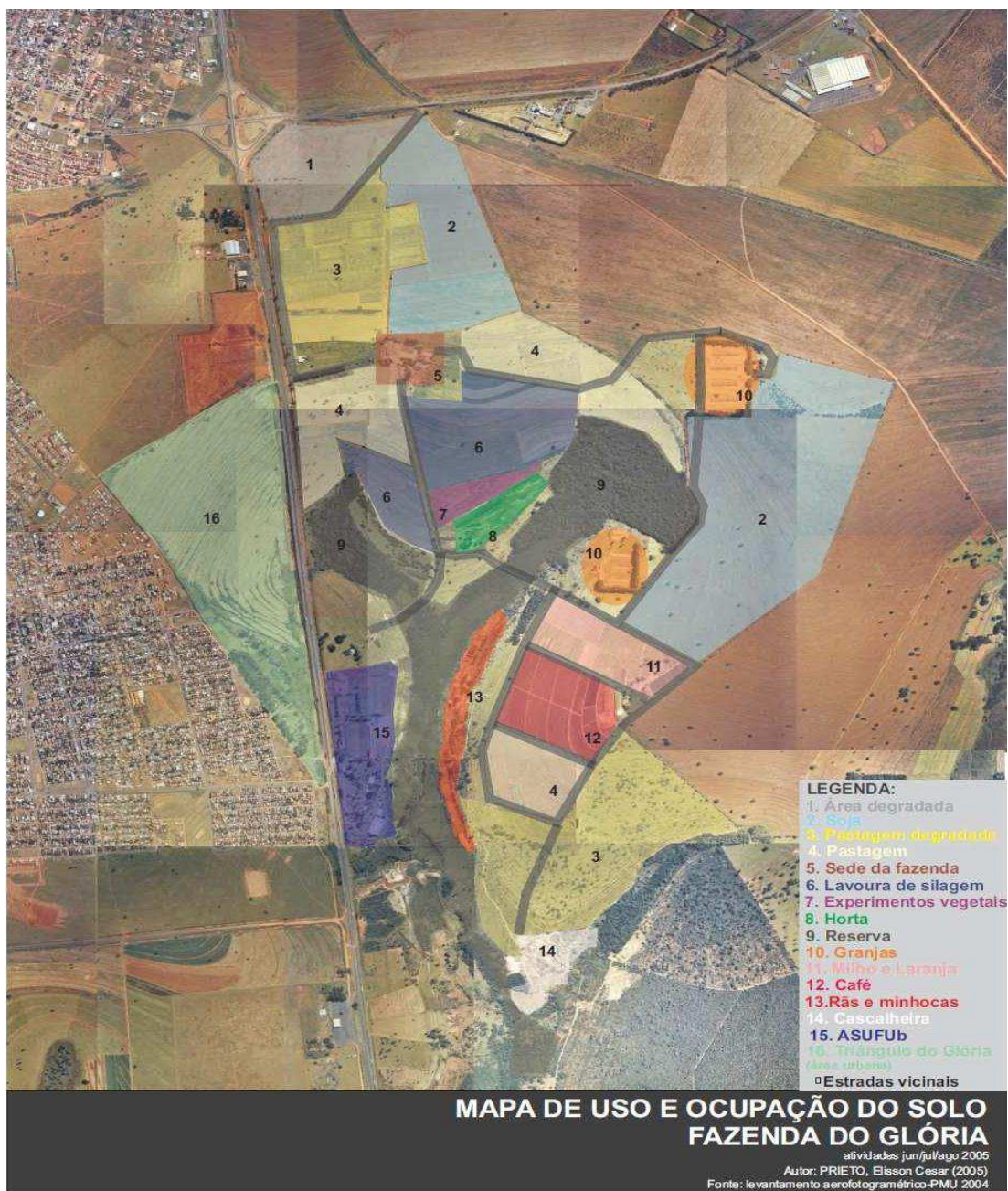
²⁶ Dados apresentados em registros próprios do MSTB.

construção deste campus até então, vinha sendo utilizada como fazenda experimental e reserva ambiental universitária.

A discussão sobre a construção do campus Glória foi retomada pelas instâncias da UFU somente no ano 2000, com a elaboração de um documento sobre o planejamento futuro e a ocupação do espaço físico da UFU. Diante da carência de espaço físico da UFU para a expansão de cursos e infraestrutura de pesquisa, o Conselho Universitário (CONSUN), por meio da Resolução n.º 18/2008, aprovou a criação do Campus Glória, em parte da área da fazenda. Em setembro de 2010 foi finalizado pelo professor e arquiteto Élisson Cesar Prieto um projeto que subsidiou a construção do Plano Diretor Físico-Territorial do Campus Glória (PRIETO, 2005).

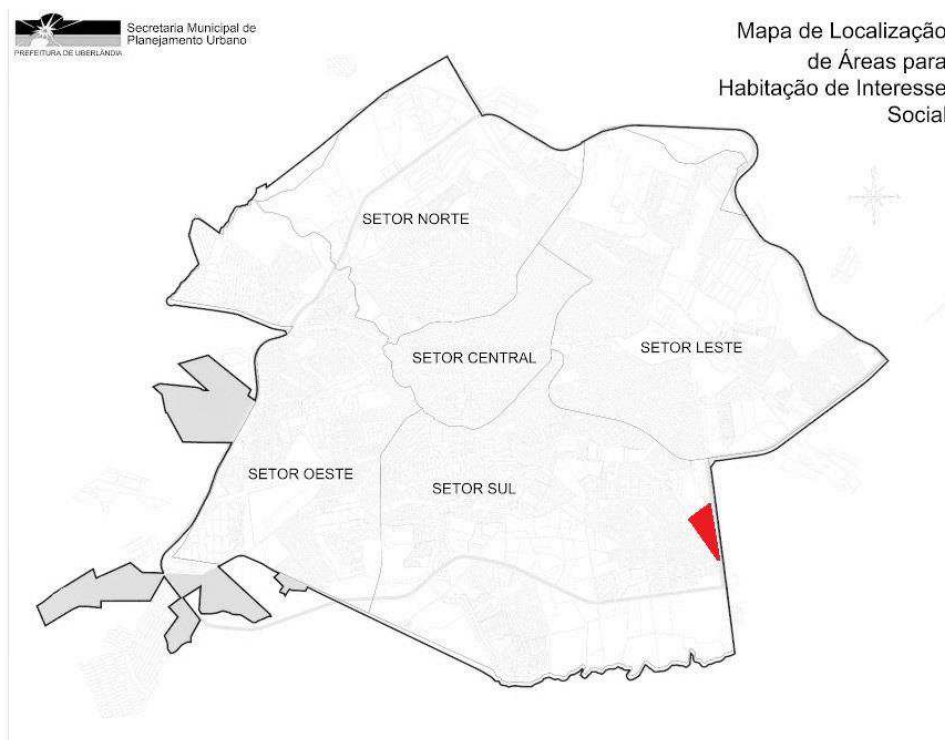
O projeto de construção do novo campus incluiu a deliberação do CONSUN pela venda da área correspondente ao perímetro urbano, de 62 hectares, situada à margem direita da BR 050, portanto, descontínuo à área que abrigará o campus. Chegaram a ser feitas avaliações orçamentárias por empresas privadas contratadas pela universidade, até que em 2012 este mesmo terreno foi ocupado pelo MSTB, fundando o que viria a ser o acampamento Élisson Prieto (área número 16 na Imagem 2; área em destaque na Imagem 3).

Imagem 2: Mapa de uso e ocupação do solo na fazenda do Glória – localização da ocupação Élisson Prieto



Fonte: Prieto (2005).

Imagem 3: - Localização da fazenda do Glória no atual perímetro urbano de Uberlândia



Fonte: Prefeitura municipal de Uberlândia, destaque nosso.

A história do MSTB equivale ao desenvolvimento deste processo. Wellington foi organizador e uma das principais lideranças da ocupação e recorda em sua fala que a criação do MSTB foi decidida a partir da conjunção de ideias: ocupar parte da área da fazenda do Glória, o que já vinha sendo pensado entre os movimentos e reorganizar famílias que em agosto de 2011 haviam sido despejadas de outra área. A maior parte das famílias que realizaram a ocupação do Glória vivenciaram o despejo da “ocupação do Ceasa”, como o próprio Wellington, que antes habitava um barraco no acampamento coordenado pela Associação dos Trabalhadores Rurais Bela-Vista (ATRBV), em frente à Central de Abastecimento (Ceasa) de Uberlândia.

Wellington: [...] então pegamos este trabalho de base que foi feito ali para cima do Matinha, que eu esqueci o nome do bairro [...] essas já eram de aluguel. Eram três realidades, um grupo tava sendo despejado dos sem-terra, outro grupo já tinha sido despejado do Ceasa e esse outro grupo tava neste bairro atrás do Matinha [...] os sem-terra eram aqui na Serra da Ema, próximo a Serra da Ema, fazenda Siriema [...] despejou lá. Lá não teve acordo, a usina pressionou para poder desocupar. Como as famílias que tavam lá tinham pouco contato com a terra, ficavam lá porque não tinham lugar para ficar na

cidade, aí veio a ideia de misturar também todo mundo, e fazer uma luta ali dentro²⁷.

Além de famílias vindas do despejo da “ocupação do Ceasa” – das quais parte foi incorporada a acampamentos rurais coordenados por movimentos sem-terra, e um número considerável havia se deslocado para uma faixa de domínio Estatal da mesma área – no planejamento da ocupação da área do Glória foram incluídas, ainda, famílias que haviam sofrido despejo de área rural arrendada pelo Consórcio Capim Branco de Energia, e outras famílias com as quais já fazia trabalho político em casas de aluguel no bairro Tibery, também na periferia Leste da cidade.

O processo de criação do MSTB aparece de forma difusa nos depoimentos e entrevistas. Antes de compor a “ocupação do Ceasa”, Wellington militava no MST, com o qual rompeu pouco antes da ida para a área coordenada pelo ATRBV. Recém-criada na época, a ATRBV era uma organização rural-urbana, surgida de uma espécie de desdobramento do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). No seio destas relações, articuladas na “ocupação do Ceasa” é que foi germinado o MSTB, sob a liderança de Wellington, em conjunto com outros agentes inseridos nestas relações. Até os meses finais do ano de 2012 notamos o envolvimento constante de agentes relacionados ao MLST no cotidiano da ocupação e na constituição dos processos decisórios – o que acabou diminuindo consideravelmente após a eleição do principal dirigente do movimento, Ismael, para a Câmara Municipal de vereadores pelo PT. Também houve presença frequente da principal liderança da ABIU, Marquinhos, que também foi eleito vereador da cidade pelo PT no mesmo ano.

Desde a constituição inicial do MSTB e da ocupação Élisson Prieto, o grupo da CPT em Uberlândia atua como assessoria jurídica e de formação política no desenvolvimento das ações relativas ao acampamento e ao movimento. A presença de agentes vinculados a este grupo é constante em todas as atividades, sobretudo assembleias e espaços decisórios e representativos.

Segundo Wellington, o movimento teve conhecimento de que esta área doada pela gestão municipal de Virgílio Galassi à UnU reunia matrículas sobrepostas em cartório que permanecem em conflito judicial. A porção de terra referente à fazenda destinada ao campus Glória, apesar de estar em posse oficial da UFU, é reivindicada por proprietários que constam

²⁷ **Wellington.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano.

em matrículas anteriores à posse da Prefeitura Municipal. A liderança do MSTB afirma ter dialogado com herdeiros dos proprietários iniciais das terras que sustentam a existência de documentações sobrepostas e que as terras chegaram à posse da Prefeitura Municipal por meio de fraudes cartorárias.

As irregularidades na posse das terras da fazenda do Glória evidenciam como a ausência, a fragilidade ou a ineficácia de regularização quanto à apropriação e parcelamento de terras marcou a formação da cidade e da região de diversas formas, tendo sido as fraudes cartorárias, as chamadas “grilagem” de terras²⁸, prática comum entre as elites tradicionais e administrativas, conforme aponta a pesquisa de Oliveira (2011).

Para Lourenço (2010, p. 119), em Minas Gerais as formas de propriedade fundiária desenvolveram-se de maneira ainda mais arcaica e desregulada que em outras regiões, por ter como característica regional marcante a extensão do poder dos coronéis, que “escorava-se no controle pessoal e nos laços de dependência entre a população do interior e os chefes políticos”, e que foi fragilizada quando houve a transferência para o Estado da jurisdição de terras.

Em junho de 2002, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada pela Câmara de Vereadores de Uberlândia para apurar irregularidades no loteamento Morumbi (bairro da periferia Leste de Uberlândia), revelou a origem das terras loteadas por fraudes realizadas em permutas entre a Imobiliária Tubal Vilela e o então Prefeito Virgílio Galassi²⁹. Atualmente, um avultado número de áreas em Uberlândia se encontram sob litígio, devido a certidões de matrículas de terra com conteúdo diferentes e expedição de títulos de propriedade sobrepostos a mais de uma pessoa. Essas evidências denotam que a ilegalidade sistemática na ocupação de terras é prática historicamente adotada pelas elites locais para a garantia da acumulação fundiária que ainda se sustenta.

²⁸ “[...] os termos grileiro e grilagem surgiram a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de ‘comprovação’ de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação” (MOTTA, 2002, p.79).

²⁹ Ver: OLIVEIRA, Igino Marcos de. Uberlândia de “costas” para a justiça. Uberlândia, 2011. Disponível em < <http://elissonprieto.blogspot.com.br/2011/08/sem-teto-em-uberlandia-denuncia-de.html>> Acesso em: 20 ago. 2016.

[...] mas isso a gente descobriu depois que a gente ocupou a área. Antes de a gente ocupar a área, a gente não sabia se era área da Prefeitura, se era área da UFU, se era de alguém... sabia que tava abandonada e precisava pôr o povo em algum lugar. E ocupamos aquela área ali com, se eu não engano hoje, acho que... Não tenho muita memória boa, acho que com aproximadamente umas 300 famílias [...] ³⁰

Situações como esta estão longe de ser especificidade regional. A afronta à legalidade jurídica não é o ingrediente básico dos estigmas repressivos alcunhados aos ocupantes sem-teto: ao contrário, “não se trata de uma fronteira para além do Estado, de suas leis e regulações públicas” (TELLES, 2010, p. 89), mas de tramas sociais de disputas e alianças, de conflitos de poder e relações de força nos quais se tem a chave de inteligibilidade das contradições que atravessam a experiência urbana e as disputas cotidianas pelo/no espaço (TELLES, 2010).

Após a ocupação, o acampamento foi organizado em 42 quadras, com aproximadamente 2.200 lotes, que foram sendo progressivamente ocupados nos últimos anos. Tiago, que mora na ocupação com a esposa e a filha, que nasceu já morando no acampamento, conta como foi realizada a organização espacial para que o acampamento se tornasse um bairro:

[...] ruas, lotes e quadras, todos bem cortados. Um projeto de topografia que foi mais de setenta mil, nós gastamos aqui e não foi do nosso bolso, foi a comunidade que juntou e cortou as ruas, pagou topógrafo, pagou, e... pagou as máquinas para organizar as ruas. ³¹

O corte topográfico, que custou cerca de 22 reais para cada morador, considerou a reserva de uma quadra com cinquenta lotes para a construção de prédios públicos, como escolas, creches e hospitais. Ao lado da casa onde funciona a secretaria do MSTB, na entrada principal do acampamento, foi reservada também uma grande área para a construção futura de um centro de formação, além de outros lotes não ocupados, que se encontram sob controle do movimento. Tiago ressalta como foram a decisão e a organização destes procedimentos:

³⁰ **Wellington.** Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano.

³¹ **Tiago.** In: MOREIRA, Frei Gilvander Luís, Comissão Pastoral da Terra. Ocupação Elisson Prieto, Glória/Uberlândia/MG: 2.350 famílias, lotes 10X25metros.Despejo? 05/02/15. Uberlândia, 9 de fev de 2015. Duração: 00:08:13. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YVzvNpRtcMw>>. Acesso: 11 jan. 2016.

[...] em assembleia, num processo coletivo a gente discutiu que era viável, fazer um planejamento topográfico onde a gente contratou a equipe topográfica, né? Para fazer o processo de engenharia da área, temos o mapeamento, temos uma área institucional [...] ³²

A demanda de entrada de moradores fez, ainda, com que novos lotes fossem abertos no curso dos anos, alguns, à revelia do planejamento. Atualmente, o movimento estima que haja cerca de 2.350 lotes ocupados. A provisão de energia elétrica e água clandestinas foi realizada pela coordenação do movimento, ficando à responsabilidade de cada morador “puxar” individualmente para as moradias. Nestes processos, foi perceptível o estabelecimento de uma ampla economia de serviços informais interna ao acampamento, que se sustenta na própria estruturação do acampamento, como ligações clandestinas, serviços de construção civil, comercialização de materiais de construção, etc.

Os nomes das ruas e avenidas, em grande maioria, homenageiam sujeitos relacionados às lutas sociais, como as ruas “Irmã Dorothy”, “Che Guevara”, “Karl Marx” e “Paulo Freire”. O nome do acampamento foi definido sob este mesmo critério. Inicialmente batizado de “acampamento Paulo Freire”, foi renomeado em assembleia no dia 4 de novembro de 2012, em homenagem ao professor Élisson Cesar Prieto. Élisson, que também participou do processo de construção do PT em Uberlândia e teve uma trajetória de apoio aos movimentos sociais, era então professor do Instituto de Geografia da UFU e assessor da Prefeitura Universitária para implantação do Campus Glória, sobre o qual desenvolveu diversas produções, incluindo o projeto de elaboração do Plano Diretor Físico-Territorial. Esta última função, Élisson Prieto desenvolveu se posicionando para que a ocupação da área urbana da fazenda Glória fosse regularizada e transformada em um bairro popular.

A alteração do nome da ocupação para Élisson Prieto ocorreu menos de um mês após a morte de Élisson, vítima de câncer. A renomeação foi feita em um evento no espaço comunitário do acampamento, que contou com a participação de amigos e familiares de Élisson. A fala de encerramento do evento, realizada por Wellington, e que transcrevemos aqui, desvela alguns sentidos da escolha do nome:

[...] o pouco que a gente teve com o Élisson, aquele minutinho que acaba que virou horas e horas, mas é muita satisfação para quem teve com ele, muitas pessoas não tiveram a oportunidade de estar com ele, eu tive a oportunidade de acompanhar a situação dele de janeiro para cá é uma situação muito comovente, é um cara do povo, é um cara que sempre pensou na necessidade das pessoas e portanto ele fez esse pedido para o reitor ‘deixa aquelas criança

³² Ibidem.

que tão lá ter a oportunidade' então isso para nós é muito importante, e eu quero dizer para família que o nome Élisson Prieto, prof. Élisson Prieto vai ser honrado aqui dentro desse bairro, vai ser um bairro sustentável, vai ser um bairro pro povo e eu tenho certeza que todos que estão aqui vão levar no seu coração e no seu peito a memória de Élisson Prieto. Uberlândia é a cidade que as ruas têm nome de pessoas, de coronéis que torturaram e nós temos o prazer de colocar o nome do Prof. Élisson Prieto aqui! [*palmas*] Nós temos Élisson Prieto no peito! Nós temos Élisson Prieto na cabeça! E é isso que eu queria dizer para a companheirada, agradecer de coração a família, para nós é uma emoção grande acredito que vocês possam vir visitar nós mais uma vez. [...]³³

Com uma estrutura própria consolidada e a quase totalidade das moradias de alvenaria, a ocupação Élisson Prieto é atualmente reivindicada pelo movimento como Bairro Élisson Prieto. Essa denominação também está sempre presente nas falas e discursos dos moradores, que alternam, ainda, com outros os termos (“ocupação [do Glória]”, “invasão”, “aqui no Glória”). Notamos que a ideia de bairro é geralmente utilizada quando o tema das falas/conversas versa sobre relações e sociabilidades cotidianas, sejam de vizinhança ou para relatar dificuldades da falta de urbanização. Já os termos “ocupação” e “invasão” costumam ser utilizados quando as falas versam sobre a situação política da área e a luta empreendida a partir dela. Obviamente, esta não é uma percepção absoluta.

Nos quase integralizados cinco anos da ocupação, o movimento resiste à reintegração de posse, judicialmente proferida em junho de 2012. De lá até os dias atuais, a situação da área vem sendo negociada entre o MSTB, a UFU, o Ministério das Cidades e a PMU. A disposição das partes com a negociação possibilitou a suspensão da ação, sob forte pressão do Ministério Público Federal em extinguir esta suspensão e determinar a execução da decisão judicial. Em agosto de 2013, foi publicado no Diário Oficial um decreto presidencial que autorizou a UFU a alienar a área ocupada com recursos revertidos para a estruturação do novo campus na área rural da fazenda. A partir deste decreto, a universidade veio negociando formas de permutar o terreno com a PMU, que se responsabilizaria pela aquisição e urbanização da área. Em setembro de 2013 o Conselho Universitário (CONSUN) da UFU aprovou a alienação da área sob fins de interesse social, sob o ressarcimento do valor da área, estipulado por simulação de mercado entre cinquenta e oito milhões de reais e do máximo, em torno de sessenta e nove milhões de reais. Em maio de 2016, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão publicou autorização para doação à UFU de outra área de 59 hectares pertencente à União, para que

³³ **Wellington.** In: Evento de renomeação do acampamento Élisson Prieto. 4 de nov. de 2012. Duração: 00:45:20.

ocorra a transferência da área ocupada no Glória para a PMU e a posterior regularização fundiária. A UFU apresentou laudos de avaliação da Caixa Econômica Federal e da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, avalizados pela Secretaria de Patrimônio da União, que permitem a permuta das áreas, entretanto, a equivalência dos valores das duas áreas encontra-se sob questionamento do Ministério Público Federal (MPF).

A principal reivindicação do movimento consiste em estabelecer um processo de regularização da área, por meio da inclusão das famílias em um programa habitacional que permita a compra da área sob prestações condizentes com as faixas de renda dos acampados. A luta institucional empreendida pelo MSTB é mediada política e juridicamente pela CPT, que assessora e representa judicialmente o movimento, realiza processos de formação política com a coordenação e se responsabiliza por diversas dimensões de negociações dos conflitos.

Além do embate judicial para a regularização da área, o movimento participa dos diversos espaços que constituem diretrizes das políticas habitacionais, como audiências públicas, fóruns, a Conferência Nacional das Cidades e suas etapas municipais. Para o custeio dos honorários do advogado da CPT é cobrada uma mensalidade de 30 reais de cada lote residencial e um valor maior, que não nos foi informado com precisão, para lotes de comércio. Não foi possível quantificar o número de moradores que arcam com a contribuição.

Chamou-nos a atenção o fato de que, em muitos espaços políticos e de negociação, o movimento é exclusivamente ou predominantemente representado por sujeitos ligados à CPT e ao PT, em detrimento de acampados e lideranças sem-teto. A estreita relação entre a coordenação do MSTB e esses agentes ocasiona, por vezes, confusão quanto a quem responde pela direção do movimento. No curso da pesquisa nos deparamos com esta dificuldade, principalmente sobre a quem deveríamos nos dirigir quanto à autorização das atividades de pesquisa.

Presenciamos diversas situações em que agentes da CPT decidiram diretamente sobre atividades no acampamento, principalmente em reuniões com apoiadores e de articulação com outras organizações. Uma delas foi quando um grupo de estudantes de arquitetura da UFU esteve presente para realização de uma fossa séptica no lote de uma das moradoras. Na ocasião, a moradora e os estudantes foram chamados à secretaria do movimento e um representante da CPT desautorizou a realização da obra. Não foram apresentados argumentos quanto à desautorização naquele momento. Esta situação apresentou, ainda, outra problemática quanto às ocupações: a argumentação da moradora de que o lote era sua propriedade, em contraposição à negativa do agente que cumpria ali papel de coordenação.

A mobilização do MSTB pela regularização da área perpassou, ainda, ações táticas de visibilidade e pressão à UFU e à PMU: marchas até a PMU, ocupação das galerias da Câmara dos Vereadores, ato/manifestação em reunião do CONSUN e fechamento de rodovias; e ações diretas de resistência à possível reintegração de posse por parte da Polícia Militar (PM) no acampamento: fechamento de entradas e rodovias no entorno do acampamento e montagem de barricadas. As marchas de rua tiveram número variado de pessoas, estimamos que entre trezentas e mil pessoas em cada uma delas. Em 2013 foi realizada manifestação em frente à reitoria da UFU, com cerca de trezentas pessoas, e subida de uma comissão de lideranças e acampados à sala de reuniões do CONSUN, onde reivindicaram fala e relataram as mazelas sofridas na ocupação.

As ações de visibilidade à ocupação do Glória articularam uma ampla rede de apoiadores, incluindo outros movimentos sociais, entidades sindicais e do movimento estudantil da UFU, sindicatos, a CPT e a Juventude Franciscana (Jufra), que criaram em 2012 o Comitê “Somos Todos Élisson Prieto”.

As atividades do comitê compreenderam, até o ano de 2013, a divulgação de textos e manifestos, reuniões de articulação política para a aprovação das demandas no CONSUN, realização de atividades de discussão na UFU e no acampamento, e organização dos atos e manifestações públicas. Em 2014, sob nova ameaça de reintegração de posse, foi retomada a articulação de apoio à ocupação e criada a Rede de Apoio à ocupação Élisson Prieto/Glória que realizou atividades semelhantes até o fim deste ano. Em 2016 foi lançada a Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto / Glória (ANEXO II), em resposta às ações do MPF que vêm impedindo a concretização das negociações de regularização do bairro, composta pelo MSTB e pelo MTST em conjunto com a Associação dos Docentes da UFU (ADUFU), o Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia (SINTET), a Associação dos Pós Graduandos da UFU (APG), o Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberlândia e Araguari (SECUA), a Central dos Movimentos Populares (CMP), o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Relações Internacionais da UFU (NEPRI), Jornalistas Livre, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo.

O MSTB compõe ativamente, ainda, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, participando de ações políticas coordenadas e agendas nacionais de luta, que articulam reivindicações locais e nacionais que compreenderam manifestações/atos de rua, marchas, plebiscitos populares e fechamento de vias. Com destaque, o movimento compôs as passeatas das chamadas Jornadas de Junho de 2013, as marchas contra o impeachment da presidente

Dilma Rousseff e as manifestações contra as recentes políticas de austeridade do governo Michel Temer (2016). As manifestações que contaram com grande quantidade de acampados foram as que foram disponibilizados ônibus para o deslocamento coletivo partindo do acampamento. Os fechamentos e vias ocorreram, em geral, na rodovia paralela ao bairro.

Esta gama de relações que circunda o MSTB³⁴ lançam luz sobre o movimento como sujeito coletivo. O arranjo de alianças políticas indica processos de elaboração do movimento, que resvalam sobre o projeto político e a conformação identitária que mediam a luta. Para além disso, denota a inserção do movimento no campo político de lutas e articulações políticas localizadas na esquerda, e das relações de classe que as compõe.

A partir da investigação de campo sob o MSTB, instigou-nos uma série de problematizações, sobretudo, quanto à classe e as relações de classe que conformam esses movimentos. Ocorre que esta conformação relacional não acontece somente em dimensões que extrapolam o movimento (entre movimento e Estado, entre movimento proprietário, entre movimento e agentes do capital, etc.), mas também em relações de classes e frações de classe que remetem à constituição e organização internas às lutas.

Entendemos que compreender as dinâmicas de classe que instituem esses movimentos sociais requer apreender sua unicidade, tanto quanto as heterogeneidades que conformam, respectivamente, suas bases sociais e a construção do seu projeto político.

3.2.2 A ocupação Jardim Vitória – MPSTB

Carros desembarcando pedaços de madeira e lona. Luzes de lanterna cortando o matagal. Pilhas de materiais. Homens, mulheres e crianças, indo e voltando com enxadas, cavadeiras e cordas. Sem-tetos transitando, carregando, capinando, cavando, fincando e amarrando. E mais lanternas cortando o matagal. Este conjunto ofuscado de imagens são as primeiras memórias que registramos na ocupação Jardim Vitória. À uma hora da manhã do dia 19 de setembro de 2015 o Movimento Popular Sem-Teto do Brasil (MPSTB), recém constituído, ocupava a área de 25 hectares localizada a cerca de 1 quilômetro da ocupação do Glória (via BR-050), na zona sul da cidade de Uberlândia.

³⁴ Por certo, o conjunto de relações sociais que se articula em torno dos movimentos sociais é ainda mais amplo – e escapa aos limites da pesquisa. Analisaremos nesta exposição as relações observadas e analisadas em campo.

Cerca de cinquenta famílias levantaram os primeiros barracos de lona na área privada, pertencente a um empresário do ramo de comércio de produtos agropecuários. A área, que permanecia ociosa, encorpando o conjunto de vazios urbanos na periferia da cidade, foi adquirida pelo proprietário no ano de 1968, também apresentando matrículas sobrepostas anteriores a esta data.

Nossa experiência na ocupação Jardim Vitória foi de intensidade singular. Acompanhamos em conjunto com outros apoiadores e militantes a ação direta de ocupação da área e a maior parte das atividades das primeiras semanas de acampamento, processos políticos formais e cotidianos que informam sobre as mais variadas relações que constituem os movimentos e os acampamentos. Os dois meses de acampamento que se seguiram até o despejo dos acampados foram de construção de percepções centrais ao entendimento dos vários processos que se articulam em uma ocupação urbana, sobre as quais relataremos aqui nossas principais impressões.

O primeiro deles marcou-se em calos nas mãos que tentaram, ineficientemente, também carregar, capinar, cavar, fincar e amarrar. A tentativa frustrada de construir nosso barraco – que, cômica aos sem-teto, provocou certa diversão, a despeito do frio –, ajudaria a demarcar a área e nos abrigaria naquela noite, mas escancarou a face mais explícita da nossa distinção: nosso privilégio em não ter, em nossas condições materiais de vida, precisado aprender esses trabalhos manuais. Por fim, dormimos nossa primeira noite, de muitas no acampamento, dentro de um carro.

A ocupação desta área vinha sendo planejada há cerca de dois meses. Foram realizadas quatro reuniões com famílias residentes nos entornos da ocupação do Glória e que ainda pagavam aluguel, e com pessoas já instaladas na ocupação Élisson Prieto, mas que reconheceram a necessidade de contribuir para que outra luta por moradia fosse travada. Cristiano reside na ocupação do Glória e relata como participou deste processo:

Eu tomei aquela decisão de ocupar aquela área, primeiro porque é uma área em que o cidadão devia para União, entendeu? De 1971, uma dívida aberta, que era do grupo Agroman. E tomei conhecimento, puxei um documento. E aí tivemos umas reuniões, duas aqui e duas na minha casa. E aí reunimos e ocupamos com aquela quantidade de pessoas que foi 126 famílias. E o que acontece, a decisão foi tomada porque eu passei numa BR e vi muitos barracos, pessoas que não tinham para onde ir, vivendo em uma situação desumana, na qual eu me encontrei há um tempo atrás. Então alguém tomou a iniciativa de ocupar essa área. Aí eu disse, poxa, se eu estou numa casa que

alguém tomou a iniciativa para ocupar, eu também posso dar a minha contribuição³⁵.

O processo de formação do MPSTB expressou fragmentações de caráter político nas relações que constituem o MSTB e o acampamento do Glória. Cristiano, que já havia participado da coordenação do MSTB anos antes, foi uma das principais lideranças no processo de constituição da ocupação Jardim Vitória. Meses antes de se reunir com as famílias, fez um mapeamento de áreas ociosas nas periferias da cidade e um levantamento cartorário de áreas em litígio jurídico. Nas reuniões, as famílias decidiram por ocupar a área próxima ao acampamento do Glória, discutiram princípios do novo movimento que se formaria (nomeado de MPSTB) e marcaram a data da ação.

A criação do MPSTB foi motivada por um anseio de Cristiano em constituir um novo movimento social sem-teto pautado em princípios mais horizontais e de transparência que, conforme relata, careciam aos movimentos já atuantes na cidade. Sobre esta crítica, Cristiano demonstrou discordâncias sobre a forma como as ocupações são dirigidas sob intervenção direta de forças políticas externas, como acontece no Glória. As discussões feitas previamente envolveram a definição das motivações do movimento, pautada na luta pelo acesso a moradia e contra a especulação imobiliária, e o planejamento de a construção de um bairro popular sustentável, menos privatista e mais comunitário, referenciado em modelos do MTST e do Movimento Terra Livre em São Paulo.

Participamos de uma das reuniões em que Cristiano apresentou a intencionalidade de criar o movimento, expressando a necessidade de dar seguimento à luta por moradia na cidade, sob dinâmicas mais horizontais que as que vinham se desenvolvendo na cidade. Para tanto, apresentou a ideia da criação da nova “bandeira” e requisitou apoio político dos agrupamentos de esquerda presentes no momento – grupos do movimento estudantil da UFU e representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). As discussões prévias envolveram também a decisão de atuar ou não em conjunto com o MSTB para o desenvolvimento da ação, o que teve contrariedades e defesas. Por fim, o movimento acabou decidindo contar com a contribuição do MSTB na primeira ocupação do MPSTB, porém se mantendo como movimentos e coordenações diferentes.

³⁵ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

A madrugada da ocupação teve início com a saída das famílias, muitas a pé, outras em carros compartilhados partindo da ocupação do Glória. Foram cerca de 7 minutos até o terreno, onde a entrada foi rápida. Sem cercas, a área foi tomada em alguns minutos, em que continuavam chegando pessoas e materiais para a construção dos barracos. As famílias adentravam ceifando o matagal, escolhendo o espaço adequado para o barraco, limpando a área. Foi instalada iluminação improvisada, e montada uma grande pilha de materiais, pela qual as famílias se cruzavam na busca por estacas de madeira, lona e cordas. As lanternas, enxadas, escadas, facas e cavadeiras transitavam pela área pouco iluminada. O que faltava a alguma família era cedido por outra, estabelecendo ampla e ágil rede de trocas e compartilhamentos. Meio a esses processos concomitantes, a bandeira do MPSTB era hasteada na entrada do terreno.

Chamou-nos atenção a quantidade de crianças realizando a maior parte desses trabalhos, muitas delas exercendo em pequenos corpos uma força física que nós não tínhamos, transitando no matagal sem demonstrar qualquer receio em relação aos buracos e animais peçonhentos encontrados pelo caminho. A ação direta da luta sem-teto, como as outras diversas, é uma ação familiar.

Os dias que se seguiram foram de rápido crescimento do número de barracos de lona e madeira. Todos os dias, presenciamos a chegada de um grande número de pessoas buscando informações sobre como proceder para se fixar no acampamento. A maioria delas, casais e famílias, alegavam estar fugindo do aluguel ou da coabitação em casa de terceiros. Em conversas com algumas destas pessoas, nos foi relatado que a informação sobre a ocupação chegou por algum parente ou amigo e, por muitas delas, que já haviam residido em outra ocupação urbana espontânea ou organizada. Em menos de duas semanas o MPSTB já coordenava mais de 900 pessoas, cadastradas em fichas com dados pessoais e familiares. Os critérios para a entrada na ocupação incluíam a assinatura de um contrato com as regras de convivência e a declaração de não possuir nenhum imóvel próprio (ANEXO III).

O acampamento foi dividido em cinco setores, cada qual tendo um coordenador, voluntariados e aprovados em assembleia. A coordenação do MSTB era composta por cinco homens e uma mulher, evidenciando o recorte de gênero na divisão das tarefas do movimento. As atividades domésticas, como limpeza e cozinha eram integralmente realizadas por mulheres voluntárias, moradoras deste acampamento e da ocupação Élisson Prieto. Esta característica é generalizada entre todos os movimentos que, em menor ou maior grau, acompanhamos ao curso da pesquisa. Em uma das assembleias, esta assimetria foi apontada por um dos coordenadores

como um problema da luta, solicitando que mulheres se dispusessem a participar das atividades de coordenação. O pedido, entretanto, não foi atendido. Ao serem indicadas, algumas mulheres demonstravam profundo desconforto, explicitando maior timidez e dificuldade em se expor nestes espaços de falas públicas.

A cozinha funcionou de forma comunitária por duas semanas, sendo realizadas duas refeições por dia, almoço e jantar, de forma coletiva. Os alimentos foram recolhidos entre os próprios acampados e apoiadores da ocupação, e a produção das refeições era revezada entre três a cinco mulheres. As refeições coletivas eram momentos de socialização e conversas entre os acampados, em que eram pensadas muitas ideias a serem levadas às assembleias. A escassez de doações de alimentos, entretanto, acabou condicionando a decisão da coordenação de desmontar a cozinha coletiva na terceira semana de ocupação. As refeições passaram a ser de responsabilidade individual/familiar, e o espaço, localizado no centro do acampamento, deu lugar a uma secretaria e a uma “plenária”, onde as assembleias passaram a ser realizados os cadastros para entrada no movimento.

A secretaria foi montada com materiais recolhidos entre apoiadores do movimento. A área coberta foi cimentada e organizada com mesas, um computador e materiais de papelaria. Ali se concentravam também demais doações, como roupas, calçados, brinquedos e materiais escolares, distribuídas aos acampados que expressassem necessidades. A procura pela secretaria era intensa durante todos os dias da ocupação. Uma das acampadas se dispôs a cuidar da secretaria e a realizar o trabalho de cadastramento durante os períodos da manhã e tarde. Durante o dia, os coordenadores transitavam no acampamento, sendo muito requisitados para sanar dúvidas e resolver pendências estruturais. Era perceptível a dificuldade dos coordenadores em cumprir todas as tarefas demandadas pela ocupação.

O acampamento permanecia movimentado durante todo o dia e noite. A circulação de homens, mulheres e crianças era grande em todos os períodos, bem como a concentração de pessoas em rodas de conversa, atividades coletivas (como limpeza das áreas comuns) e atividades de comércio. Em sua terceira semana, a ocupação já tinha à vista pontos ambulantes de venda de alimentos e um estabelecimento comercial de bebidas e alimentos, fixado na entrada da área com madeiras e lona. Em nossas notas de campo, destacamos a probabilidade de um grande número de desempregados e desempregadas dentre a base social que compunha aquele acampamento e de crianças em idade escolar aparentemente sem frequência em escolas.

A topografia da área foi organizada pela coordenação, que contratou um prestador de serviços, indicado pela coordenação do acampamento Élisson Prieto. A divisão dos lotes e o

corte das ruas foi custeado entre os acampados, correspondendo a 40 reais para cada barraco cadastrado. Muitos acampados expressavam dificuldades em conseguir o dinheiro, contribuindo com um pouco menos que o valor estipulado, ou dividindo o pagamento em parcelas. Não houve, porém, qualquer sansão aos ocupantes que alegaram não dispor do dinheiro ou simplesmente não responderam às cobranças da coordenação.

Nestes processos, foi criada também uma horta, e fossas comunitárias a serem utilizadas como banheiros coletivos (estruturados de madeira e lona). A ocupação dispunha, ainda, de dois canos que forneciam a água utilizada por todos, “puxados” das imediações urbanizadas. O provimento de energia elétrica foi individual (cada barraco se responsabilizou por instalar sua própria fiação clandestina, também “puxada” das imediações), conforme decidido em assembleia.

Desde os primeiros dias da ocupação, foi montada uma guarita de segurança na entrada do acampamento, sob responsabilidade de uma comissão definida em assembleia. A entrada no acampamento era regulada de acordo com o entendimento da comissão de quanto à preservação da segurança do movimento, em geral, permitindo a entrada apenas de apoiadores ou sujeitos previamente comunicados pela coordenação. A figura da guarita agrupava muitos jovens, perceptivelmente era também um espaço de poder também no âmbito de outras relações.

As assembleias ocorreram todos os dias às 18 horas, no espaço compartilhado com a secretaria. Sobretudo nos primeiros dias a presença dos acampados era numerosa, mas não diminuiu muito com o passar das semanas. O clima era de constante apreensão quanto ao destino do acampamento e, portanto, das pessoas. As assembleias eram espaços de repasses, organização estrutural do acampamento e de muitas dúvidas, em um contexto em que a chegada de pessoas e famílias era constante.

A definição do nome da ocupação foi um processo rápido: à revelia de outras propostas apresentadas à assembleia (como “Maria Carolina de Jesus”), o nome Jardim Vitória foi rápida e amplamente aclamado. Sem dúvida, naquele momento, a ideia de vitória representava aos acampados uma perspectiva motivadora. Percebemos na constituição do nome do acampamento um dos processos de constituição da identidade coletiva a partir de significados e símbolos coletivos atribuídos à luta. Ainda que os demais nomes apresentados remetessem à lutas e resistências populares, não diziam respeito ao campo simbólico e cultural dos acampados (que demonstraram não conhecer os nomes citados nas outras propostas).

As assembleias foram integralmente coordenadas pelo MPSTB, principalmente por Cristiano. Notamos, porém, a participação constante da coordenação do MSTB em alguns processos decisórios – o que causou situações de divergências entre lideranças dos movimentos em alguns momentos. A participação de figuras públicas e políticos locais do PT também foi frequente, além da constante presença de advogados ligados às causas populares, como representantes da CPT e do Escritório de Assessoria Jurídica Popular da UFU (ESAJUP).

A assessoria jurídica do movimento foi inicialmente feita por advogados do ESAJUP, que encetaram a representação do movimento frente ao pedido de esbulho possessório/reintegração de posse movida pelo proprietário da área na segunda semana da ocupação. Outros advogados também apresentaram propostas de serviço ao movimento, como a representação da CPT e o do então Vereador pelo PT, Ismael. A proposta inicial do representante da CPT incluía uma mensalidade fixa e a disponibilização de militantes para realização de formações políticas com o movimento, mas com a recusa do MPSTB transformou-se em uma segunda proposta sem custos financeiros iniciais. A escolha do ESAJUP motivou-se pela gratuidade e por questões políticas relativas a divergências de método entre as lideranças do MPSTB e as demais propostas.

Nas atividades e no cotidiano do movimento notamos, ainda, o envolvimento de agrupamentos e partidos políticos, com visitas de agentes do movimento estudantil da UFU e, mais frequentemente, do PSOL. O envolvimento destes agentes se desdobrou em reuniões de formação política com a coordenação do movimento, promovendo espaços quinzenais – dos quais participamos ativamente – com discussões sobre direito à moradia, especulação imobiliária e outros conflitos urbanos. Nestas reuniões de formação teórica estiveram presentes todos os coordenadores de forma revezada.

Chamou-nos a atenção como a construção da noção de luta pela casa própria foi construída pela coordenação do MPST. Os coordenadores faziam questão de constantemente ressaltar que: *“Não podemos prometer casa, mas podemos prometer luta”*. Esta frase foi utilizada como uma espécie de lema do movimento por muitos dias, denotando uma tentativa de diferenciação por parte do movimento em relação a experiências anteriores de suas lideranças.

Em entrevista, mesmo após o despejo, ao falar sobre a experiência da ocupação Jardim Vitória, Cristiano fez questão de demarcar novamente esta posição e de enfatizar uma ética na construção do movimento, principalmente sobre questões de transparência política e financeira:

Eu nunca prometi nada para ninguém além de luta, não fui ali, Flávia, pensando em pegar terreno para vender, em tomar dinheiro, em momento nenhum eu pensei naquilo. É tanto que quando eu fui mais o Ricardo para fazer as camisas eu disse ‘tá vendo, Ricardo, eu acho justo botar combustível no seu carro’, mas ele fez questão que eu não colocasse, entendeu? Porque as famílias sonham e depois se decepcionam [...]. E eu sai de lá e prestei conta com as famílias, quanto entrou, que foi para a topografia do bairro. E aí reunimos, ocupamos, e aí veio após a ocupação, alguns dias após veio a decisão de eu abandonar o barco³⁶.

Divergências internas à coordenação do MPSTB, sobretudo quanto à interferência da coordenação do MSTB e da CPT na ocupação, levaram à saída de Cristiano na terceira semana do acampamento. Cristiano conta que as divergências vinham acontecendo desde os primeiros dias, e que o chamaram em uma reunião, com a presença de representantes do MSTB, solicitando sua saída do movimento que coordenava a ocupação Jardim Vitória. Segundo ele, acatou a decisão de sua saída por entender que ali havia uma disputa política pela direção da ocupação e que, no momento, não tinha condições de sustentar uma posição de permanecer:

Sabe, eu não fui um rato naquele momento, eu fui uma pessoa bem consciente de que estavam tendo disputas pesadas. Porque, assim, a gente só abandona uma causa quando a gente vê que não vai ter êxito no que acredita. E me reuni com aquelas pessoas que me deram crédito e confiança, e falei se eles tinham disponibilidade de ir para outra área, mas eles disse que é muito cansativo, que eles já estavam sonhando ali, sabe. E a procura foi muito grande, sabe, porque no segundo dia, no primeiro dia à tarde já tinham oitocentas famílias inscritas. Oitocentas, né? No primeiro dia à tarde, não foi?³⁷

A pós a saída de Cristiano, outros militantes do MPSTB também se retiraram da ocupação e, para fazer face a esta situação, a coordenação contou com o acréscimo de representantes do MSTB. Algumas mudanças foram realizadas na coordenação do movimento, como a dispensa do ESAJUP e incorporação da CPT nos processos jurídicos e políticos. Foi solicitado também que não ocorressem mais atividades de formação política entre o movimento e militantes de grupos vinculados ao PSOL, atividades que, desde então, passaram a ocorrer

³⁶ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

³⁷ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

somente com representantes da CPT e de grupos do movimento estudantil vinculados ao partido Consulta Popular.

Após esta mudança na coordenação do MPSTB, nossa presença ficou significativamente limitada, reproduzindo dificuldades já experimentadas na ocupação do Glória. Não fomos mais informados de atividades do movimento e recebemos tratamento hostil em algumas visitas. Chegamos a perguntar expressamente se poderíamos continuar frequentando a ocupação, obtendo resposta negativa por parte de um dos coordenadores. Nas últimas três semanas do acampamento não tivemos nenhuma informação ou contato com o interior das relações e negociações em curso. Soubemos que foram iniciadas negociações com o proprietário da área, com quem a coordenação do movimento e da CPT chegaram a se reunir, e com a PMU, mas não sabemos relatar detalhes destes processos. Tivemos informações, ainda, por acampados com os quais mantivemos diálogo, que as informações da CPT indicavam que o proprietário apresentava disposição em negociar a venda da área.

Entretanto, no dia 17 de novembro recebi uma ligação informando que a área estava sendo desocupada e que todo apoio seria importante. Juntamente com um conjunto de estudantes e outros apoiadores, nos deparamos com a ocupação já cercada por uma grande quantidade de policiais militares (estimamos que cerca de 300) e fechada pelos acampados, que coletivamente decidiram resistir. Na portaria principal do acampamento, a mediação com a PM foi sendo feita pelos representantes da CPT, que levavam os informes sobre a ação policial para os acampados, em maior parte reunidos na área central do acampamento. No interior do acampamento já estavam uma série de outros apoiadores ao movimento, dentre eles comunicadores populares do grupo Mídia Ninja, militantes partidários (do PT, PSOL e PCB), do movimento estudantil da UFU e da Frente Povo sem Medo. A ação depois neste momento foi simbólica, pouco pudemos contribuir para os processos de negociação com a PM e de resistência dos acampados.

Muita fumaça, calor do fogo, estouros, gritos e choros. O despejo durou cerca de 12 horas e ocorreu de forma violenta, sob resistência física dos acampados e confrontos diretos, empreendidos principalmente pelos mais jovens. Após sete horas de tentativa de negociação para a saída dos moradores, foram utilizadas, por parte da PM, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, além do sobrevoo de drones e helicópteros. Os acampados fizeram barricadas e revidaram as investidas da PM com pedras e madeiras, incendiando de barracos próximos às entradas (que ajudaram a limitar a entrada da PM. No processo de resistência, foram tomados quatro veículos, dentre eles, um caminhão de entrega da Coca-Cola e um furgão dos Correios.

O clima era de desespero e a saída dos moradores foi progressiva, iniciando com pessoas mais idosas e famílias com crianças, sem mais condições de resistir.

Muitos acampados saíram feridos e foram efetuadas cinco detenções por parte da PM. Por volta das 22 horas a liminar de despejo já era considerada cumprida. A PM dominou toda a extensão do território e as pás mecânicas, contratadas pelo proprietário, já haviam derrubado grande parte dos barracos. Algumas famílias permaneciam no entorno da área e alegavam não ter para onde ir. Outras negociavam com os policiais a possibilidade de tentar resgatar materiais e bens nos escombros dos barracos. Até a manhã do dia seguinte ainda havia muitas pessoas carregando pertences e buscando um local de destino.

O despejo da ocupação Jardim Vitória encerrou, juntamente com o MPSTB, um processo de embate concreto e simbólico no qual se constituem a luta sem-teto e a identidade coletiva que nela se funda. A oportunidade de acompanhar mais de perto os processos de decisões e disputas que circundaram a ocupação, possibilitaram-nos compreender mais profundamente as forças sociais que conformam a constituição desses movimentos sociais sem-teto e incidem sobre seus projetos.

3.3 Os fios da trama: sujeitos sociais sem-teto

Cristiano vivenciou a ação de ocupação do acampamento Élisson Prieto e a primeira repressão policial deste acampamento. Relata que levantou o primeiro barraco de madeira na área ocupada e figura-nos os momentos iniciais de tensão e embate:

[...] três horas da manhã, quando deu quatro ou cinco horas chegou meio mundo de seguranças da UFU, polícia, e nós “daqui a gente não sai”, “daqui não sai”, “quem é o líder”, “somos nós”, mostramos um monte de criancinhas lá, tudo sujinha, e estamos ali... estamos aqui para contar a história, irmã [...] ³⁸

Chegado na ocupação com oito filhos, um deles com três meses de idade, que havia nascido enquanto Cristiano e sua família moravam em um barraco de lona na ocupação da área em frente à Ceasa. Antes disso havia morado em Aracajú, Salvador e por último em uma casa

³⁸ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:11:05

de aluguel em outro bairro da cidade de Uberlândia. Na ocupação montou uma padaria na avenida principal que corta todo o acampamento, onde trabalhou por três anos, até ser vendida a outro morador. Atualmente monta lajes de concreto e realiza compra e venda de produtos usados dentro do acampamento.

[...] por eu já estar vindo de algumas ocupações, por exemplo o Ceasa, nós vimos as máquinas passar em cima dos nossos barracos, né, e que ali deixaria de ser um sonho das famílias... e eu morei também na beira da BR. Assim que máquinas derrubaram os barracos eu não tive para onde ir, e aí eu não tinha possibilidade de pagar aluguel. Por isso que eu fui para uma ocupação, por que eu não tinha condição de pagar aluguel mesmo, e aí fiquei morando na beira de uma BR. E aí algumas pessoas me ajudaram e eu fui pagar aluguel no bairro Dom Almir. Aí um dia chegaram uns colegas falando da ocupação aqui, aqui do Glória. Aí num primeiro momento eu não quis vir, eles disseram “não, rapaz, você e sua família estão pagando aluguel, você não tem condições, vamos para lá, e quando eu cheguei só tinha realmente cinquenta famílias [...] O primeiro barraco de madeira erguido aqui foi o meu, até então era tudo loninha. Aí o que aconteceu, o primeiro barraco, imediatamente já sai de um aluguel, porque eu acreditava, é um sonho de sair do aluguel. E aí eu cheguei e vi as pessoas [...] E aí nós moramos na quadra 19, no primeiro barraco, e as famílias foram erguendo³⁹.

A história de Cristiano aflui para o movimento sem-teto a amenização de suas dificuldades de sobrevivência e a possibilidade de proporcionar melhores condições de vida para sua família. É possível refletirmos sobre as dimensões da opção pela participação na ação política coletiva na vida destes sujeitos diante das precariedades da vida urbana. Nem todos os moradores estiveram na ocupação anterior organizada pela ATRBV. Entretanto, é possível identificar nos depoimentos e contatos, semelhantes trajetórias e experiências de privação que influenciaram decisivamente para a decisão de viver em uma ocupação sem-teto. A dificuldade de pagar aluguel, a busca por melhores condições de vida familiar, dentre outras mazelas impostas à população trabalhadora de baixa renda são condições compartilhadas e relatadas pela maior parte destas famílias, que acabaram percebendo soluções no contato com os movimentos sem-teto e com as ocupações.

O comprometimento significativo da renda com aluguel é uma das principais queixas ouvidas das pessoas que buscaram o MSTB e o MPSTB. Atentamo-nos para a predominância de trabalhadores e trabalhadoras com baixos salários, que têm extensivas dificuldades em suprir as necessidades básicas pessoais e familiares, como alimentação e a própria moradia, com a

³⁹ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

renda salarial. Muitos dos moradores com os quais conversamos relataram que até a incorporação em ocupações sem-teto, já coabitavam em casas de parentes ou amigos por falta de condições em arcar com os preços dos aluguéis. Correlato a esta condição comum, a maior parte destas pessoas, que sobrevive de salários muito baixos, ocupa-se em empregos sem estabilidade, subcontratos e, principalmente, atua no mercado de trabalho informal, além do número significativo de desempregados.

Como estas condições de vida são de forma geral familiares, a base social dos movimentos dos sem-teto é majoritariamente composta por famílias e, consequentemente, amplamente diversificada. São mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, pessoas com deficiência, etc; que compartilham condições de pobreza e a urgência de garantir estratégias de sobrevivência familiar. Desta forma, o envolvimento na luta também é familiar, desde a ocupação até as atividades de organização e mobilização dos acampamentos.

Maria Iracilda construiu um barraco na ocupação Élisson Prieto onde mora com o esposo e o filho desde março de 2012. Ela também ressalta que só foi possível suprir as necessidades básicas da família após não depender mais do pagamento de aluguel, que comprometia cerca de metade da renda familiar:

Antes eu morava no Piauí, tem dois anos que ele mora aqui, ele veio a procura de emprego, que lá... o emprego lá é fraco, né, na cidadezinha do Piauí, chamada Altos. Aí, então ele veio, tá com dois anos que ele tá aqui, e eu fiz um ano agora em setembro, que to aqui. Aí a gente tava morando de casa alugada ali, pagando duzentos e vinte, sem energia e sem água, né, juntando todos dava uns trezentos e pouco [...] aí agora já está bom, que ele recebeu o salário, seiscentos e pouco, salário mínimo, dava para pagar aluguel, a gente pagava a cesta, mas a gente ficava praticamente com necessidade, né? Aí depois que começou essa ocupação aqui, a gente veio e melhorou tudo [...]. Ora, dá para a gente comer até uma carninha, né, porque, nossa... agora melhorou bastante [...]⁴⁰

O esposo de Maria Iracilda possuía contrato formal de trabalho e juntamente com a esposa que é trabalhadora do lar arcava com as necessidades materiais da família com a renda

⁴⁰ **Maria Iracilda.** In: MOREIRA, Frei Gilvander Luís, Comissão Pastoral da Terra. Ocupação Elisson Prieto, Glória/Uberlândia/MG: 2.350 famílias, lotes 10X25metros.Despejo? 05/02/15. Uberlândia, 9 de fev de 2015. Duração: 00:08:13. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YVzvNpRtcMw>>. Acesso: 11 jan. 2016.

de um salário mínimo – na época R\$ 622,00. Atenta-se, ainda, neste caso, que mesmo a inclusão no mercado de trabalho formal não é fator suficiente para a garantia efetiva do acesso ao que é produzido e oferecido na cidade.

Os depoimentos nos revelam contornos sutis e próprios de um modelo que, oficialmente, exclui pela marginalização, o que Castells (1975) prefere caracterizar como um processo de integração perversa. Entendemos, entretanto, que essa integração precária na vida e na produção urbana impôs a estas pessoas, necessariamente, seja pela renda ou pelas condições de vida decorrentes dela, a exclusão objetiva de uma série de bens, serviços e direitos, como fica evidente no caso da moradia digna e de serviços urbanos adequados.

Neste enquadramento, percebemos que os benefícios da formalidade, muitas vezes, não são reconhecidos pelos trabalhadores, que incorporam discursos referenciados na flexibilização do mercado de trabalho. Algumas falas – como a de Jonathan, que reproduzimos abaixo – escancaram que, na remontagem do cenário urbano, também se convertem em subjetivação as dinâmicas dominantes, interpenetrando nas trajetórias de trabalhadores comuns.

Eu que não quis o registro [...]. Ah, por causa que eu trabalho para tudo quanto é banda, né.... Eu trabalho com outras coisas também. E lá, por exemplo, para registrar, a empresa ia mudar de lugar... a empresa ia mudar, aí eu falei assim, 'quero entrar agora como prestador de serviço, para mim é melhor' [...] Agora, a gente tem um plano de fazer um futuro melhor para as crianças, montar um negócio, pagar imposto, porque todo negócio paga imposto, gera um lucro pro governo, alguma coisinha, e dá um lucro para gente também, né, que a gente precisa. Só que não tem jeito, porque como é que você faz? Tudo que você vai fazer é caro. Se vai construir um trem num cômodo, vai material, vai mão de obra, vai muita coisa.⁴¹

Jonathan tem sua origem em Uberlândia, mas conheceu a esposa no interior de São Paulo, onde por anos moraram em uma vila de pescadores, até decidirem voltar para a cidade natal, onde pagaram aluguel por um ano. Decidiram ir para a ocupação do Glória após sofrerem despejo da casa que alugavam, que foi vendida pelo proprietário enquanto ainda residiam. Conta que levantou o barraco de lata sozinho, onde morou com a esposa e os dois filhos até o ano atual, quando construiu três cômodos de alvenaria após a chegada do terceiro filho. Para a

⁴¹ **Jonatan.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:39:03

construção da casa que mora na ocupação, utilizou o seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) recebido após um atropelamento, em 2015.

Trabalhando atualmente em uma empresa de comercialização de esquadrias de alumínio, Jonathan transitou por uma sucessão de trabalhos temporários, formais e informais. A esposa, desempregada, procurava por emprego quando soube da terceira gravidez. A trajetória desta família remete a um contexto de situações não eventuais e nada episódicas entre esses trabalhadores sem-teto. Como bem referencia Telles (2010) ao descrever situações correlatas, são as figuras contemporâneas do trabalhador urbano, que segue os percursos dessas “mobilidades laterais” entre o formal e informal, legal e ilegal, utilizando o termo de Ruggiero e South (1997).

Ruggiero e South (1997, *apud* TELLES, 2010) remetem ao cenário urbano no qual se expande uma ampla zona que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre trabalho precário, emprego temporário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais ou delituosas. Incrustado no núcleo das economias urbanas modernas, os trabalhadores lançam mão de oportunidades formais e informais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. São “mobilidades laterais”, segundo estes autores, de trabalhadores que oscilam entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, negociando a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas (TELLES; HIRATA, 2007, 174).

Denota-se, a este respeito, que problematizar novas formas de organização, de movimentação e de resistências às estratégias de dominação, requer reconhecer também as mutações nos artifícios de perpetuação do capital. A “exceção do subdesenvolvimento”, como escreve Oliveira (2003), não apenas transformou-se em regra, mas se projetou na ponta de um capitalismo que mobiliza e aciona a reprodução ampliada do “trabalho sem forma”, ao mesmo tempo em que faz generalizar circuitos ilegais de uma economia globalizada nas sendas abertas pela liberalização financeira.

O provimento informal da habitação por meio da ocupação de áreas urbanas ociosas não está apartado do quadro sócio-histórico que estrutura a lógica da reprodução da vida social nas cidades. Esta lógica, que se constitui em direção à acumulação do capital imobiliário e especulativo, expressa na segregação urbana e na restrição ao acesso à terra e à moradia sua incompatibilidade com as necessidades das classes trabalhadoras. Como escreve Maricato (1997):

A habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo privado [...] ela é a mais cara.

Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de tanto dinheiro (MARICATO, 1997, p. 46).

Ao ser entrevistado, Jonathan faz questão de enfatizar que antes da ocupação não tinha a “intensão de invadir”, mas que as condições de assalariado impossibilitam os meios legais de financiamento da casa própria:

O financiamento já era difícil aquela época, né, quando estava bom. Aí depois que estourou essa crise aí, agora piorou, porque parece que o financiamento de casa velha é cinquenta por cento, e de casa nova acho que é... mais ou menos isso, eu não entendo muito bem, mas sei que é... [...] só financia noventa por cento, quer dizer, uma casa de cem mil você tem que ter dez mil. Uma pessoa que tem que financiar, não tem dinheiro. Uma pessoa que não tem, como é que a pessoa vai juntar dez mil pagando água, luz e aluguel. Eu morava de aluguel, ainda falava para ela, ‘como é que as coisas aumentaram tanto?’ Eu morava de aluguel, ganhava oitocentos reais, e trabalhava final de semana para conseguir uma mistura melhor, uma coisa melhor, passear num lanche. Aí o que aconteceu... oitocentos reais eu pagava aluguel, água, luz e ainda a prestação das coisas que nós devíamos, que a gente já veio de lá para cá devendo. E dava. Dava para saturar. Comprava uma roupinha, de vez em quando, os meninos não são de adoecer. E eu tenho sorte, nenhum tem nenhum probleminha também. Aí quando o cara me pediu a casa, já pintou um choque, falei, como assim, será que eu vou para onde? E desesperado [...]. Na época eu pagava duzentos reais em três cômodos. Isso há uns seis anos atrás. Hoje na mesma casa você vai pagar mais de quinhentos reais. Aí vamos supor que você ganha mil e duzentos reais, você paga quinhentos de aluguel, cem de água, luz sei lá... onera todinho o salário da pessoa. Cada criança ainda tem roupa, estudo [...] ⁴²

Não obstante estejam presentes elementos duais no entendimento quanto à legitimidade das ocupações, entendemos que o reconhecimento de condições e privações comuns assenta um “pilar identitário estrutural” (GOULART, 2011), ou seja, em algum momento essas famílias se reconheceram no movimento a partir das condições materiais compartilhadas, (próprias do capitalismo contemporâneo e suas formas de opressão). Ao reconhecer o movimento social e a ação direta como alternativas viáveis e necessárias para o provimento da moradia, estes trabalhadores confrontam suas condições materiais, criando maneiras de reformulá-las a partir

⁴² **Jonatan.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:39:03

do travamento de embates. É na inserção neste campo de disputas que eles afiguram se reconhecer como sujeitos políticos.

A confluência desta base social de trabalhadores precarizados e marginalizados para a luta política coletiva revela o confronto entre a impossibilidade de prover habitação para um enorme e crescente contingente populacional por meio do mercado formal e os interesses de setores do capital. Desse modo, como apresenta Pinheiro (2005), a expressão “sem-teto” se refere ao conjunto de trabalhadores desempregados ou de baixa renda excluídos dos meios formais de satisfação da sua necessidade habitacional, quanto aos movimentos que os organizam e fazem surgir como sujeito coletivo que subverte a lógica especulativa – razão pela qual os sem-teto são antípodas do mercado imobiliário na cidade capitalista.

Acrescentemos, todavia, que o reconhecimento da categoria “sem-teto” entre os membros do movimento e a base do acampamento referencia-se sempre na entrada para as ocupações ou para o movimento, como quando Cristiano nos fala sobre o filho que nasceu enquanto já morava em uma ocupação: “Eu costumo dizer, esse aí é um verdadeiro sem-teto”⁴³. É possível afirmar que estes trabalhadores se entendem como sem-tetos à medida que se constituem como grupo/coletivo, e o têm na organização mediada pelo movimento social. Como bem observa Oliveira (2010b, p. 143), os sem-teto existem “enquanto realidade empírica e categoria analítica a partir do momento em que levamos em consideração tanto suas condições objetivas quanto a sua construção enquanto agente político”.

José Nelson, que chegou à ocupação em abril de 2012, era um dos cinco coordenadores do MSTB em 2014, data que o entrevistamos. De origem baiana, há anos morava em um bairro periférico de Uberlândia sob o pagamento de um aluguel de quinhentos e cinquenta reais, quando soube por notícia de um primo da ocupação sem-teto que se construía no Glória. Expondo algumas de suas memórias, relata como acabou se integrando à coordenação do movimento:

Ninguém veio parar aqui porque achou isso bonito, e nem porque era bom de viver... porque hoje é bom, hoje tem de tudo, mas na época que eu cheguei aqui não tinha. Então quem veio para cá era necessitado mesmo. E quem mais necessita? Quem tem uma, duas, três crianças no mundo, que é o meu caso e de outros. Eu conheço caso aí que tem cinco crianças, cinco, seis crianças... ali mesmo tem um casal que tem seis crianças [...]. Eu vim, fiz barraco, fiquei do Canaã para aqui, daqui para o Canaã, uma vez de ônibus, uma vez de bicicleta, às vezes meu irmão vinha me trazer de moto, falei ‘vou me mudar

⁴³ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

para cá', porque eu tenho três crianças, naquele lugar, com as crianças naquela precariedade. Aí foi melhorando a luta, mas em poucos dias eu já falei 'a não, eu quero fazer parte dessa luta, vai que dá certo', e aí eu comecei a lutar junto com eles, né [...] Eu ficava imaginando, assim, sabe, todo mundo tem o mesmo objetivo, porque todo mundo não luta, né? E aí é tipo uma bebida, né, um vício, você vai entrando, e no final está dentro [...]. Aí eu já participei de outras lutas, no Célio lá mesmo eu fiz questão de ver o alicate cortar o arame [risos]⁴⁴.

José Nelson era artesão e construiu uma casa de quatro cômodos com mais de 60m² na ocupação, onde morou com os filhos de dez, oito e seis anos, até que voltou para a Bahia e não tivemos mais contato. Seu depoimento denota um processo de construção da identidade de sem-teto e de militante na luta por moradia a partir do contato com o movimento social e do reconhecimento dos conflitos sociais que permeiam as privações vivenciadas. Nesse mesmo sentido, o que Cristiano relata sobre as motivações que o levaram a construir a ocupação Jardim Vitória é também o reconhecimento da falta de moradia como uma mazela coletiva e social:

[...] E a gente vai adquirindo não só experiência, Flávia, como também amor à causa. Que a gente percebe que as pessoas vêm sonhando, quem não gosta de ter um pedacinho de chão? [...]. Passei numa BR e vi muitos barracos, pessoas que não tinham para onde ir, vivendo em uma situação desumana, na qual eu me encontrei há um tempo atrás. Então alguém tomou a iniciativa de ocupar essa área. Aí eu disse, poxa, se eu estou numa casa que alguém tomou a iniciativa para ocupar, eu também posso dar a minha contribuição⁴⁵.

Explicitando uma leitura conjuntural construída já na vivência da luta sem-teto, e que o motivou a construir uma nova ocupação mesmo estando fixado no acampamento Élisson Prieto, Cristiano acrescenta:

[...] Porque uns vieram da área rural sonhando em ter um emprego, e uma casa, e o sonho foi frustrado. Aí eles querem voltar e não tem como. Como é que vai viver? É só ocupando de novo, porque o espaço dele já era, não tem mais espaço no campo. Outros têm um sonho, que moram na urbana, e têm o sonho de ter um pedacinho para plantar. Não têm, porque a especulação imobiliária não deixa. Por isso outra ocupação... porque é necessário quando uns têm muito, vários terrenos sem finalidade social, e outros têm pouco... não conseguem ter um teto né.

⁴⁴ **José Nelson.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:47:59

⁴⁵ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

A fala de Cristiano, assim como a de José Nelson, destaca processos de subjetivação constituídos na luta coletiva, que politizam as questões vivenciadas no cotidiano coletivo e instituem significados políticos à luta de urgência.

Ressalta-se, além disso, outro importante elemento que se destaca na caracterização das ocupações: as migrações. As incertezas e transitoriedades da vida urbana precária traduzem-se, ainda, no alto grau de mobilidade destes trabalhadores. Além do grande número de famílias vindas de outras ocupações e do grande número de migrantes vindos de outras cidades e estados – não podemos afirmar com exatidão quantitativa, mas identificamos uma relevância do número de famílias originárias de estados do nordeste e do norte de Minas Gerais –, a base social dos sem-teto é composta por um número significativo de famílias que vieram do campo, sejam trabalhadores rurais formalizados ou informalizados, sejam famílias que sofreram despejo de ocupações rurais.

Esses aspectos e características, ainda que meros recortes da complexidade da totalidade social que conforma as ocupações sem-teto, fazem-se fundamentais para refletimos sobre o processo de “pôr-se em movimento” dessas camadas sociais, o qual Lojkin (1981, p. 296-297) sintetiza: “esse primeiro processo define a intensidade e a extensão (o campo social) do movimento social pelo tipo de combinação que une: a) a base social, e b) a organização do movimento social”.

3.3.1 A marginalidade

Nas duas ocupações sem-teto acompanhadas, observamos uma base social internamente diversificada, mas que apresenta um caráter de similaridade quando comparada no conjunto de outros movimentos. Assimilamos que os sem-teto compreendem uma fração de classe trabalhadora que podemos denominar como *massa marginal*. Trata-se de uma camada superexplorada e pauperizada, desempregada ou em empregada em trabalhos muito precários, que, em nossa análise, encaixa-se nesta categoria cunhada por José Luis Nun (1969).

Os esforços teóricos acerca da marginalidade entram em cena nas ciências sociais principalmente nas décadas de 1960 e 1970, contexto em que os países da América Latina, em especial o Brasil, solidificava processos de desenvolvimento urbano-industrial. Estes debates incluíram-se nas teorias que evidenciaram os limites do capitalismo dependente quanto à absorção do contingente de força de trabalho. Os efeitos do neoliberalismo e da reestruturação

produtiva na periferia do capital acentuaram mais ainda a instrumentalidade fundamental do debate sobre a marginalidade para a análise da realidade concreta.

Conforme Kowarick (1975), tanto o capital autônomo quanto o capital dependente possuem uma mesma lógica no processo de acumulação em que a produção da miséria é inerente, no entanto, a situação de dependência intensifica as contradições e deflagra processos que tornam mais evidente a marginalidade urbana dos países latino-americanos.

O conceito de massa marginal se inscreve no conjunto de interpretações histórico-estruturais sobre as configurações da marginalidade no capitalismo dependente contemporâneo. Estamos falando de marginalidade entendida nos termos das relações produtivas engendradas pelo capital – em relação aos meios de produção, e não os meios de subsistência. Nesse sentido, nos remetemos à trabalhadores localizados à margem das relações de produção dominantes no capitalismo contemporâneo, denotando a relação combinada entre acumulação capitalista e miséria.

A relação entre desigualdade e segmentação são o núcleo da reflexão sobre a massa marginal, sob direta relação com as configurações dos mercados de trabalho e sua correlação com a formação das classes trabalhadoras. Nun (1978) situa como ponto de partida a relação estrutural entre os processos de acumulação capitalista prevalentes na América Latina e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social. Para tanto, propõe evidenciar a heterogeneidade e a crescente fragmentação da estrutura ocupacional e suas consequências sobre as identidades de classe.

De forma geral, a teoria da marginalidade avançou determinantemente na fundamentação das relações capital-trabalho, da dinâmica do mercado de trabalho e dos mecanismos de exploração das classes trabalhadoras relativos às economias periféricas. A partir da teoria do valor, estruturou a reflexão sobre os processos de formação de um excedente de força de trabalho deslocado das vias de absorção pelos esquemas produtivos hegemônicos. Por este caminho, autores como Nun (1978) inferem a relação direta entre as formas de exploração e de segregação combinadas nas formações sociais dependentes e o surgimento de formas marginais de relações sociais de trabalho.

Segundo os escritos de Nun (1978), se o contexto histórico implicou Marx (2001) a pensar exclusivamente na parcela funcional da superpopulação relativa (o exército industrial de reserva), analisar as relações presentes no tipo dominante de organização produtiva referente a esta formação social, mais precisamente o capitalismo monopolista e suas reverberações na

periferia dependente, requer mirar a população excedente ao sistema produtivo do ponto de vista de uma disfuncionalidade.

Em Nun (1987), regime social de acumulação é concebido como uma matriz de configuração mutável, no qual se entrelaçam diferentes estratégias específicas de acumulação e táticas diversas para implementá-las, de modo que a acumulação de capital aparece sempre como "o resultado contingente de uma dialética de estruturas e de estratégias" (JESSOP, 1983, p. 98). Nesse sentido, se as leis econômicas centrais ao capitalismo não mudam, refletir sobre as mudanças sociais não apenas como consequência dos mecanismos de resposta a nível econômico, mas também a partir dos efeitos dos fenômenos das instâncias político-jurídicas e ideológicas, possibilita compreender as transformações no conjunto de suas características e efeitos.

Reside aqui a chave da dialética presente na interpretação deste autor: entende-se que, no constante desenvolvimento dos meios de produção correspondentes ao capitalismo monopolista, é maior a especialização e a qualificação da força de trabalho, de modo que declinam as probabilidades de transferência de trabalhadores de um ramo a outro, e “perde sustentação a ideia anterior de uma reabsorção possível de operários afastados pela máquina: a demanda industrial de trabalho tende a contrair-se ou, no melhor dos casos, a estancar-se” (NUN, 1978, p. 97).

Tem-se, nessa perspectiva, que os processos quanto à industrialização dependente, como ocorridos no Brasil, iniciam um aumento de apropriação do excedente pelas grandes empresas monopolistas, associado à restrição na difusão de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, que resultaram na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua funcionalidade sistêmica (DUARTE, 2014).

Entende-se que o capital monopolista demanda por força de trabalho de forma diversa ao capitalismo industrial competitivo, não centralizando no desemprego a reserva de força de trabalho (exército de reserva), bem como urde a centralidade da manutenção do nível dos salários e da intensidade do trabalho em outros mecanismos de exploração, com contornos próprios nas relações de dependência. A perda da funcionalidade desta parcela de trabalhadores, que vivencia relações sistêmicas marginais, se refere, assim, às relações que se estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico, ou seja, às funcionalidades,

respectivamente direta e indireta, da superpopulação relativa, caracterizadas por Marx (2001) quanto ao exército de reserva⁴⁶.

Conjecturamos que, em termos amplos, esta noção de afuncionalidade, identificada de forma específica por Nun (1978), poderia ser compreendida como uma *funcionalidade geral periférica*. A perda de funcionalidade direta e indireta no cálculo central da acumulação capitalista é, sobretudo, uma inversão quanto à função genérica desta parcela excedente. A produção da massa marginal é, ao capital monopolista, mais resultante que elementar – ainda que a dependência econômica das periferias capitalistas o seja.

A predominância primária no conteúdo das economias dependentes, mediada pela mecanização dos setores primário e secundário e pela tendência à desvinculação de serviços, acarreta, além do direcionamento da massa de trabalhadores para o setor terciário, a incorporação de grande parte da força de trabalho nos trabalhos informais e autônomos. As formas de trabalho marginais, estando fora dos esquemas hegemônicos de produção ou desenvolvendo-se ao seu redor, fazem-se mecanismos de absorção de uma fração de trabalhadores marginais às relações capital-trabalho formais e hegemônicas.

É a respeito deste conjunto da população, que perderia sua funcionalidade social no esquema produtivo central do capital, que surge o que a teoria da marginalidade conceitua como "massa marginal", categoria que implica uma dupla referência ao sistema que, ao mesmo tempo que gera este excedente, não necessariamente precisa dele para seu funcionamento (NUN, 1969). Nesse entendimento, a massa marginal se refere tanto a camadas de desempregados, quanto a camadas de ocupados precarizados, que se encontram fora do circuito das grandes corporações monopolistas, conforme tipifica Nun:

A compõem, à princípio: a) uma parte da mão de obra empregada pelo capital industrial competitivo; b) a maioria dos trabalhadores que se “refugiam” em atividades terciárias de baixos salários; c) A maioria dos desempregados; e d) E a totalidade da força de trabalho força de trabalho mediata ou imediatamente “fixada” pelo capital comercial. Claramente, o “resto” dos grupos a), b) e c) seguem produzindo os efeitos diretos ou indiretos próprios de um exército industrial de reserva (NUN, 1969, p. 40, tradução nossa).

⁴⁶ Para Marx (2001, p. 735), “(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista”. Desta forma, o exército de reserva é compreendido como uma fração permanentemente disponível (seja latente, estagnada ou flutuante) a ser absorvida pelo núcleo produtivo.

Destaca-se que, apesar de a massa marginal constituir um elemento central para a análise do capitalismo monopolista, as empresas hegemônicas monopolistas coexistem com pequenas e médias empresas que operam de maneira mais próxima ao estado competitivo (NUM, 1969). Não se trata de uma condição estática e homogênea, mas de diferentes tipos de marginalidades e marginalizados – incluindo uma parcela da classe trabalhadora que transita entre uma e outra categoria – (NUM, 1969) que se categorizam no conceito de massa marginal e tipificam a generalidade destes sujeitos. Assim, segundo o autor, na fase presente:

[...] se sobrepõe e se combinam dois processos de acumulação qualitativamente distintos, que introduzem uma crescente diferenciação no mercado de trabalho e nos quais varia a funcionalidade da população excedente. De esta maneira, os desempregados podem ser, ao mesmo tempo, um exército industrial de reserva para o setor competitivo e uma marginal para o setor monopolístico. Entretanto, a força de trabalho excedente em relação a este último não necessariamente figura-se desempregada, já que pode estar ocupada no outro setor (NUM, 1969, p. 202, tradução nossa).

Propomos este recorte analítico na análise dos sujeitos sem-teto para indicar um nível marginal de integração ao sistema, no contexto de um capitalismo periférico que, ao combinar diversos processos de acumulação e um “estancamento crônico” (NUM, 1969), gera uma superpopulação relativa não-funcional no que diz respeito às formas produtivas hegemônicas. Diagnosticamos uma marginalidade que como parte do conjunto da economia capitalista “se refere a um mecanismo das relações entre capital e trabalho, não algo que ocorre fora do capital, da sociedade ou do poder em geral” (QUIJANO, 2000. p. 12, tradução nossa).

Partindo do conceito de Nun (1969), Quijano (1978) contribui para o debate sobre a inserção marginal no mundo do trabalho ao definir como “polo marginal” o conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas geralmente em torno do uso de recursos residuais, ou desligadas da produção, de caráter disfuncional ao sistema de acumulação capitalista. Por esta via, Quijano (1978) ampliou a discussão da tese de massa marginal ao problematizar a realidade de carências crescente no tecido social urbano:

Como, precisamente, esses povoamentos se levantaram, em regra geral, nas bordas ou margens do corpo urbano tradicional das cidades, o mais fácil era denominá-los “bairros marginais” e seus habitantes, “populações marginais”... O problema que estes grupamentos encerravam se constituiu no problema das “populações marginais” (QUIJANO, 1978, p. 18).

Em geral, os sem-teto são trabalhadores pauperizados, sejam desempregados ou empregados em ocupações extremamente precarizadas, em maioria informais ou autônomas.

Esta posição marginal no mercado de trabalho é condicionante fundamental para que estas camadas de trabalhadores não tenham acesso ao mercado habitacional formal, bem como à garantia de grande parte dos meios de subsistência. Denotamos a íntima relação deste sistema de exclusões, advindos da marginalidade, com a segregação urbana em suas mais variáveis materialidades. Estamos falando não só de local de habitação, mas de acessos objetivos e subjetivos a serviços e equipamentos que conformam a cidade.

Entre os sem-teto, encontram-se aqueles com trajetórias de vida marcadas pela transitoriedade. Percebemos que a maior parte destes sujeitos informa sobre várias ocupações de trabalho em curtos prazos de tempo e, não desarticuladamente, sobre uma intensa mobilidade espacial quanto aos locais de habitação. Quando questionados quanto aos locais de habitação anteriores à ocupação, a maior parte dos pesquisados relataram mais de duas condições de moradia: coabitavam com amigos ou familiares, pagavam aluguel em outros bairros periféricos (com alto comprometimento da renda total familiar), moravam em outros bairros irregulares ou ocupações sem-teto. Outras situações menos típicas também nos foram relatadas, como a condição anterior de morador de rua.

Kowarick (1985) aborda a marginalidade urbana destacando em sua constituição o pauperismo e o cenário de favelização, relacionando-os, ainda, com a estratificação econômico-ocupacional marginal e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores pobres nos grandes centros urbanos. Além de evidenciar um fenômeno migratório gerador de uma perversa marginalidade cultural, os estudos de Kowarick (1985) inferem que a maioria dos trabalhadores marginais no Brasil se encontra no mercado informal.

Malgrado esta pesquisa não tenha abrangido dados quantitativos em relação às populações investigadas, realizamos uma listagem simples das principais ocupações que apareceram durante nossas entrevistas e conversas com os sem-teto nos dois acampamentos (sem nenhum teor quantitativo ou classificatório): ajudante/servente de pedreiro, aposentada/o, artesão, auxiliar de entregas, auxiliar de serviços gerais, catador de material reciclado, comerciante, costureira, cozinheira, diarista, doceira, dona de casa, empregada doméstica, mecânico, pedreiro, pintor, vendedor, vendedora ambulante. Além do número significativo de desempregados e trabalhadores temporários (que sobrevivem de “bicos”), pouquíssimas destas pessoas possuíam contrato formal de trabalho.

Deste modo, é fundamental articular de modo estrutural, como propõe Kowarick (1979), a ideia de uma força de trabalho submetida a formas de extorsão que extrapolam os domínios do local de trabalho. O autor atenta para que as condições de vida dependem de uma série de

fatores, dos quais a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Quando as favelas, casas precárias da periferias e ocupações urbanas abrigam parte significativa da classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários, a questão habitacional só pode ser entendida dentro da compreensão dos processos socioeconômicos e políticos mais amplos.

A carência de moradia existe, neste contexto, inseparável de outras carências paralelas ou mesmo decorrentes dela. Às menores oportunidades de profissionalização e ao condicionamento aos empregos mais precarizados, somam-se a dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.), maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. Conforme relaciona Maricato (1996, p. 56), a lista é interminável.

A precariedade na moradia, bem como no acesso a bens coletivos de consumo, à qual são submetidas as parcelas populares que constituem a base social dos sem-teto, explicitam a fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades conformadas pelo desenvolvimento econômico dependente. Ao somatório destas extorsões, que se operam por meio da “inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”, Kowarick (1979, p. 59) refere-se como espoliação urbana.

Este suporte analítico, que integra uma noção sobre as contradições urbanas assentada nas dinâmicas de exploração e reprodução das desigualdades sociais, é basilar para a compreensão das dimensões da marginalidade social nas relações de classe que constituem os sem-teto.

3.4 A politização da urgência - reivindicações, posicionamentos e métodos de luta

Como afirma Sader (1995, p. 222) "a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano". Mirando os processos de diferentes inserções e envolvimento no âmbito da luta

coletiva por acesso à moradia, identificamos expressões do que Bonduki e Kowarick (1988) caracterizam como “politização” dos sujeitos e demandas a partir das reivindicações coletivas, forjando a ação coletiva por meio de um processo de “consciência da exclusão”, que abre um campo de resistência à lógica sistêmica, muitas vezes a partir da desobediência civil e da insubordinação.

Ainda que se caracterizem como fração de classe a partir da marginalidade quanto à lógica produtiva hegemônica, os sem-teto se definem como sujeito coletivo exatamente a partir de sua participação nas ocupações urbanas e, especificamente, nos movimentos reivindicativos de moradia, tal como apresentam Frúgoli Jr; Aquino e Costa (2006):

[...] No caso dos sem-teto, uma identidade forjada a partir de práticas eminentemente políticas, a casa própria é assumida como horizonte a ser obtido através de ações coletivas, e várias de suas mobilizações contam, como vimos, com a participação de moradores ou ex-moradores de cortiços (também situados nas regiões mais centrais da metrópole), que almejam superar a dependência de tal modalidade espoliativa de habitação alugada, cuja única vantagem é a proximidade do trabalho e de inúmeros serviços e equipamentos urbanos [...] (FRÚGOLI JR; AQUINO; COSTA, 2006, p. 15-16).

As condições materiais dos sujeitos que compõem estes movimentos, determinadas pela espoliação urbana, são o terreno sobre o qual se baseia sua organização, condicionando a plataforma reivindicativa e a orientação político-ideológica dos movimentos. A privação (de acesso à habitação e aos bens e serviços coletivos) é a condição imediata para a organização dos movimentos sem-teto, no entanto, obviamente, não é suficientemente determinante, como comprovam a grande massa de brasileiros que não possuem moradia digna e não aderem aos movimentos sociais sem-teto. Os processos de percepção da carência comum como uma condição sistematicamente compartilhada a este conjunto de trabalhadores e de transformação da urgência em pauta de mobilização reivindicativa, são o que diferencia os sem-teto de outros setores sociais desprovidos de habitação, à exemplo, dos moradores de rua – aqui entendidas como duas categorias analíticas distintas sob estes aspectos.

A transformação das privações em pautas de organização e mobilização, na percepção de Kowarick (1984), deve ser entendida com base em processos desencadeados no contexto específico das múltiplas experiências marginais. Estes processos reportam-se ao viver cotidiano dos sujeitos urbanos periféricos, permeado por frequentes embates, organizados a partir de demandas coordenadas e dotadas de visibilidade. A crítica sobre a naturalidade da associação

entre carências e conflitos atenta-nos para o aprofundamento analítico dessa mediação, em geral, formalizada pelos movimentos sociais (KOWARICK, 1984).

Nesse sentido, é importante considerar que a constituição destas ações coletivas é mediada pelos projetos políticos e concepções ideológicas articulados pelas organizações que as organizam e representam. Os discursos e percepções simbólicas, que denotam posições sociais em conflito no campo das relações sociais, remetem à organização interna dos movimentos que, como bem coloca Goulart (2011), corresponde a pensar sua unidade central, as bases sob as quais se erguem os pilares que sustentam seu crescimento e as “rachaduras” que geram as rupturas e mudanças em seu projeto e ação.

Muito embora os movimentos sem-teto estudados não tenham um projeto político formalmente sintetizado e que apresentem como tal, o conjunto de declarações sobre suas propostas, de relações, alianças e ações políticas nos contextos sobre os quais incidem informamos sobre muitas das leituras e dos sentidos direcionados na mediação luta.

Entendemos que a leitura social sobre as situações que condicionam sua base está expressa, sobretudo, na identificação destas organizações como movimentos populares:

Nós fomos à luta e construímos através das nossas mãos, das mãos que levam a sociedade adiante, que são as empregadas domésticas, que são os pedreiros, os serventes, ou até doutores também, por que não?, que vivem no bairro Élisson Prieto. E nós temos orgulho de dizer que essa luta é a luta do povo, essa luta é a luta de quem realmente necessita. Porque a gente costuma dizer que só sabe o que é fome quem já sentiu fome, que só sabe o que é viver de baixo de chicotada, igual a gente vive há quatro anos e quatro meses, quem aguenta o barro, quem aguenta a poeira. Porque ali ninguém brinca de morar, ali a gente vive, e vive de verdade [...]⁴⁷

A fala de Mineia no ato de lançamento da Frente em Apoio ao Bairro Élisson Prieto/Glória expressa a caracterização da luta do movimento, forjada por trabalhadores pobres sob suas necessidades e demandas próprias. Esse entendimento perpassou todas as entrevistas e falas de apresentação dos acampamentos como uma demarcação vista como necessária. A constante afirmação das ocupações sem-teto enquanto uma luta de trabalhadores que sobrevivem com rendas insuficientes para suprir todas as necessidades familiares indicia uma ação política classista – ainda que em muitos casos como forma defensiva de justificar a

⁴⁷ **Mineia.** In: Frente de Apoio ao bairro Elisson Prieto. DEPOIMENTO DE MINÉIA NUNES. Uberlândia, 25 de jul de 2016. Duração: 00:02:20. Disponível em: < <https://frenteelissonprieto.wordpress.com/testimonial/>> Acesso em 13 out. 2016.

insubordinação (“Ninguém veio parar aqui porque achou isso bonito, e nem porque era bom de viver [...]. Quem veio pra cá é necessitado mesmo [...]. Sem condição de pagar aluguel, nem financiamento, nem nada [...]. Então estamos na luta, né.”⁴⁸).

A condição de marginalidade é assimilada no curso do entendimento da ação coletiva como luta popular. Esta designação, que, indica Weffort (1968, p. 02), remete à organização dos “[...] setores sociais – urbanos ou rurais, assalariados, semi-assalariados ou não-assalariados – cujos níveis de consumo estão próximos aos mínimos socialmente necessários para a subsistência”, assinala processos de construção da identidade coletiva perpassados pela consciência de ser uma camada socialmente espoliada.

Frente às contradições urbanas vivenciadas por esta base social, os movimentos sem-teto se centralizam pela reivindicação de acesso à moradia e aos bens e serviços urbanos relacionados às condições de habitação. A casa “não é uma ilha na cidade” (MARICATO, 1997, p. 46) e, não o sendo, só existe necessariamente associada a todo e qualquer serviço que seja essencial à vida humana. Esta perspectiva está impressa na constituição da agenda reivindicativa dos sem-teto e reverbera no cotidiano político das ocupações.

O nosso bairro foi feito a topografia, todos os terrenos são dez por vinte e cinco, as ruas com a metragem do município. Então assim, o que tá faltando é só a gente concluir a negociação, pagar a área e a prefeitura entrar com a infraestrutura, né. Porque nós temos área para escola, posto de saúde, praça, campo. Então assim, nós estamos aqui todo mundo esperando, mas dentro da sua casa, a infraestrutura entrar⁴⁹.

A reivindicação de moradia, portanto, significa objetivamente a reivindicação de um conjunto de acessos que se relacionam com a habitação urbana, dirigida aos órgãos e entidades do Estado. Esse patamar de luta caracteriza, ademais, uma relação conflitiva e interdependente à qual, segundo Quijano (1978), são condicionados esses trabalhadores marginalizados dentro da lógica da estrutura geral. Conjecturamos que o autor denomina como binômio exploração e

⁴⁸ **José Nelson.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:47:59

⁴⁹ **Mineia.** In: MOREIRA, Frei Gilvander Luís, Comissão Pastoral da Terra. Ocupação Elisson Prieto, Glória/Uberlândia/MG: 2.350 famílias, lotes 10X25metros.Despejo? 05/02/15. Uberlândia, 9 de fev de 2015. Duração: 00:08:13. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YVzvNpRtcMw>>. Acesso: 11 jan. 2016.

ajuda ou “compensação” diz respeito a relações estruturais de dominação, contrapostas por resistências, materializadas na interlocução com o Estado.

A composição familiar dos movimentos gera, ainda, demandas distintas no interior da organização da luta. Além das reivindicações centrais, os movimentos acabam encampando uma série de outras discussões e reivindicações que buscam atender as necessidades surgidas de sua diversidade. Principalmente na ocupação do Glória, devido ao tempo e à consolidação do bairro, acompanhamos diversos momentos em que a mobilização coletiva se centrou em questões específicas, como as lutas pelo acesso à saúde, à educação para os jovens e crianças – a falta de comprovante de endereço regular desdobra uma série de outras restrições formais ou informais de acesso – e aquelas ligadas às questões raciais e de gênero, que por vezes foram necessárias aos movimentos para resolver conflitos internos.

Pesquisando distintos movimentos sem-teto no Brasil e na França, Oliveira (2016) estabelece uma tipificação sobre as gradações de politização desenvolvidas na luta por moradia, a partir de três níveis básicos: 1. Reivindicativo localizado e corporativo; 2. A luta política por uma nova política para o seu segmento (moradores em condições precárias) e 3. A luta pelo poder político em aliança com todos os demais interessados em acabar com aquilo que o segmento identifica como obstáculos para a realização dos seus interesses (OLIVEIRA, 2016).

Entre as famílias que buscam as ocupações como forma imediata e localizada de prover a necessidade de moradia, a politização da demanda corporativa que dirige as reivindicações para os programas e políticas urbanas/habitacionais de Estado, e articulação da luta com outras movimentações e contestações econômicas e sociais, identificamos nos processos de ação dos movimentos estudados (este terceiro nível apenas na experiência do MSTB), respectivamente, esses três níveis gradativos de politização. No caso do MPSTB a brevidade do processo não possibilitou o aprofundamento das discussões sobre as políticas urbanas e a articulação do movimento com outras lutas e movimentos.

Atentamos, entretanto, que o desenvolvimento desses processos não é necessariamente progressivo e que eles podem ou não ser simultâneos dentro das diferenças dinâmicas e esferas que compõem o todo dos movimentos. A politização da demanda, por exemplo, não acontece de forma homogênea entre toda a base dos acampamentos, bem como a articulação com lutas mais amplas acontece de formas distintas entre as bases e as direções dos movimentos.

As ocupações como estratégia e tática

A epicentralidade da proposta de luta popular encampada pelos movimentos reside na ação direta e organizada de ocupar terrenos urbanos ociosos (caracterizados pela ação especulativa imobiliária) – na cidade de Uberlândia, as ocupações concentram-se nas áreas periféricas, mas não exclusivamente⁵⁰. Estas ações são a fundação sob a qual se estruturam as práticas e a identidade coletiva que constituem os movimentos sem-teto, uma vez que a organização dos acampamentos e das coordenações que os organizam centraliza os repertórios e articulam a conjunção de relações sociais fundadas nesta forma de luta pela moradia.

A construção dos movimentos acontece, assim, intrinsecamente afixada na ordenação dos espaços ocupados. Embora haja uma rede de relações que fazem surgir e sustentam os sentidos destas organizações, é a partir dos acampamentos que se forma uma base social e se desenvolvem todas as ações políticas que compõem sua práxis. Os movimentos sem-teto que atuam nos espaços de articulação e negociação são organizações que mediam a luta política em ocupações urbanas e, por suposto, é o que os institui.

Como observa Miagusko (2008), a própria nomeação é um litígio, que caracteriza e significa a luta: a terminologia “ocupação” denota a disputa simbólica dos movimentos pela nomeação da ação, em contraposição do termo “invasão”, visando antepor o direito à moradia ao direito à propriedade privada. A apropriação coletiva desses espaços urbanos expressa a resistência territorializada às espoliações do modelo urbano privatista e inauguram sociabilidades e sujeitos pautados na coletividade.

Frente às experiências de carência de bens e serviços coletivos e ao reconhecimento destas como privações de direitos, observamos que as ocupações se apresentam como meio estratégico de providência imediata da moradia por estes grupos de trabalhadores marginalizados, que têm a urgência de prover a habitação familiar. Reside aí o aspecto fundamental da autonomia instituída na mediação dos movimentos sem-teto, que buscam “modificar ou melhorar as condições nas quais a subordinação é vivenciada” (MILIBAND, 1999, p. 484), imediatamente em função de suas urgências.

É a partir desta noção de apropriação do espaço que as demandas imediatas são deslocadas para o campo político, expressando mais intensamente a expansividade e as

⁵⁰ Por este motivo, algumas ocupações na cidade são consideradas “rural-urbanas”, aquelas organizadas em grandes terrenos periféricos, nos limites do perímetro urbano. Entendemos, porém, que a urbanidade destas ocupações está nas relações sociais centralizadas na dinâmica das cidades (em detrimento do campo), e por isso podem ser caracterizadas como ações/espços tipicamente sem-tetos.

potencialidades de luta, o que confere horizonte aos movimentos. As ocupações são a materialidade do conflito que antagoniza os sem-teto e os agentes do capital que edificam a segregação e a espoliação urbana. A opção pela ação direta tem, assim, duplo sentido tático: são, ainda, métodos de pressão popular sobre o Estado que, historicamente, mostrou-se mais ágil na resolução de conflitualidades envolvendo a garantia da propriedade do que a garantia de direitos sociais; e método de denúncia e contestação à desigualdade socioeconômica que conforma a estrutura habitacional e urbana. Esta dimensão tática das ocupações faz ainda mais sentido quando se considera que as lutas sem-teto podem se politizar na articulação com outras lutas econômicas e sociais e se estender na inserção no campo de disputas por poder político, como tipifica Oliveira (2016).

A organização das ações e dos acampamentos envolve um conjunto de decisões e articulações prévias, em geral realizadas a partir da avaliação dos movimentos quanto à conjuntura, a área e a base social. Perceptivelmente, as leituras e avaliações políticas que definem as ocupações envolvem um conjunto de agentes políticos internos e externos aos movimentos, que atuam ativamente na constituição destes movimentos sociais. Obviamente, a organização é realizada sob o máximo de sigilo quanto às informações, que podem possibilitar a antecipação da repressão à ação.

A escolha das áreas ocorre a partir de um mapeamento e seleção prévia de grandes terrenos ociosos na cidade, sob os quais são realizadas pesquisas, principalmente, quanto à condição jurídica (proprietário, matrículas, contestações, litígios). Essas condições são determinantes para a escolha das áreas, pois indicam as possibilidades de permanência e de negociação com o poder público. São considerados, ainda, critérios como a localização e a extensão do terreno, que devem possibilitar a ação e atração de pessoas para o acampamento. O trabalho de base com as famílias é geralmente realizado no curso destes processos, por meio de levantamento, contatos e cadastramento prévio, e reuniões de planejamento da ação. Em geral, as famílias são convidadas pelos movimentos após despejos urbanos e rurais e divulgam “boca a boca” a possibilidade da ação entre loteamentos periféricos de aluguéis.

A vida nos acampamentos é a engrenagem que põe em movimento as discussões e projetos políticos que ali se consolidam. A montagem dos barracos de lona ou madeirite, a fixação das bandeiras e simbologias da luta, a realização das assembleias, a participação em discussões e decisões coletivas, a estruturação de equipamentos coletivos, dentre outros processos comuns às ocupações – até a possível regularização do bairro –, constroem nas áreas ocupadas novas relações e demandas ao movimento e às famílias.

Em geral, os movimentos elaboram, de diversas maneiras, conjuntos de regras internas que estabelecem diretrizes para a participação e convivência nas ocupações, desde as regras para inscrição (alguns movimentos estabelecem necessidade de comprovação da necessidade de moradia ou critérios de prioridades para mães com filhos, por exemplo, quando as vagas estão limitadas) até regras para permanência (estas são amplamente diversas, abarcando regras de conduta para que não haja instabilidades internas ou prejuízos para o movimento).

A preparação e a coordenação dos acampamentos são o campo em que os conflitos são transformados em movimento, expondo os antagonismos em uma proporção ampliada a partir de dois elementos fundamentais: a visibilidade das demandas dentro da sociedade e a legitimação do embate que envolve movimentos sociais, proprietários e o Estado. A essencialidade da gestão das ocupações implica alguns autores utilizar o termo “ocupação autogestionária”, no sentido de busca de “autonomia real e a reinserção ativa dos participantes nas decisões do coletivo, na qual se promove a igualdade do poder decisório” (MELLO, 2012, p. 227).

As ocupações, contudo, são coordenadas sob métodos diversos, estabelecendo diferentes modelos de divisões de tarefas e processos decisórios. Da mesma forma, a participação nas atividades e assembleias variam muito, sobretudo em ocupações consolidadas, como a ocupação do Glória. A exemplo, na ocupação Jardim Vitória a fase inicial de estruturação do acampamento e as incertezas quanto à iminência constante do despejo caracterizou assembleias sempre largamente participativas. No bairro Élisson Prieto, a participação nas assembleias costuma variar muito, a depender do grau de mobilização da pauta (as assembleias mais participativas são as pautadas por assuntos relacionados à situação jurídica e possibilidade de despejo), mas, em vista de sua situação, a maior parte das decisões cotidianas são tomadas pela coordenação do movimento. Em geral, a realização das assembleias também é mais constante nas ocupações sem-teto nas fases iniciais de estruturação dos acampamentos e em momentos de maiores incertezas políticas.

De toda forma, os processos de estruturação, organização, tomadas de decisões e, principalmente, de definição de regras, funda, nas ocupações, microcosmos de sociabilidades [políticas] assentadas no reconhecimento e no compartilhamento das experiências comuns ao movimento enquanto espaço, por sua vez referenciadas na luta coletiva.

Interlocução com o Estado

Além da ação direta, a luta dos sem-teto perpassa a participação em Fóruns Públicos, conselhos e demais espaços institucionais que possibilitem a abertura de um campo de negociações e influências com os poderes públicos. A centralidade da sua agenda reivindicativa – que parte da reivindicação de acesso à moradia e se desdobra na contestação das estruturas habitacional e urbana – constitui seu núcleo de ação na reivindicação e na contestação dirigidas ao Estado. Precisamente, nos ajuíza que é na interlocução com os poderes estatais que estes movimentos logram sua viabilidade. Ao mesmo tempo, é no bojo da institucionalidade que são alcançadas sua judicialização e repressão policializada, que buscam sua inviabilização.

Sob percepções semelhantes, Miagusko (2008) postula que, no que diz respeito à capacidade de negociação com os poderes públicos, os movimentos sem-teto oscilam em um pêndulo entre a criminalização e a gestão: entre a reposição constante da face autoritária do Estado como agente de deslegitimação das ações organizadas pelas camadas mais pobres, e a captura por uma governabilidade que coloca os sem-teto em um lugar funcional da gestão da pobreza (onde a técnica e a gestão dos conflitos neutralizam possibilidades de intervenção política).

Cardoso (1983) argumenta que as teorias sobre os novos movimentos sociais urbanos surgidas na década de 1980 enfatizavam com exagero o lado dinâmico da sociedade civil, omitindo a presença do Estado. Segundo a autora, a complexa relação entre movimentos urbanos e poder político não pode ser apreendida por uma essência puramente democrática ou autoritária, advogando a necessidade de incorporar às análises uma dinâmica relacional entre Estado e movimentos sociais. No contexto dessa reflexão, Kowarick (1984) atenta para o fato de que o Estado se “politiza” ao tornar-se alvo de acirradas pressões e reivindicações e, no seio dos antagonismos de classe, se torna o núcleo dos conflitos.

A politização da reivindicação de emergência compartilhada pelos movimentos sem-teto desemboca inevitavelmente na reivindicação por programas sociais de habitação social elaboradas e efetivadas pelos governos e, possivelmente, na disputa de diretrizes institucionais relativas à organização do espaço urbano. Sob esta via de ação que constitui a luta articulam-se uma série de relações que mediam a interlocução entre movimentos sociais e Estado.

O relato de Wellington sobre as primeiras articulações com políticos e representantes estatais da ocupação do Glória indicam a importância que a influência desses agentes que transitam no Estado têm para a luta institucional dos movimentos. Conforme conta, o MSTB

contou com apoio de deputados estaduais e federais pelo PT, dentre outros agentes que fizeram a mediação das negociações entre movimento e instancias federais para estabelecer um processo efetivo de negociação com a reitoria da UFU e com a PMU (ambas na época geridas por partidos de direita, pouco abertos ao diálogo com os movimentos).

Fizemos contato com o Welinton, nós fizemos contato com o padre, acho que padre João, se não me engano, fizemos contato com a Liza na época [...] Fizemos contato com o Diogo Santana, que é assessor do Gilberto Carvalho, que é Ministro da Casa Civil, assessor direto da presidenta, né. Conseguimos entrar em uma reunião do PT lá, na época, meio que desarticulado, entramos sem ser convidados e coloquei a realidade lá na época. Foi até através do Ismael que a gente conseguiu entrar nessa reunião, que era uma reunião de secretários se não me engano, uns deputados de lá do Rio Grande do Sul e tal. E, então, dali começou a estender as negociações. Aí eu vi um camarada de Brasília da Casa Civil, e vi um camarada do Ministério das Cidades e marcamos a agenda com o Alfredo aqui e fizemos a audiência pública. E aí foi onde o Gilmar surgiu na ideia, com essa audiência que a gente já tinha marcado, eu acho que ele viu que o negócio era interessante, naquela época até porque ele era candidato a prefeito, começou a cair de paraquedas [...].⁵¹

José Nelson nos relatou, ainda, que, principalmente no início da ocupação, a presença de parlamentares e candidatos a cargos políticos era constante. Conjecturamos que, bem como as instâncias estatais são um dos campos de disputa na luta pela moradia, os movimentos sociais são tidos como um campo singular de disputa de influência sobre a sociedade civil para os agentes que disputam o Estado (principalmente por vias representativas).

[...] quando eu vou chegando mais próximo da Igreja ali, parou uns carros bonitos e desceu Liza, Weliton e Elismar, eu falei ‘nossa, esse povo aqui?’. Aí eu peguei parei, eu estava de bicicleta, eu parei e fiquei olhando. Eu falei “vou chegar nesses deputados”. Aí cheguei, cumprimentei a Liza e tal. ‘E aí, como é que tá? Você mora onde aí?’, eu falei ‘moro ali em cima’, falei ‘mas a senhora não veio olhar por onde é que a máquina vai derrubar, não, né?’, que gosto de brincar, né. Aí a Liza ‘não, sô, a máquina não vai derrubar ninguém aqui não, aqui já tá virando é um bairro, olha o tanto de casa que já tem aí’. [...] Quando foi à noite em casa eu comentei com o meu irmão, falei... meu irmão... eu morava próximo do meu irmão, liguei para ele e falei ‘posso até estar fazendo uma cagada, mas amanhã eu vou começar minha casa lá no Glória’.

Percebemos o mesmo processo na ocupação Jardim Vitória, com a presença constante de vereadores e deputados, principalmente nas assembleias, momento em que há a possibilidade de realização de falas públicas. O impacto dessas presenças é notável na confiança dos

⁵¹ **Wellington.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano.

acampados quanto às possibilidades de permanência. Se há apoio de parlamentares e agentes do Estado, entende-se que o movimento está forte. Mais que isso, percebemos que, para a maior parte da base social das ocupações, a ação desses agentes é a única forma de garantir a conquista da área e da moradia. É o que denota a fala de José Nelson, que contou ter decidido construir a casa de alvenaria após o contato com os deputados na ocupação, e a fala de Edinilson, que também construiu a casa onde mora com a esposa e a sogra no bairro Élisson Prieto após agentes que ele caracteriza como “autoridades” terem passado confiança quanto à luta para a regularização da área:

[...] porque nós fomos influenciados pelas próprias autoridades, deputados, prefeito, vereadores... Esse povo vinha aqui, até ministro, acho que da cidadania, esteve aqui no começo, e impediu o povo de fazer casa de madeirite, de madeira, assim. Era para todo mundo construir suas casas de alvenaria, podia ser um cômodo, mas de alvenaria. Falou. E foi influenciar todo mundo a proibir de fazer barracos. Era para fazer casas. Eu morava em um barraco de madeirite, aí eu falei para a mulher ‘olha, eu tenho que construir uma casa, porque está todo mundo construindo’, e construí uma casa.⁵²

O âmbito da luta institucional institui nos movimentos também a participação direta nos processos eleitorais. Em todos os processos eleitorais desde a ocupação do Glória, o MSTB empreendeu apoio público à candidatos à vereadores, prefeito e presidente do PT. Nas últimas eleições o movimento optou, inclusive, por lançar como candidata sua a principal liderança. Os movimentos, em geral, estabelecem a compreensão da importância de governos e gestões mais populares e democráticos no que tange suas possibilidades de diálogo e inserção nas instancias de suas reivindicações.

Além destas modalidades de ação institucional, Maricato (1996, p. 25) apresenta, ainda, que “diante do agravamento do conflito urbano, o Poder Judiciário tem aparecido como instância onde se tenta não só fazer cumprir o direito de propriedade, como também não fazê-lo cumprir”. A questão que se apresenta é a, cada vez mais expansiva, judicialização dos conflitos e, conseqüentemente, da luta. Em vista disso, observamos que a assessoria jurídica dos movimentos acaba sendo um campo de intervenção política e de disputas que remetem às forças sociais que incidem nos projetos políticos dessas organizações.

⁵² **Edinilson.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:19:01

Segundo Maricato (2011), embora não tenham deixado de realizar ações diretas de ocupação e resistências que descumprem determinações judiciais, a lista de conquistas destacadas pelos movimentos urbanos possui caráter demasiadamente jurídico e institucional. Desta forma, a luta política como um todo acaba sendo fortemente impactada e delineada pelos marcos da institucionalidade. Entendemos que nesta elaboração não há uma negação do quanto as conquistas das reivindicações imediatas constituem um alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massas (e da importância da disputa dos espaços institucionais e do Estado), mas uma importante observação para a necessidade de entendermos o Estado em sua complexidade, especialmente considerando as marcas patrimonialistas e desiguais presentes e atuantes na sociedade brasileira (MARICATO, 2011).

Visto isso, concordamos com a interpretação de Oliveira (2010):

A participação organizada dos movimentos sociais, no nosso caso dos movimentos dos sem-teto, nos fóruns de decisões e a obtenção de políticas favoráveis aos movimentos como decorrência de tal participação não deve ser denominada como clientelismo. Tampouco é uma prática clientelista o fato de um movimento social apoiar um partido que, uma vez no governo, atende as reivindicações gerais do movimento. No entanto, quando a relação entre movimento e governo (executivo e legislativo) se caracteriza como uma relação de favores, de troca de favores (por exemplo, troca de votos por atendimento de interesses corporativos e restritos), aí sim existe clientelismo. Quando há relação de favores entre os movimentos populares e os políticos do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, temos uma espécie de “clientelismo de esquerda”. (OLIVEIRA, 2010, p. 66).

Desta forma, na prática dos movimentos sem-teto as instituições do Estado oscilam entre aliados e inimigos, à medida que abrigam disputas que remetem às forças sociais antagônicas. O espaço elementar de disputa das políticas que definem a cidade é também o espaço fundamental da repressão. Cabe pensar como esta lógica é compreendida pelos movimentos e por suas bases.

3.5 Constituição da classe na práxis da luta pela moradia

A situação de classe, ou as condições materiais que conformam a massa marginal, nos apareceram como a determinação primordial para a ação reivindicativa em torno da moradia. Entretanto, ao caracterizar os processos de politização das demandas de urgência, apresentamos a compreensão de que, entre a privação e a mobilização, há um processo de reconhecimento de um sistema de distinções (BOURDIEU, 2013), precisamente, de que a privação de moradia e

de outros bens e serviços urbanos, não advém de efeitos isolados ou individualizados, mas integrados a um sistema combinado de desigualdades, em que a existência desta massa de trabalhadores espoliados se relaciona conflitivamente com a existência de agentes que acumulam.

No processo de organização e luta por acesso à moradia e à bens/serviços coletivos, identifica-se o “outro” (os agentes identificados como responsáveis pelas mazelas vividas) e, a partir da figuração das relações de confronto de interesses, constrói-se uma identidade coletiva. Entendemos que esse processo que transforma esses trabalhadores em sem-tetos – sujeito político coletivo – compreende uma percepção de pertencimento e localização em relações sociais e políticas que conformam a estrutura urbana desigual⁵³.

É um absurdo esse tanto de terreno vazio e eles querendo tirar a gente, né. E tirar para que? Para continuar vazio, porque... porque eles preferem deixar pra bicho e pros outros jogarem cadáver, né, que nem era lá no... no que era do Vitória lá, né. Eles preferem... do que a gente entrar para morar. [...] ⁵⁴

[...] E a especulação imobiliária em Uberlândia é muito grande. Tem um grupo poderoso aqui que... meu deus do céu. E aí o que acontece, fizemos várias ocupações, tipo a Santa Maria [...] ⁵⁵.

A identificação dos agentes do capital imobiliário como antípoda do movimento, como citam Regina e Cristiano, é marcadamente constante nas falas dos moradores das ocupações. A despeito das contradições internalizadas por esses sujeitos – que em muitos casos manifestam o pesar de estar fazendo algo errado por ser ilegal –, a compreensão da especulação imobiliária como uma injustiça e como representação da desigualdade social é um dos principais elementos de legitimação da luta e das ocupações contido nesses repertórios. Não é menos frequente, ainda, a identificação destes ‘inimigos’ com o poder ou com o que confere poder – nesse caso, a propriedade.

Percebemos, ainda, que embora os sem-teto se reconheçam como “injustiçados”, e que suas privações não são responsabilidade individual – ressalta-se frequentemente que “aqui nós somos trabalhadores, não queremos nada de graça [...] Vim para cá por causa de necessidade

⁵³ Ou no que Bourdieu (2013) denomina como relações de oposição constitutivas do sistema de marcas distintivas que caracterizam a formação social.

⁵⁴ **Regina.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 14 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:25:58

⁵⁵ **Cristiano.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

mesmo [...]”⁵⁶ – é por vezes difuso o entendimento sobre a responsabilidade direta sobre sua condição. Em geral, a ocupação é entendida como legítima, mas comumente se reconhece o direito genérico à propriedade e, nesse sentido, se incorpora a defesa de que os proprietários não sejam prejudicados, sob argumentos que possivelmente remetam a uma fundamentação moral e meritocrática da propriedade. Em todos os relatos e conversas que participamos ou presenciamos, percebemos uma necessidade constante de reforçar o desejo de pagar pela posse dos lotes:

Eu quero pagar isso aqui, eu faço questão, é meu sonho, de ter meu carnê todo mês e andar com ele em dia como eu sempre andei com meu aluguel. Mas eu quero pagar o que é meu. É meu isso aqui. Isso aqui se eu quiser pintar uma parede eu posso, se eu quiser derrubar uma parede eu posso, se eu quiser fechar tudo eu posso, bem ao contrário do aluguel [...].⁵⁷

Eu não invadi, né. Eu comprei de alguém, que já tinha vindo para cá e organizado, né... Dois e quinhentos, né. Tá ele aí que sabe, que eu comprei também. [...] Na época eu fui lá e fiz um empréstimo e construí. E fiquei morando aí. Fiquei morando em um barraquinho de madeira até eu conseguir construir. Até eu conseguir um empréstimo para comprar os materiais para construir. E Jesus me abençoou que eu coloquei ela no ponto que está. Deus dá para cada um... para quem esforça, né. E nós estamos aí, na peleja para ter o que é nosso, mas se querer de graça o que é de ninguém [...].⁵⁸

Os trechos recortados das falas de Andreia e Regina, moradoras do Glória, representam um enredo constante no discurso dos acampados, e nos aparenta ter também uma conotação de legitimação – o pagamento torna legal e, não menos, moralmente legítima a posse. Em alguns momentos, esse entendimento se alia à ideia de que os proprietários não deveriam especular, mas têm o direito de acumular as áreas se fizerem uso delas. Obviamente, não é possível precisar a extensão desse entendimento, e nos é certo que não se trata de uma posição política dos movimentos. De toda forma, chama-nos atenção para o quanto não é possível tratar de forma homogênea e linear a construção política no todo das bases sociais dos movimentos.

É menos difusa a identificação dos agentes do Estado – gestores, judiciário e força policial. Salvo exceções, geralmente há uma forte distinção entre o que se considera esquerda e direita e, respectivamente, aliados e inimigos, sobretudo, dentre representantes políticos.

⁵⁶ **Regina.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 14 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:25:58

⁵⁷ **Andreia.** In: ALBERTO JR, Luiz. Faces do Glória. Uberlândia, 14 de jul de 2015. Duração: 00:11:10. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iB8OY8VWPGI>>. Acesso: 13 out. 2016.

⁵⁸ **Regina.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 14 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:25:58

Visto, ainda, que a repressão é fortemente personificada nos agentes do judiciário e das forças policiais, estes são, em geral, amplamente identificados como inimigos diretos do movimento. Esta identificação não nos parece tão genérica, mas calcada também em uma noção de distinção, de lugares diferentes que determinam condições diferentes e, portanto, interesses diferentes. A fala de Gilmar, morador do Glória e que inicia mostrando as mãos calejadas do trabalho braçal, nos foi muito representativa nesse sentido:

Os que querem tirar a gente? Mostro isso aqui para ele, ó. Ele tem casa boa, tem piscina, tem dinheiro guardado. Eu não tenho. Eu dependo do meu dinheiro que eu levanto cedo para trabalhar. Se eu não trabalhar um dia, eu não ganho meus cem reais para trazer para dentro da minha casa. Ele tem, ele tem muito. Para ele nós aqui... não significa nada para ele. O filho dele tem fazenda, tem dinheiro, tem carro bom.... Sinto muito por ele... Ele é da justiça, ele pode mais do que eu. Faça o que ele puder fazer. Faça o que ele pode, o que eu posso fazer aqui? Esse é o meu sonho, meu da minha filha e da minha mulher.⁵⁹

Em todos esses momentos relatados, percebemos a constituição de contradiscursos (CHAUI, 2014), de desconstrução de discursos e argumentos dominantes a partir do repertório instituído – e multideterminado – na experiência social e na organização política dos sem-teto. Interessa-nos destacar, porém, que no embate e nos processos de resistência os sem-teto reconhecem-se como coletivo. Um dos momentos desse processo nos foi relatado por Gisleide:

Quando a gente chegou ali na João Naves, um pouquinho para frente da UAI, veio o pessoal da motinha da Settran, aí eu falei ‘hunnn, agora acabou, agora fedeu tudo’. Aí veio o rapaz da Settran e me perguntou ‘para onde vocês estão indo?’, e eu falei ‘nós estamos indo para a Prefeitura’, e ele pegou e falou no rádio ‘caminho para a prefeitura, abram caminho para a prefeitura’. E eu comecei a gritar em cima da moto ‘urruul’ e fui indo [risos], e a gente passou livre, aquela multidão de gente, aquele tanto de moto, aquele tanto de carro, e os ônibus tudo lotados, e eu chorando, e eu chorando de emoção de ver... Eu falei ‘gente, meu povo é lindo!’. Como eu fui a primeira a chegar na prefeitura, quando eu parei a moto, e desci da moto, eu vi todo mundo chegando, e parando as motos, parando os carros e descendo, todo mundo entrando. Gente, é uma emoção muito grande. Nosso povão todo chegando todo mundo de camiseta, todo mundo bonitinho, arrumadinho com as bandeiras... E para mim foi uma emoção muito grande, sabe, de ter feito parte daquela coisa que ficou na nossa história. Então, assim, a gente mobilizou muito, os moradores foram em peso, e quando a gente começou a sair, que as motos aceleraram, e nós demos uma buzina, assim, todo mundo junto, na saída ali, quando atravessamos o lixão.... Eu já saí daqui chorando. Quando precisou parar para já marcar a primeira esquina, aí foi muito bom, a emoção foi muito grande. E ali o bebê pulava na minha barriga, e o pessoal soltando foguete no caminho, eu olhava para trás, assim, e via só as bandeiras para fora,

⁵⁹ **Gilmar.** In: In: ALBERTO JR, Luiz. Faces do Glória. Uberlândia, 14 de jul de 2015. Duração: 00:11:10. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iB8OY8VWPGI>>. Acesso: 13 out. 2016.

aquela multidão de sem-teto... nossa, foi muito bom, uma satisfação muito grande.⁶⁰

Contendo as lágrimas, Gisleide recorda sobre uma marcha ao prédio da Prefeitura da cidade realizada pelos moradores da ocupação do Glória, que contou com muitas centenas de sem-tetos, aos quais ela se refere como o seu povo – reconhecendo-se e distinguindo-se, principalmente, em oposição aos que estão no polo oposto da luta. A emoção de seu depoimento explicita que ao falar das bandeiras e camisetas do MSTB, Gisleide enfatiza o reconhecimento mútuo e a definição de sua própria trajetória de privação na composição daquela coletividade, sob uma identidade coletiva que unifica esses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta e transformação.

Nesse trecho, notamos como as fundamentações que levam à ação direta coletiva articulam-se em uma linguagem comum, que mobiliza, direciona e confere sentidos que definem a legitimidade daquela luta coletiva (DE SORDI, 2014). O que conforma e confere identidade a esta coletividade não se limita, pois, às características econômicas comuns aos acampados, mas compreende estilos de vida, representações e *habitus* compartilhados (BOURDIEU, 1990) por esses trabalhadores marginalizados. Estamos falando, então, de sistemas de práticas e valores comuns, que dinamizam-se dialeticamente na luta coletiva, instituindo os esquemas de ações políticas.

A esse respeito, concordamos com Tilly (2010) que os repertórios incluem criações culturais aprendidas, mas não se originam de abstrações filosóficas ou são resultado matemático da propaganda política; eles emergem nos processos de luta. Consideramos plausível acrescentar, ainda, que o processo de plenificação dessas coletividades passa por uma luta que se desenvolve, de modo heterogêneo e contraditório, em diversos planos das relações sociais: no econômico, no político e no ideológico (ALMEIDA, 2005).

No campo específico do político, Bensaid (1999, p. 159) ressalta que “as relações de classes adquirem um grau de complexidade irreduzível ao antagonismo bipolar que, entretanto, as determina”. A partir desse entendimento podemos nos referir à constituição da classe como um processo dialético e relacional, que informa, sobretudo, a “*expressão social coletiva* do fato

⁶⁰ **Gisleide.** Acampamento Élisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:56:17

da exploração e, naturalmente, da resistência a esse fato” (SAINTE-CROIX, apud BENSÂID, 1995, p.111, grifo nosso).

Os sem-teto reconhecem-se como classe social – ainda que nem sempre utilizem esta categoria no cotidiano – à medida que se localizam dentro das situações e posições que estruturam o espaço social urbano desigual e que identificam o lugar social que ocupam, situando seus interesses e demandas dentro das dinâmicas e conflitos políticos. Posto isso, é plausível pontuar que as classes sociais:

[...] não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* - cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sociológica.) (BOURDIEU, 1996, p. 29).

Bem como define Pinheiro (2010a), os movimentos sociais sem-teto engendram formas organizativas e bandeiras em um quadro interpretativo que articula a crítica do lugar que sua base social ocupa nas relações sociais de produção, com a crítica da experiência imediata e dos diferentes lugares de subordinação ocupados em outras esferas da vida social. Nesse sentido, as visões de mundo instituídas na luta coletiva compõem um processo social em que:

[...] se no plano imediato os movimentos são manifestações concretas que emergem na cena pública como efeito do descontentamento resultante das condições próprias desses lugares funcionais e, a partir deles, elaboram quadros interpretativos com vistas a legitimar suas demandas, o trabalho de elaboração desses quadros, como estratégia de interpelação social [...] necessariamente remete às estruturas sociais em seu conjunto e por elas é condicionado (PINHEIRO, 2010a, p. 112)

A elaboração prática e teórica mediada pelos movimentos sociais (implícita e explícita) dos antagonismos, divergências e contradições manifestam, assim, formas pelas quais a cultura dominante é interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada (CHAUÍ, 2014). Sob este prisma, compreendemos as expressões de luta e resistência contidas nas ações que coletivizam os sem-teto como elaborações das condições de classe e, ao mesmo tempo, instâncias vivas, fundamentalmente constitutivas desta classe social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um galo sozinho não tece uma manhã:
 ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 e o lance a outro; de um outro galo
 que apanhe o grito de um galo antes
 e o lance a outro; e de outros galos
 que com muitos outros galos se cruzem
 os fios de sol de seus gritos de galo,
 para que a manhã, desde uma teia tênue,
 se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
 se erguendo tenda, onde entrem todos,
 se entretendendo para todos, no toldo
 (a manhã) que plana livre de armação.
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
 que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto⁶¹

Como essas lutas de urgência, maquinadas pelas camadas marginalizadas, se enredam às dinâmicas da luta de classes? Conforme anuncia Lefebvre (1991, p. 53), “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade”. Da mesma forma, a análise dos embates sociais expressados pelo surgimento dos movimentos sociais, que se tramam na constituição das classes trabalhadoras, remete à uma “análise das formações sociais em seus níveis mais concretos” (OLIN WRIGHT, 1985, p.10).

Embasando-nos, assim, na concretude das relações que envolvem a disputa política encampada pelos trabalhadores pobres urbanos, nos parece consistente afirmar que a cidade é social e espacialmente conformada no quadro frontal de conflitos entre as classes sociais. Tendo a produção do espaço urbano (que engloba, mas não se restringe à produção material) adquirido forma de produto social fundamental nas relações sociais de produção no capitalismo contemporâneo, as cidades tornam-se lugar em que as estratégias de classe entram em conflito.

⁶¹ MELO NETO, João Cabral de. A educação pela pedra. In: *Poesias Completas*. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1968. p. 7-47.

As cidades não são apenas espaços de concentração, são a concretude de uma forma e de uma lógica hegemônicas.

A acumulação do capital instituiu na urbanização periférica um instrumento e uma matéria-prima de expansão e reprodução, e os recursos espaciais são apropriados (e resguardados) de forma crucial para a produção e o consumo do mundo das mercadorias. O modo de produção capitalista urdiu a marginalidade sob a qual esses trabalhadores sem-teto tramam processos de luta. Assim, *o tear do tecido urbano é a luta de classes*. As ocupações organizadas pelos movimentos, conflitantes com a reação tenaz dos proprietários e mediadas pela repressão do Estado para a conservação da propriedade privada, são representações destes processos.

Isso posto, ao retomarmos nossas hipóteses iniciais, alocadas em dois eixos que remetem à distinção de classe dos movimentos sem-teto e ao potencial de radicalidade destes, devemos destacar o quão imbricado estão estes dois aspectos que constituem e caracterizam os sem-teto. A classe social conforma a ação política, e a ação política constitui a classe social. Este foi o ponto central que adensou as considerações finais sobre nossas hipóteses e os desdobramentos delas.

4.1 A disputa popular na tecedura do urbano

Os trabalhadores marginalizados são marcados pela preocupação com o valor dos aluguéis, com as impossibilidades de financiamento habitacional condizentes com os baixos salários, com as dificuldades no acesso à direitos sociais basilares como saúde e educação, e com a garantia de necessidades básicas relacionadas à moradia e própria permanência no espaço. O lugar social, expressado pela alocação periférica no acesso ao espaço, bens e serviços urbanos, articula desejos e necessidades, relacionando o espaço e o acesso a ele à construção de distintas experiências e percepções de classe.

Como argumenta Castells (1976), na interação entre o lugar do problema urbano na estrutura social, o lugar do grupo social nas relações de classe e as características político-ideológicas das organizações intervenientes, é que se encontra o segredo último dos movimentos sociais urbanos. Nesse sentido, apreendemos que esses movimentos são expressões políticas formuladas na experiência objetiva e subjetiva da classe que compõe sua base social, que vive sob os antagonismos sociais e se constitui a partir deles.

Os conflitos que envolvem a posse dos terrenos urbanos podem ser compreendidos como embates entre projetos de conservação e de subversão da ordem espacial orientada pela

propriedade privada e dirigida pelos interesses do capital. A luta por moradia, baseada nas próprias contradições da dinâmica da sociedade capitalista, confronta o urbano instituído, expondo as fissuras dos mecanismos de dominação do capital. São dessas fissuras, pois, que brotam as práxis criativas, dispostas a romper com a ordem dada, e a alterar ou reconstruir materialidades e sociabilidades.

É possível inferir que há uma relação dialética entre a condição de marginalidade e a opção central pela ação direta. As condições de reprodução a que são submetidos alijam esses trabalhadores do acesso ao mercado formal de habitações, enquanto, para a maior parte dessa camada, o pagamento do aluguel significa a privação de outras necessidades básicas, como alimentação. O processo de luta, que transforma a carência de moradia em uma reivindicação de urgência, constitui-se no âmbito de estratégias de sobrevivência.

Não desconsideramos que, nas diversas falas e relatos que registramos, a casa própria também aparece como sonho individual e familiar. A conquista da moradia, como ambiente de sociabilidade privada, é socialmente conformada como um símbolo de conquista, isto é, do êxito de uma moralidade que valoriza a segurança e a privacidade do lar familiar, perfazendo, como escreveu Kowarick (2009), uma condição de "cidadão privado", em uma sociedade cuja vida pública é excludente e violenta.

No mesmo sentido, o conflito entre a legitimação da propriedade privada e a reivindicação de função social, no contexto de latência das assimetrias sociais, evidencia-se no incomodo de muitos deles em se reconhecer como "invasores" ou, no caso da ocupação do Glória, na legitimação da ocupação pelo fato de se tratar de uma área pública.

O fato é que, objetivamente, estes trabalhadores sentem na pele a contradição entre a concentração do excedente social e a precarização das condições de reprodução da força de trabalho – contradição esta que não só se mantém como se aprofunda nos países da periferia do sistema –, e politizam no movimento social tanto a urgência quanto a demanda. Por certo, estes processos não são homogêneos ou totalizantes, e muito menos isolados. Se estas contradições representam as fissuras do programa político reivindicado por esses movimentos, voltando-nos às bases sociais sem-teto, fica evidente que, quando falamos em luta de classes, não estamos abordando um processo binário ou bilateral, e muito menos exterior às relações endógenas aos movimentos.

Uma vez que os movimentos sem-teto se constituem como coletividade a partir da vivência das experiências de privação, faz-se necessário compreender aqui que não só a

objetividade, mas também a subjetividade destas experiências, são formulações relacionais. O cotidiano dos processos de politização das condições de marginalidade, nos revelaram a luta de classes que ocorre vividamente nos diversos processos individuais e coletivos de formulação e representação frente à realidade experimentada. As expressões de classe sobre as carências e privações relativas à espoliação urbana são produtos de embates, não só concretos, mas fundamentalmente ideológicos.

Não é possível, portanto, ignorar que a importação de elementos, normas e valores hegemônicos é intrínseca aos processos que projetam sua ressignificação. A impressão de dualidade quanto aos repertórios populares diz respeito à realidade sobre a constituição das classes trabalhadoras, com exatidão, das formas com que essa fração se constitui ideologicamente como classe. Menos que contradições endógenas, essas fissuras expressam os obstáculos arquitetados às resistências e insubordinações à ordem instituída.

As mudanças produtivas encetadas nas últimas décadas, apoiadas pelo ideário neoliberal, não só fragmentam e dispersam as classes trabalhadoras, mas propagam a percepção e o sentimento da necessidade de ser incluído na lógica e nos espaços hegemônicos. Esses trabalhadores marginalizados não são uma totalidade diametralmente oposta à totalidade dominante, à medida que se constituem objetiva e subjetivamente sob as reverberações do lugar de dominação que ocupam no conjunto das estruturas sociais.

A consciência de classe – como processo que determina a existência subjetiva da classe – é um fenômeno histórico, dialético, não desenvolve de forma inexoravelmente linear. Neste sentido, o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos trabalhadores pobres só pode ocorrer a partir dos processos de constituição ideológica próprios à subalternidade a que são condicionados.

A articulação direta entre as reivindicações do mundo do trabalho com aquelas relativas à vida urbana e ao local de moradia nem sempre é realizada de forma organizada e coesa na maior parte dos movimentos sem-teto. Isso não significa que essas relações não sejam apreendidas e que as lutas pela cidade e sobre ela não digam respeito a um embate com as estruturas do capital. Entender o processo urbano como meio de controle sobre a produção e utilização da produção excedente é a conexão necessária para compreender o caráter classista da mobilização popular.

A forma e a gradação com que as organizações concebem esses antagonismos e se projetam no sentido de construção de relações sociais alternativas às que estruturam o capital

não são homogêneas. Não por isso deixamos de compreender estes movimentos como lutas que se contrapõem a dinâmicas de exploração e expropriação, que não se encerram no local de trabalho. Além disso, consideramos que, sendo a própria urbanização produzida, essas lutas dizem respeito a trabalhadores que, em grande parte, produzem concretamente a cidade.

Na organização e na ação coletiva dos sem-teto estão presentes conteúdos que, direta ou indiretamente, confrontam a produção capitalista da pobreza e da desigualdade por meio da legitimação quase absoluta da propriedade privada; bem como o sistema jurídico-político que a sustenta. Este processo aberto de conversão das contradições em contestação aponta para a interpelação do antagonismo originário da posição de classe ao passo que, no confronto com as estruturas que coordenam a reprodução das classes, articula-se a disputa pela organização da cidade enquanto processo sistêmico.

As lutas das classes trabalhadoras no âmbito da reprodução da força de trabalho não podem ser compreendidas como dissociadas das relações sociais de produção capitalista, de seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Consideramos possível inferir que, apesar das limitações e dificuldades que condicionam os movimentos e as ações populares, a criação de táticas e estratégias de reformulação da sobrevivência urbana apresenta sua potencialidade transformadora, não pela força de condições já estabelecidas, mas, como bem definiu, Lefebvre (2001) pela desnaturalização delas.

4.2 Nas margens da cidade, as margens da política

A elaboração crítica nos movimentos sem-teto delineia-se no bojo das forças sociais que o tencionam meio ao complexo de relações de disputas hegemônicas. A caracterização destas organizações e das ações coletivas que mediam esteve necessariamente constituída pela reflexão sobre a relação entre o Estado, agentes de governo e os movimentos sociais.

Nas últimas décadas o Brasil vivenciou mudanças políticas fundamentais, que impactaram significativamente nas expressões das classes trabalhadoras. O advento dos governos do Partido dos Trabalhadores alçou à agenda da grande política um conjunto de demandas populares e, principalmente, a abertura de espaços de diálogo e participação administrativa de representantes de movimentos sociais. A conciliação desta abertura política com a manutenção da orientação macroeconômica neoliberal reformulou mecanismos de adaptação e de contestação nos campos de luta.

Percebemos que a conjunção de maiores possibilidades de fixação nas cidades – decorrentes da melhora nas condições de vida urbana e de consumo – e de alargamento dos espaços de disputa sobre o espaço urbano são elementos que corroboraram para uma significativa ampliação nas bases sociais dos movimentos sem-teto. Esta percepção reforça-se pela grande quantidade de acampados urbanos advindos de áreas rurais ou da base de movimentos populares do campo que, por sua vez, têm aparecido muito menos como protagonistas de ações diretas de ocupações. Muitos destes movimentos campestres têm, inclusive, composto ocupações urbanas em conjunto com movimentos sem-teto.

A conservação da lógica mercadológica na concepção dos programas habitacionais mantém, ainda, as massas de trabalhadores pauperizados marginalizadas no acesso à moradia. Esta contradição fundamental que permeou as gestões do PT, a tentativa de conciliação de interesses de classes antagônicas, reverbera nos movimentos populares como forma de conflitos internos diversos. Entre os sem-teto era perceptível um misto de frustração quanto às expectativas de mudanças e de atendimento de demandas não efetivados, com a conformação de adentrar o fisiologismo para garantir algumas conquistas materiais tão necessárias no nível emergencial.

De toda forma, estes movimentos apresentavam-se, em geral, atrelados à necessidade de disputar as possibilidades oferecidas pelas oportunidades de diálogo com o Estado e pelas políticas sociais e assistenciais que, até então, seriam garantidas pela sustentação destes governos. A forma como é fundada esta avaliação e formulação políticas sobre a conjuntura, entretanto, foi o que mais nos chamou atenção. A relação entre o PT e as organizações populares não se resume à estrutura do Estado e ocorre organicamente na dinâmica interna dos movimentos, posto que grande parte deles tem sua genealogia na trajetória do próprio partido. Muitas das lideranças identificam-se como militantes do PT ou mantêm uma relação de articulação permanente com as representações do partido – expressa, principalmente, em períodos eleitorais.

A intervenção de agentes partidários externos aos movimentos também é constante. Em uma das ocupações estas relações foram mais marcantes. Foi possível acompanharmos diversos processos em que os posicionamentos do partido ainda predominavam sob as bases sociais. A construção desses posicionamentos, porém, na maioria das vezes não pareceu ocorrer de forma basilar ou horizontal. A relação entre direções e bases deste movimentos sem-teto dá-se de forma marcadamente verticalizada e, muitas vezes, colateralizada em relação às definições partidárias. Em muitos momentos, percebemos que a coordenação do movimento e o

direcionamento de agentes externos, vinculados ao PT, confundiam-se na ação. Esta confusão nos pareceu bastante apreendida pelas bases sociais dos acampamentos.

Foi evidente entre os acampados da base, porém, certo receio em expor os meandros destas relações. Se em conversas informais recebíamos relatos de descontentamento quanto à centralização de decisões e informações entre a coordenação e estes agentes – na quase totalidade das conversas sobre as atividades políticas do movimento ouvimos queixas quanto à falta de repasse sobre a situação de negociação e à contribuição financeira mensal realizada pelos acampado – uma vez ligado o gravador, parte dos relatos alterava-se circunstancialmente. Além disso, muitas entrevistas foram inviabilizadas pela negativa dos acampados quando apresentamos que a pesquisa buscava analisar as relações políticas no âmbito do movimento.

Certamente, esta condição de ‘consentimento’ cruza[va]-se com irrupções divergentes. Discordâncias quanto à intervenção direta de agentes vinculados ao PT na coordenação deste movimento ocasionaram uma série de rupturas e, conseqüentemente, disputas sobre o direcionamento do acampamento.

Ainda que a estas constatações devam desdobrar-se em análises mais aprofundadas, atentamos para como a disputa de hegemonia que sustentou os governos do PT assentou-se na relação orgânica com as classes populares, o que incluiu, fundamentalmente, a intervenção direta na direção dos movimentos, por vezes, de forma hierárquica e verticalizada. A partir da observação destas relações políticas, notamos, ainda, uma característica, ao nosso olhar, extremamente relevante para a compreensão dos movimentos aqui estudados: a manutenção de hierarquia política e informativa dentro dos movimentos sociais alicerçada, principalmente, nas relações com agentes externos ao movimento.

Para além de incidências partidárias, estas relações desenvolvidas entre movimentos sem-teto e agentes políticos não sem-teto, denotam relações entre frações de classe diferentes no âmbito de um mesmo campo de intervenção política. Em muitos momentos, a representação política dos sem-teto é feita pelo representante jurídico ou por algum agente da CPT, e não por moradores do acampamento. Ainda que estas representações signifiquem uma ação dual (é uma intervenção encetada por setores progressistas da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, pela filiação política dos militantes que dirigem a entidade), expressam uma concepção hierárquica de representação, que, além de considerar a necessidade de tutela política às classes populares, prima pela noção de privilegiar em espaços de fala e visibilidade os mais ‘capacitados’ ou ‘preparados’ para o espaço público – em detrimento do oferecimento de condições para a democratização da formação política.

Esta percepção quanto à intermediação da ação popular, que perpassa relações com outras frações de classe, levou-nos a conjecturar que prevalece na esquerda partidária uma perspectiva [ideológica], que – ao se assegurar em uma suposta incapacidade destes e na maior qualificação daqueles – é plausível supor, assenta-se na reprodução de uma consciência meritocrática. É fortemente demarcado nas mais variadas relações políticas que envolvem as classes populares que a intervenção partidária prima por uma noção de formação política largamente referenciada na construção e sistematização de conhecimentos pautadas na academia. Seguramente, há nestas relações a manutenção de um sistema de hierarquia que, além de subjugar a experiência popular, contribui para sua sub-representação política.

As relações entre movimentos sem-teto e os mais variados agentes que circundam sua constituição (e, em determinada medida, também os constituem nestas relações) apontam para que: tanto quanto a classe é relacional, o posicionamento político também é instituído nas relações de alianças e embates entre classes e frações de classes. Destaca-se que a pauperização econômica e a espoliação urbana condicionam também situações de espoliação política das mais diversas formas. A marginalidade produtiva e reprodutiva traduz-se também em marginalidade política. Isso posto, apontamos, ainda, que a luta popular por moradia expressa não apenas territórios, mas, práxis sociais em disputa.

O encerramento desta pesquisa, assim, antes de apresentar resultados que rumam à uma conclusão absoluta, lança-nos a outros apontamentos, problemáticas e hipóteses para a compreensão do todo complexo que conforma os movimentos sem-teto e o conjunto variado de mediações econômicas, políticas e ideológicas que circundam esta massa marginal.

FONTES

Artigos da Imprensa

MACHADO, Diogo. Invasões na área urbana de Uberlândia passam de 16 para 25. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 de out de 2015. Disponível em <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/invasoes-na-area-urbana-de-uberlandia-passam-de-16-para-25/>>. Acesso: 15 dez. 2015.

Materiais e relatórios oficiais

CAMPOS, Roberto de Oliveira. In: Plano Nacional de Habitação. v. 2. Seminário promovido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e pelo Banco Nacional da Habitação, BNH. 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados populacionais e econômicos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 03 de junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014 – PNAD. Rio de Janeiro, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/360-nota-tecnica-deficit-habitacional-no-brasil-anos-2011-e-2012/file>>. Acesso: 03 de jun 2016.

GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO DO PLANO DIRETOR DO CÂMPUS GLÓRIA (GTPD-Glória). Plano Diretor do Campus Glória. Uberlândia/MG, abril de 2011. Livro 1: Diagnóstico e Leituras, 101 p. Disponível em: <http://www.campusgloria.ufu.br/sites/campusgloria.ufu.br/files/LIVRO%201%20final_4.pdf>. Acesso: 10 set. 2016.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Habitação. Plano local de habitação de interesse social: diagnóstico estratégico de habitação de interesse social. Uberlândia, 2009.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura. Uberlândia: trabalhar, progredir e viver. Revista Uberlândia: a grande razão. Uberlândia, 1980.

Orais

MOREIRA, Frei Gilvander Luís, Comissão Pastoral da Terra. **Ocupação Elisson Prieto, Glória/Uberlândia/MG: 2.350 famílias, lotes 10X25metros.Despejo? 05/02/15.**

Uberlândia, 9 de fev de 2015. Duração: 00:08:13. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YVzvNpRtcMw>>. Acesso: 11 jan. 2016.

MOREIRA, Frei Gilvander Luís, Comissão Pastoral da Terra. **Ocupação Prof. Edson Prieto, do MSTB/Uberlândia: 2,200 famílias.** Uberlândia, 20 de nov de 2012. Duração: 00:23:44. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_q2kfhsJR8E>. Acesso: 23 jan. 2016.

Frente de Apoio ao bairro Elisson Prieto. **DEPOIMENTO DE MINÉIA NUNES.** Uberlândia, 25 de jul de 2016. Duração: 00:02:20. Disponível em: < <https://frenteelissonprieto.wordpress.com/testimonial/>>. Acesso: 13 out. 2016.

ALBERTO JR, Luiz. **Faces do Glória.** Uberlândia, 14 de jul de 2015. Duração: 00:11:10. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iB8OY8VWPGI>>. Acesso: 13 out. 2016.

Vídeo canal AFES MG – Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade. **Acampamento Sem Teto – Elisson Prieto Uberlândia, MG.** Duração: 00:11:05. Uberlândia, 29 abr de 2013. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=f_GxDdTzaT0>. Acesso em: 23 jan. 2016.

Cristiano. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:21:25

Cristiano. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:11:05

Edinilson. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:19:01

Gisleide. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:56:17

Joaquim e Regina. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 14 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:25:58

Jonatan. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 13 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:39:03

José Nelson. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:47:59

Wellington. Acampamento Elisson Prieto, Uberlândia (MG). 24 de fevereiro de 2014. Entrevista concedida a Flávia Gabriella Franco Mariano. Duração: 00:42:16

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Lutas sociais, direitos e políticas públicas*. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n 1, p.232-236, jan./jun. 2005.

AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo na américa latina e a nova fase da dependência. In: *V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2007. Anais...* Campinas: Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), nov. 2007.

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147f. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, Luis Aureliano G de; AZEVEDO, Sérgio. *Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. Dimensões do Desemprego e da Pobreza no Brasil. *InterfacEHS*. v.3, n.2, Traduções, abr./ ago. 2008

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo Dependente e Relações de Poder no Brasil 1889-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1996.

BARBIER, René. *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. *Do consenso keynesiano ao pós-Consenso de Washington*. Uberlândia, 2005. 105f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Economia Política do Novo-Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996*. 302f. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurgen. *Os pensadores*. São Paulo: Editor Victor Civita; 1975. p. 63-82.

BENSAÏD, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.141-174.

BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les Éditions dela Passion, 1995.

BESSA, Kelly Cristine; SOARES, Beatriz Ribeiro. “O Significado da Especulação Imobiliária no Espaço Urbano de Uberlândia – MG”. *Revista história e perspectiva*, Uberlândia, v. 16, n.17, p. 121-148. jan./dez, 1997.

BIANCHI, Alvaro. O primado da política: revolução permanente e transição. *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 101-115, fev. 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

BOGENHOLD, Dieter. Social Inequality and the Sociology of Life Style: material and cultural aspects of social stratification. *American Journal of Economics and Sociology*. v. 60, n. 4, p. 829-847, out. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3487839?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: *Fórum Econômico da FGV*: São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Revista Crítica marxista*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 9-36, jul. 2003.

BOITO JR., Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In CAETANO, Gerardo (Org.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: Do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. p. 117-154.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global*. Madri, United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

BOSI, Antônio de Pádua. 2004. *Reforma Urbana e Luta de Classes*. Uberabinha/MG (1888 a 1922). São Paulo: Xamã.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo, Editora Zouk/Edusp, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRITO, Fausto. HORTA, Cláudia Júlia Guimarães. *A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas*. Cedeplar – IUSSP, 2002.

CAMPOS, Fabio Antonio de. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. 2009. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia. IE-UNICAMP, Campinas, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Aurora*, Marília, v. 3, nº 2, ago. 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, v 20, nº. 1. p. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico, In: Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. A conclusão está na rua. In: CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político*. Coleção: cidade em questão, v.5, Porto: Afrontamento, 1976.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CHASIN, J. *Da razão do mundo ao mundo sem razão*. In: CHASIN, J. *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1988.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Néelson. *A democracia como valor universal e outros estudos*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTINHO, Carlos Néelson. A Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário - a experiência brasileira. In: HIRATA, H; GUIMARÃES, N.A.; SUGITA, K. (Org.) *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo: EdUSP, 2009.

DELLA CAVA, Ralph; MONTEIRO, Paula. *E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DEL ROIO, Marcos. O governo Lula e a derrota da esquerda. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 10, jan. 2004.

DEMIER, Felipe Abranches. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. V *COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS*, 2007. *Anais...* Campinas: Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), nov. 2007.

DENALDI, Rosana. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. 2003. 242f. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DE SORDI, Denise Nunes. *Moradia, Trabalho e Luta: experiências, práticas e perspectivas sobre ocupações de terras urbanas*. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

DIAS, E. F. Democrático e popular? *Revista Outubro*, São Paulo, n. 8, p. 07-26, fev. 2003.

DOELLINGER, Carlos. CAVALCANTI, Leonardo. *Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos populares e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

DOWBOR, Ladislau. A formação do capitalismo dependente do Brasil. *Estudios Latinoamericanos* 4, 1978. p. 53-72.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Superpopulação relativa e marginalidade social: contribuições teóricas para a análise do excedente de mão de obra na periferia. SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA, 2014. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, mai. 2014.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. Configuração e dinâmica da rede urbana. In: *Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Petrópolis, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. São Paulo: Acadêmica: 1988.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo. Ed. UNESP. CEM Cebrap, 2011.

FERNANDES, Edésio. Do código civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Marcio (org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 43 – 62.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. *Minha Casa, Minha Vida: uma análise muito interessante*. 2009. Disponível em: <
http://web.observatoriodasmetrolopoles.net/download/gthab/text_ref_outros/fix_e_arantes_MC MV.pdf> Acesso em: 15 nov. 2016.

FRÚGOLI JR., Heitor; AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de; COSTA, Daniel de Lucca Reis. Quadro recente dos conflitos sociais no centro de São Paulo: o movimento de luta por moradia e a população em situação de rua. In: *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiânia: ABA (Associação Brasileira de Antropologia), 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1959.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. *Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política*. *Crítica Marxista*, v. 39, n. 1, p. 35-55, set., 2014.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução Sergio Faraco. São Paulo: L&PM, 2010.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Revista Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 107-126, mar. 2011.

GALVÃO, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008. *Anais do...* Caxambu: out. 2008.

GENTIL, Denise Lobato. Recessão econômica, privatização e desmantelamento da proteção social: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015) XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2016. *Anais...* São Bernardo do Campo: mai. 2016.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto – MTST. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, volume 1. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, volume 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho*. 1990. 224f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2014b.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução de Rogério Bettoni e Pedro Paulo Zahluth Bastos. São Paulo: Boitempo, 2016.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

JESSOP, Bob. Accumulation strategies and hegemonic projects. *Kapitalistate*, nº 10, 1983, p. 89-111.

KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O automarxismo). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 159-196

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade: impasses e desafios. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.315- 326

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. *Espaço e Debates*, n. 8, p. 55-63, 1983.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 1, n. 3, out./dez., 1987.

KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro, as lutas sociais em São Paulo na década de 70. *Presença*, n. 2, fev. 1984.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco*: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradias nas grandes cidades. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas da. Assimetrias de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: rumos da formalização. *Cahiers du Mage*, n. 18, Travail, Care et Politiques Sociales. Débat Brésil-France, Déc, 2014, p. 59-90.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Forthcoming at Politika*, Rio de Janeiro, n. 2, p.35-51, Jul. 2015.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Paris: Armand Colin, 1974.

LEFÈBVRE, Henri. *A Re-Produção das Relações de Produção*. Porto, Escorpião (1ª parte de La Survie du Capitalisme). Paris: Anthropos, 1973.

LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

- LENIN, Vladimir Ilytch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: Edufu, 2010.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In *Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Col Polêmicas do nosso tempo, v. 39. São Paulo: Cortez, 1991.
- LUKÁCS, György . Narrar ou descrever? In: KONDER, Leandro (org). *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S A; 1965.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARIANO, Flávia Gabriela Franco. Nos Trilhos de uma Urbanidade Excludente: Produção do Espaço dm Uberlândia/MG, *Ponto Urbe* [Online], n. 14, p. 1-20, 2014.
- MARICATO, Ermínia. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 1997.
- MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (org.). *Urbanização Brasileira – Redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.
- MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo – IEA USP, v.17, n.48, p.151-166, 2003.
- MARICATO, Ermínia. *Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hicitec, 1996.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAMMARELLA, Roseita. *Movimentos sociais urbanos: pensando uma realidade em construção*. Ensaios FEE. Porto Alegre, n. 14, p. 188-226, 1993.

MARTINE, George et al. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: *Para a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.

MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: MARX, Karl. *O Capital* (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. p. 712-827.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 / Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. *Geografias*. Belo Horizonte, v. 08, n. 1, p. 07-23, jan./jun., 2012.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

MEIRELLES, Joana Souza de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A relação entre o capital estrangeiro e a industrialização brasileira nos anos 1950. *História Econômica & História de Empresas*, v. 18, n.2, p. 389-426, 2015.

MELLO, Irene de Queiroz e. Direito à moradia x direito de propriedade. In: LAGO, Luciana Corrêa do (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2012. p. 220-238

MELO NETO, João Cabral de. A educação pela pedra. In: *Poesias Completas*. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1968.

MELO, Wanderson Fabio de. A ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro da Habitação. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2014. *Anais...* Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula, ago., 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2008.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: Hucitec. 2004.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

MILLS, Charles Wright. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Grilagem como Legado. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *Voluntariado e universo rural*. [Col Herança 1]. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2002.

MOTTA, Luana Dias. *A questão da habitação no brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade*. Belo Horizonte, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400519461_ARQUIVO_Texto_Final_Anais_AnpuhRJ_2014_Wanderson_Melo.pdf> Acesso em: 15 nov, 2016.

MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. Entrevista concedida a Andréia Galvão. *Revista Crítica Marxista*, v.1, n. 14, 2002, p. 150-170.

MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER; Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NUN, José. La teoría política y la transición democrática. In: NUN, José e PORTANTIERO, Juan Carlos (orgs.). *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: *Revista Latinoamericana de Sociología del Instituto Torcuato Di Tella*, v. 5, n. 2, p. 78-236, jul. 1969.

NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

OLIN WRIGHT, Erik. *Classes*. Londres: Verso, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista com Francisco de Oliveira. *Revista Vintém*, São Paulo, Editora Hedra, n. 3, p 4-11, ano 2, 2000. Entrevista concedida a João Guedes da Fonseca, Lauro Mesquita, Márcio Marciano e Sérgio de Carvalho.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15 - 45.

OLIVEIRA, Igino Marcos de. *Uberlândia de “costas” para a justiça. Uberlândia, 2011*. Disponível em < <http://elissonprieto.blogspot.com.br/2011/08/sem-teto-em-uberlandia-denuncia-de.html> > Acesso em: 20 ago. 2016.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo* (1995-2009). 2010. 324 f. Dissertação (Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2010b.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. Os movimentos dos sem-teto no Brasil e na França. 2016. 241 f. Tese (Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri . *O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista*. 2001. 196f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. *Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PINHEIRO, Jair. *Ação política, ideologias e interesses: o município de São Paulo – 1989/1996*. 2000. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 18, p. 130-142, 2007.

PINHEIRO, Jair. Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 160-171, 2005.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. *Revista Aurora*, Marília, ano VI, n. 6, ago. 2010a.

PINHEIRO, Jair. Uma análise estrutural dos movimentos populares urbanos. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, IV, UEL. *Anais...Londrina*: GEPAL, 2010b, p. 11-18

POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, Márcio. *O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

PRIETO, Élisson Cesar. *Os Desafios Institucionais e Municipais para implantação de uma cidade universitária: o Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia*. 2005. 275f. Dissertação (Mestrado Ciências Humanas) do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

QUIJANO, Aníbal. *Marginalidad e informalidad en debate*. Tercer Milenio, jan/2000.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p.11-72.

RELPH, Edward. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 1990.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2014.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A Construção dos Territórios Urbanos. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 18, 135-154, mai, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out. /dez. 2012

SAMPAIO JR., P. de A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SANTOS, César Ricardo Simoni. A urbanização periférica como condição da industrialização tardia: a inversão no caso brasileiro. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mai. 2010. Disponível em

<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/132.htm>>

Acesso em: 07 de ago. 2016.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofía de la praxis*. Cidade do México: Siglo Veinteuno, 2003.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SELLTIZ, Claire et all. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Edusp, 1987.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Demanda agregada e desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. *Center for Economic and Policy Research*, Washington, ago 2015. Disponível em: <<http://cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08-PORTUGUESE.pdf>> Acesso em: 11 de jul. 2016.

SILVA, Vitorino Alves da et alli. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação sócio-econômica e centralidade regional. In: HOGAN et alli. (Org.). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001, v. 1, p. 195-223.

SILVA JUNIOR, Renato Jales. *Cidade e Cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus Uberlândia 1960-2000*. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 83-107.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia*. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). 1988. 290 f. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado - imagens e representações no Triângulo Mineiro*. 1996. 366f. Tese (Doutorado Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Davisson C. C. de. O Desemprego na Contemporaneidade: novas e velhas questões. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 6, 2003. *Anais... Campinas*: Universidade Estadual de Campinas, set. 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

TELLES, Vera da Silva. *As cidades na fronteira do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, set. 2007.

THOMPSON, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa* (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, janeiro-julho, n. 3, p. 133-160, mês, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. Partido dos Trabalhadores e governo Lula: a regressão da luta ideológica. *Revista Crítica Marxista*, v. 1, n. 26, p. 117-138, 2008.

TONET, Ivo. *Método Científico: Uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRÓPIA, Patricia Vieira. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais. *Revista Trabalho Necessário*, ano 6, n. 7, 2008.

TRÓPIA, Patricia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2004.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

VICECONTI, Paulo Eduardo. O Processo de Industrialização Brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 17, n. 6, nov-dez, 1977.

VALLADARES, Lícia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. In: O que se deve ler em ciências sociais no Brasil – *Boletim informativo e Bibliográfico de Ciências*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, p. 38-78, 1987.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais*: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

Anexo I - GUIA DE ENTREVISTA

Informações às (os) entrevistadas (os):

* Esta entrevista faz parte de uma pesquisa vinculada ao curso de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que buscará investigar as relações e ações políticas dos movimentos sem-teto.

* A pesquisa tem entre seus objetivos contribuir para a visibilidade dos movimentos sem-teto e das famílias que moram nos acampamentos.

* Caso você deseje, poderá ser informada (o) de todos os resultados da pesquisa.

1) Trajetória de vida

- a) Nome e idade
- b) Ocupação
- c) Como ficou sabendo da ocupação / como conheceu o movimento
- d) Onde morava antes de vir para o acampamento
- e) Como foi a decisão de morar em uma ocupação
- f) Quantas pessoas coabitam no lote
- g) Há quanto tempo reside no acampamento
- h) Como construiu a moradia

2) Posicionamentos e objetivos da luta

- a) Definições sobre a principal reivindicação do movimento
- b) Posição sobre a possibilidade de realização de outras ocupações pelo movimento
- c) Percepção sobre fatores que favoreceram o surgimento do MSTB

3) Participação individual/familiar nas atividades do movimento/do acampamento

- a) Acesso às informações sobre as negociações
- b) Participação nas atividades junto ao movimento
- c) Participação nas manifestações de rua
- d) Participação nas assembleias

4) Atividades e ações coletivas

- a) [Se participou da ocupação] Como foi o dia da ocupação
- b) Como foi formada esta coordenação
- c) Como são decididas as ações e atividades do movimento
- d) Qual a frequência das assembleias
- e) Quais atividades considera mais importantes para conquistar a regularização do bairro

Anexo II – Manifesto de Criação da Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto / Glória

Manifesto de Criação da Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto / Glória

No dia 15 de julho de 2016 foi criada a Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto / Glória. Composta por várias entidades (ADUFU, SINTET, APG, MSTB, MTST, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo), a frente nasceu como resposta às ações de três membros do Ministério Público Federal de Uberlândia (Cleber Eustáquio Neves, Leonardo Andrade Macedo e Onésio Soares Amaral) e a consequente decisão do juiz da mesma comarca, José Humberto Ferreira. A despeito de todo o processo avançado de negociação para por fim pacífico à ocupação do “Triângulo do Glória”, abriu ação de improbidade administrativa e bloqueio dos bens dos dirigentes (reitores e vice-reitor) até o valor correspondente aos custos da operação de reintegração de posse que poderá produzir uma tragédia humana e social. Acreditamos que aqueles representantes da justiça têm agido de forma **injusta** do ponto de vista do direito, **cruel** do ponto de vista moral e **insensível** do ponto de vista social. Todas nossas energias estão voltadas para regularização fundiária da área ocupada de forma pacífica e negociada e para a denúncia das ações que dão primazia para o direito à propriedade em detrimento do direito à vida e da dignidade humana. As razões deste manifesto estão apresentadas abaixo:

1. A área conhecida como “Triângulo do Glória”, parte do terreno do campus Glória da UFU e que se encontra ocupada desde janeiro de 2012, há mais de dez anos tem sido planejada e negociada para se transformar em um bairro para moradias populares. Não por outra razão a Câmara de Vereadores a incluiu no zoneamento urbano e a transformou em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Motivo pela qual a UFU não desenvolveu qualquer projeto próprio de expansão física para a área. Isto posto, **não há cabimento em se imputar quaisquer prejuízos ao desenvolvimento das atividades da universidade com a ocupação.**
2. Desde janeiro de 2012, quando a área foi ocupada por representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil (MSTB), **a UFU realizou dois movimentos muito nítidos: a) primeiro, manifestou oficialmente e inúmeras vezes sua responsabilidade com o patrimônio público, não permitindo quaisquer prejuízos ao erário; b) segundo, optou corretamente pela busca incessante por uma saída pacífica.** Importa neste momento inquirir as razões desta opção. Vejamo-las:
 - a. OCUPAÇÃO CONSOLIDADA. Hoje existem aproximadamente 2.350 famílias residindo no bairro Élisson Prieto / Glória, sendo que a grande maioria mora em casas de alvenaria. Estima-se que um total de 15 mil pessoas vivam na área ocupada e que mais da metade seja formada por crianças. Muito embora não regularizada, a área possui existência assemelhada aos bairros da cidade. Se levarmos em consideração ocupações cujas reintegrações de posse obtiveram repercussão nacional, como a do Pinheirinho em São José dos Campos, seria

importante destacar que em São Paulo a ocupação contava com 7 mil pessoas, metade do que se estima para o caso de Uberlândia. Outro ponto a se destacar é o fato de a reintegração de Pinherinho, área particular, desenvolveu-se transcorridos mais de sete anos. Pretende-se reintegrar o Glória, sem esgotar todas as possibilidades de solução pacífica, com 4 anos de ocupação.

- b. **RISCO DE UMA TRAGÉDIA.** Em 2014, o comando da Polícia Militar de Uberlândia convidou vários órgãos para anunciar o desenho final da operação de reintegração de posse do Glória. Lá estavam a UFU, a Polícia Civil, a Polícia Federal, o Exército, o MPF e ouviram que a operação seria, dadas as suas proporções, a maior da história da América Latina, com previsão de 40 mortos, sendo 30 ocupantes da área e 10 policiais e repercussão internacional. Advertiram os militares que seria fundamental a reserva de leitos nos hospitais para garantir o suporte à reintegração. Não precisaríamos somar mais nenhum argumento para defender a negociação como via prioritária para solução da lide. **Não há razoabilidade em sacrificar 40 pessoas e suas famílias para promover a reintegração de posse.** A justiça brasileira está disposta a matar para defender a propriedade?
- c. **CUSTOS DA OPERAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE.** Na mesma reunião, o comando da PM fez o levantamento dos custos exclusivos e imediatos da operação, vislumbrando aproximadamente R\$ 15 milhões. Seriam mais de R\$ 7 milhões gastos pela PM, uma vez que necessitaria de deslocar contingente de tropas de todo o estado de Minas Gerais (visto que o contingente local é insuficiente), arcar com sua hospedagem, munição, equipamentos e veículos. Da parte da UFU, os valores também superariam os R\$ 7 milhões, necessários para locação de ônibus, tratores, caminhões, catalogação e guarda dos pertences dos ocupados. Os custos posteriores (pensões para familiares dos mortos, ações na justiça, crianças moradoras do bairro sem escola e perdendo o ano escolar, desgaste para a imagem da cidade etc.) não foram quantificados, mas **corre-se o risco de que direta ou indiretamente, a reintegração de posse produza custos próximos ou superiores ao valor da área.** É razoável financeiramente a operação pretendida?
- d. **SUPORTE NAS DECISÕES DO STJ E RECOMENDAÇÕES DO CNJ.** Quando observamos o que recomenda e decide o Superior Tribunal de Justiça acerca de conflitos fundiários urbanos e rurais, em áreas particulares ou públicas, percebemos que a via negociada deve ser buscada sempre. Diz o STJ (RECURSO ESPECIAL No 1.060.924 - RJ (2008/0113189-7) que para o caso de impossibilidade de reintegração de posse, “5. A jurisprudência desta Eg. Corte e do STF, com fundamento nos princípios da economia e celeridade além da tutela das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa certa distinta de dinheiro, consagrou a orientação de que é possível que a ação reintegratória seja convertida em ação de indenização por desapropriação indireta. 6. Na espécie, havendo pedido, é possível que a ação reintegratória seja convertida em ação de indenização em respeito aos princípios da celeridade e economia processuais”. O mesmo STJ em outra decisão deixa claro que “Aplicação do princípio ao caso concreto, em ordem a impedir a retirada forçada de mais 1000 famílias de um

bairro inteiro, que já existe há mais de dez anos. Prevalência da dignidade da pessoa humana em face do direito de propriedade. Resolução do impasse por outros meios menos traumáticos”. **Isto posto, é absolutamente clara a posição do STJ acerca da exigência de incansável esforço pela saída negociada, CUJOS MEIOS SEJAM MENOS TRAUMÁTICOS, para tais conflitos.** Por qual razão, os promotores autores da ação e o juiz que acatou a mesma ignoraram as decisões e recomendações do STJ?

- e. ENTENDIMENTO CONSENSUALIZADO COM ATORES ENVOLVIDOS. É preciso que se deixe absolutamente claro que houve entendimento consensualizado entre atores envolvidos de que a via negociada deveria ser priorizada, inclusive com a participação de um dos promotores que do MPF de Uberlândia que assinam a ação. Somente para ilustrar, foram inúmeras as ocasiões, reuniões e tratativas. Para ficar em alguns poucos exemplos, é válido recordar que na data de 13/04/2013 foi realizada reunião em Brasília na sede da Procuradoria Geral da República com a presença do MPF (Aurélio Rios e Cleber Eustáquio Neves), da UFU, da Prefeitura Municipal de Uberlândia, do Ministério das Cidades, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça, da Câmara de Deputados Federais e Vereadores de Uberlândia e do MSTB, na qual se decidiu as condições do acordo que por via negociada poria fim à ação de reintegração de posse. **Estranha o fato de que alguns membros do MPF e o juiz do caso não reconheçam que a própria Universidade fora orientada por todos esses agentes, inclusive pelo procurador Cleber Eustáquio Neves, a apostar todas as suas fichas na negociação e que agora seus dirigentes sejam pessoalmente punidos pelas decisões orientadas pelo documento supracitado.**
- f. PROXIMIDADE DE UMA SOLUÇÃO NEGOCIADA. Como se pode perceber, a opção pela via negociada produziu reuniões, acordos e documentos. **Nunca se esteve tão próximo de uma solução para o caso.** Ilustra-se o avanço das tratativas nos inúmeros documentos e acordos produzidos. Alguns deles merecem destaque, tais como: 1) em 13 de agosto de 2013, foi publicado no Diário Oficial o Decreto presidencial que autoriza a Universidade Federal de Uberlândia a alienar a área ocupada no Campus Glória com recursos revertidos, integralmente, para a estruturação do novo Campus; 2) Conselho Universitário da UFU aprovou resolução autorizando a alienação do terreno objeto de ocupação, avaliando que socialmente representaria enorme avanço, além de colaborar com a construção da infraestrutura necessária para a implementação acelerada do Campus Glória; 3) a Prefeitura Municipal de Uberlândia já se comprometeu oficialmente com as medidas necessárias para a regularização fundiária da área ocupada tão logo a ação judicial tenha seu fim; 4) a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) oficializou a doação da área da Fazenda Capim Branco para a Universidade Federal de Uberlândia condicionada as ações de regularização fundiária; e 5) a universidade já possui laudos de avaliação da Caixa Econômica Federal e da COHAB/MG, avalizados pela SPU, que permitem a permuta das áreas, ou ainda estão em fase final as produções de novos laudos incluindo também a Fazenda Água Limpas, de propriedade do município de Uberlândia. Isto posto, em muito breve, a justiça terá em suas mãos todos os documentos para homologar o acordo

entre as partes na qual: 1) A UFU doará a área ocupada à Prefeitura Municipal de Uberlândia para necessária regularização fundiária; e 2) receberá a justa compensação pela doação em valores equivalente à área doada. Infeliz e curiosamente, a peça de acusação e a decisão do juiz subestimaram o valor da área da Fazenda Capim Branco (indicando avaliação equivocada de R\$ 1,2 milhão) e desconsideraram os pareceres da COHAB/SPU, valendo-se de um laudo encomendado cujo técnico responsável assume a incompetência para a avaliação da área e faz uma mera estimativa sem metodologia expressa e técnica comprovada. Tal estimativa foi desmontada pela Secretaria do Patrimônio da União em laudo especificamente produzido para este fim e presente nos autos do processo. **Estranha novamente o fato de os promotores envolvidos na ação e o juiz da mesma ignorem parecer técnico e abracem uma avaliação de comprovada imperícia.**

Diante do que se expôs, a da Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto / Glória vêm a público manifestar sua criação, seu repúdio à decisão judicial injusta, cruel e insensível, sua certeza de que a solução pacífica e negociada não só é mais adequada como está próxima e, por fim, convocar a sociedade, as entidades de representação e de defesa dos direitos humanos que nos ajudem a impedir uma tragédia humana e social.

Anexo III – Contrato de normas da ocupação Jardim Vitória - MPSTB**MPSTB- MOVIMENTO POPULAR SEM TETO DO BRASIL****CONTRATO DE NORMAS DO ACAMPAMENTO**

- * TODOS OS MORADORES TEM QUE ESTAR PRESENTE EM TODAS AS REUNIÕES PARA DEFINIR MELHORIAS DO ACAMPAMENTO
- * SERA PASADA LISTA DE PRESENÇA EM TODAS AS REUNIÕES
- * APÓS A TERCEIRA FALTA O MORADOR SERÁ NOTIFICADO
- * NA QUARTA FALTA SEM JUSTIFICATIVA SEU LOTE SERÁ SUBSTITUIDO !
- * O LOTE É UNICO E INTRANSFERIVEL SOMENTE PERMITIDO EM CASO DE MORTE DO TITULAR
- * É PROIBIDO A COMPRA E VENDA DE LOTES
- * O MORADOR NÃO PODE TER OUTROS BÉNS COMO (CASA , TERRENO,OU CHACARA)
- * O MORADOR TEM QUE ESTAR NO SEU LOTE DIAREAMENTE OBS-SEM JUSTIFICATIVA
- *NÃO DE ENTREVISTA PARA RADIO E TV SEM O CONHECIMENTO DOS CORDENADORES
- * NÃO INFORME LOTE DE MORADORES

EU

CORDO COM TODOS OS ITENS ACIMA UBERLÂNDIA __/__/20__ COM

ASS:MORADOR=_____

ASS:CORDENAÇÃO=_____